

Débora Correia Félix 26149

**Projecto Final de
Arquitectura
2009/2010**

ISCTE  **IUL**
Instituto Universitário de Lisboa

Departamento de Arquitectura e Urbanismo

PROJECTO FINAL DE ARQUITECTURA
2009|2010

I

VERTENTE TEÓRICA

II

VERTENTE PROJECTUAL

Débora Correia Félix

ÍNDICE GERAL

I. Vertente Teórica

I . Apartamentos para a Classe Média - A Habitação Colectiva de Fernando Silva	8
--	---

II. Vertente Projectual

II.a Trabalho de Grupo	152
II.b 10 Habitações	180
II.c Mercado Multicultural + Espaço Público	196

I.a

VERTENTE TEÓRICA

Apartamentos para a Classe Média
A Habitação Colectiva de Fernando Silva

Trabalho Teórico submetido como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Arquitectura

Orientadora:

Doutora Ana Cristina Fernandes Vaz Milheiro, Professora Auxiliar
ISCTE-IUL

Co-orientador:

Doutor Paulo Alexandre Tormenta Pinto, Professor Auxiliar
ISCTE-IUL

Resumo

Palavras-chave: Tipologia - Habitação, Políticas do estado, Promotor Imobiliário.

Este trabalho teórico analisa os projectos de habitação colectiva do arquitecto Fernando Silva, que correspondem a cerca de 44% da sua produção arquitectónica, segundo a arquitecta Isabel Monteiro, examinando o período entre as décadas de 50-70, do século XX. Acredita-se que o arquitecto nesta época era responsável por uma produção arquitectónica que privilegiava a componente técnica e que acabou por caracterizar todo o seu percurso profissional.

As áreas das suas habitações eram generosas e os espaços comuns procuravam uma dimensão cénica e dramática, embora muito modesta ao nível dos átrios de entrada. Comparativamente à promoção pública, as áreas da promoção privada, para quem o arquitecto trabalhou maioritariamente, eram muito superiores. São questões deste tipo que o trabalho teórico aborda.

Durante as décadas de 1950 e 1970, temas como a habitação colectiva e social ganham uma enorme evidência, pois é um bem básico e necessário para potenciar as aspirações de uma sociedade melhor. Depois do Congresso de 48 e da publicação dos resultados do Inquérito à Arquitectura Popular em 1961, Portugal assiste a um período de enorme reflexão sobre as questões da habitação.

Interessa perceber, com esta investigação, como é que um arquitecto de “espírito moderno”, afastado das encomendas públicas e das discussões que emergem após o congresso, faz tantas obras nas principais avenidas de Lisboa e nos arredores. Parte da intriga começa aqui, como é que o arquitecto constrói na cidade e fora dela. Serão usados os mesmos princípios? Existirá uma continuidade de princípios aplicados tanto ao nível da composição dos alçados como ao nível da tipologia da habitação?

Para conseguir desconjuntar esta trama, é feita, ao longo do trabalho teórico, uma análise do sistema legislativo aplicado às habitações da cidade de Lisboa, das promoções públicas de habitação – Olivais, de modo a comparar a promoção pública e privada –, e por fim, uma análise à obra de habitação colectiva do arquitecto Fernando Silva, na cidade de Lisboa e arredores.

Abstract

Key words: Typology – Houses, State politics, Real estate.

This theoretical work analyzes the projects of collective houses from Architect Fernando Silva, which, according to fellow architect Isabel Monteiro, corresponds to about 44% of his production, from the early 50's to 1980. It is believed that F. Silva at this time was responsible for a production mainly focussed on the technical side, which ended up characterizing his whole production work.

His houses were generously spaced and the common areas had a scenic and dramatical dimension, though modest regarding entrance halls. Fernando Silva's work, with only a few public projects, expressed itself mainly in the private sector. These are the questions this theoretical work deals with.

During the 1950's and 70's, themes like the collective and social houses gained prominence, as a basic welfare and necessity to promote a better society. After the 1948 Congress and the publication in '61 of the results of the "*Inquiry to the Popular Architecture*", Portugal enters a period of major rethinking regarding the housing issue.

With this essay, we meant to understand how an architect of "modern spirit", away from the governmental projects and from the quarrels emerging from the congress aftermath, is building so many private projects in the main Lisbon boulevards and surroundings. Part of the plot begins here – how a technician builds downtown and on the outskirts? Were the same rules used? Is there a current of principles applied to the elevations concept and to the houses typology?

To decipher this plot, throughout this theoretical work we will analyze the laws applied to the housings in Lisbon town, from the public promotions of habitation – Olivais, in order to compare the public and private sectors – and finally, an analysis to the workmanship of collective and social houses from Architect Fernando Silva, in Lisbon and surroundings.

Agradecimentos

Gostaria de agradecer:

À minha família pelo apoio e ajuda.

Ao Salvador Menezes pela companhia e inter-ajuda durante estes anos.

Aos professores do ISCTE em especial:

À professora Ana Vaz Milheiro pela orientação prestada ao longo do ano.

Ao professor Paulo Tormenta Pinto por todas as horas disponibilizadas fora do tempo de aulas.

À professora Ana Lúcia Barbosa pela ajuda na reunião do material analisado.

Ao professor Vasco Moreira Rato pelas conversas animadoras quando o ânimo estava em baixo.

Ao professor Pedro Botelho por tudo o que me ensinou.

E a todos os outros professores que me acompanharam nos anos anteriores.

À Alice Espada pela boa disposição, simpatia e pelo óptimo trabalho que tem vindo a realizar no departamento.

Não poderia deixar de agradecer a todos os funcionários dos arquivos municipais de Lisboa, Oeiras e Loures pelo excelente atendimento e pelo material disponibilizado.

À Junta de Freguesia da Portela pela disponibilidade e apoio ao longo deste estudo, na organização da apresentação à comunidade sobre o nosso trabalho, na distribuição dos inquéritos à população e pela troca de relatos e informações que não se encontram nos processos de um arquivo.

À jornalista Lina Manso, da Radio Horizonte FM, pelo interesse que mostrou pelo conjunto de trabalhos realizados no âmbito do Laboratório e pela divulgação dos mesmos na rádio local.

Por último gostaria de agradecer a todos os colegas do ISCTE, do departamento de Arquitectura pelo bom ambiente e pelo trabalho em equipa, em especial ao Hugo Coelho, Miguel Coutinho, Frederico Dionísio, Bruno Ferreira, Ricardo Carreiro, André Cruzeiro, Tiago Cruz, Ivan Araújo, entre outros.

Índice	
Resumo	10
Abstract	12
Agradecimentos	14
Introdução	17
I. Formação da Cultura Arquitectónica Moderna	22
II. Habitação Colectiva e as questões legislativas	
2.1 Sistemas Regulamentares desenvolvidos para a Cidade de Lisboa	28
2.2. Condições apontadas aos Espaços Interiores	29
2.3. Questão da estética apontada nos regulamentos	33
III. Habitação Colectiva: Olivais Norte e Sul – o VIVER Bem	35
IV. Produção Habitacional de Fernando Silva	
4.1. Na Cidade	
4.1.1. Edifício no Gaveto das Avenidas de República e Miguel Bombarda (1956- 47 1961)	
4.1.2. Complexo do Entrepasto (1960-1969)	53
4.2. Na Periferia da Cidade	63
4.2.1. Urbanização da Portela de Sacavém (1959-1979)	65
4.2.1.1. Tipologias em Banda	68
4.2.1.2. Tipologias em Torre	89

4.2.2. Alto da Barra (1961-1975)	98
4.2.3. Sasseiros (1961-1975)	111
4.2.4. Quinta da Luz (1961-1975)	121
V. Considerações Finais	127
VI. Anexos	136
VII. Índice de Imagens	144
VIII. Bibliografia	146

Introdução

Fernando Silva tem em comum com Cassiano o facto de ter trabalhado essencialmente com operadores privados, não foi nunca um arquitecto de regime, não trabalhou em obras públicas, vencendo assim uma das mais dramáticas limitações dos arquitectos portugueses e em particular dos de Lisboa: a dependência endémica da vontade política, disponibilidade económica e consciência cultural do estado.¹

Rogério Gonçalves

Tendo em conta a descrição do arquitecto Rogério Gonçalves, na revista Documentos de Arquitectura nº1, no artigo “Fernando Silva - Arquitectura Desinteressante e Repetitiva”, procura-se fazer uma análise das reflexões mencionadas sobre obra do arquitecto em estudo. Este artigo é o único documento crítico que refere e analisa as obras, a carreira e as ideologias do arquitecto Fernando Silva, durante as quatro décadas do seu percurso profissional.

Rogério Gonçalves divide a obra do arquitecto em três períodos distintos: modernismo, moderno e tardo-moderno.

No primeiro período o autor refere a existência de uma certa ambiguidade no «compromisso entre a decoração e a nascente linguagem moderna, crua»². São destacadas as obras em colaboração com Rodrigues de Lima³ – Cinema Cinearte (1938-1940) e o Prémio Valmor de 1943⁴ –, o prémio Valmor de 1946⁵, onde finalmente Fernando Silva se afirma como autor, o Cinema de São Jorge⁶ (1947-1950), Cinema Pathé Imperial (1956-1958) e Cineteatro Luísa Todi (1956-1962).

No segundo período associa um conjunto de edifícios construídos entre os anos 60 e 70, do século XX, essencialmente de escritórios e serviços, que apresentam um

amadurecimento, clareza, continuidade e investigação projectual⁷ que não eram identificáveis no período anterior.

Nesta fase, segundo o autor, «*Temos uma constatação imediata: a aplicação de princípios semelhantes – ortogonalidade, serialização de elementos da fachada, funcionalidade tipológica, simplicidade volumétrica – que resulta em formalizações muito diversas.*»⁸. Dos quais o Banco Pinto de Magalhães (BPM) (1960-1962) no Porto, o Hotel de Albufeira, o edifício Shell (1959-1970), o edifício de escritórios da Phillips (1964-1970), o edifício da Quimigal, a companhia de seguros La Equitativa (1961-1969) e o conjunto urbano composto por os edifícios Aviz e Hotel Sheraton (1962-1972) são exemplo.

O último grupo de projectos corresponde ao período tardo-moderno⁹, sendo uma fase de pouca experimentação e consequência de trabalhos anteriores, que não deixam de representar um avanço no percurso profissional do arquitecto e na criação de uma linguagem própria, na Urbanização da Portela de Sacavém (1969-1979), na Praia da Rocha, Algarve, Hotel Júpiter (1960-1969) e edifício Miramar (1960-1966). Estão incluídos ainda o edifício da Av. da República nº28 (1956-1961), o edifício SAAB e o quarteirão 50 pelo facto da linguagem construtiva destes edifícios diluir-se na aparência da opção construtiva, o que torna a “autoria ausente” e apenas identificável pela qualidade que possui. Por último, o autor destaca outros dois conjuntos pela sua abstracção formal e sem pré-existências significativas que reflectem uma arquitectura de consumo – o Conjunto habitacional das Amoreiras (1960-1969) e o Alto da Barra em Oeiras (1961-1975).

Curiosamente os edifícios de habitação colectiva de Fernando Silva, que correspondem a 44% da sua produção arquitectónica, para Rogério Gonçalves, são pouco inovadores e ficam muito aquém das experiências emblemáticas que o arquitecto atinge noutros programas.

Perante este assunto achou-se interessante desenvolver um trabalho teórico que procura compreender os princípios que levam a uma arquitectura que Rogério Gonçalves caracterizou como sendo «*tendencialmente anónima*»¹⁰ e de uma «*modernidade conformada*».¹¹ Os motivos são muitos, as questões regulamentares, os promotores e a intensificação da sociedade de consumo a partir do 25 de Abril, os clientes que pertencem a uma classe “endinheirada” e têm exigências diferentes na forma como vivem a habitação e o aumento da classe média.

Do conjunto de obras de habitação colectiva na cidade de Lisboa, seleccionou-se o edifício do gaveto da Av. da República e Av. Miguel Bombarda e o “Complexo do Entreposto”, pois foram construídos depois do congresso de 48, inserindo-se num período de reflexão arquitectónica.

Ficam de fora os edifícios de habitação colectiva no Conjunto de Alvalade (1966-1979), o edifício Av. Sidónio Pais (Prémio Valmor de 1943), os edifícios do conjunto urbano da Avenida da Igreja (1947-1948-), o edifício da Av. Casal Ribeiro nº12-12C (Prémio Valmor de 1946), o edifício da Rua Gustavo Matos Sequeira (1952) e o edifício da Rua Conde das Antas 12 e 14. No primeiro caso, por ser um edifício do arquitecto Ruy D’Athougia¹² com a colaboração de Fernando Silva, no segundo por ser um edifício de co-autoria com Rodrigues de Lima, nos outros dois edifícios seguintes por reflectirem pouca maturação dos preceitos do moderno, ainda muito agarrados ao gosto e ao espírito do Estado Novo e os dois últimos por serem edifícios com características muito próximas da moradia unifamiliar, e o último caso por se tratar de um prédio rendimento dirigido a arrendatários modestos.

Da habitação colectiva na periferia de Lisboa seleccionaram-se as urbanizações da Portela de Sacavém¹³ (1959-1979), Alto da Barra (1961-1975), Sassoeiros (1961-1975) e Quinta da Luz (1961-1975) pela sua escala e dimensão.

A habitação colectiva fora da capital portuguesa não é analisada, por não se encontrar no limite sugerido pelo estudo – o edifício delimitado pela Rua Dr. Gomes Paiva e Largo do Carmo, em Beja (1957-1958), o edifício Miramar, no Algarve (1960-1966) e o edifício da Pátria, em Angola (1959-1965).

I. Formação da Cultura Arquitectónica Moderna

Para estudar a obra do arquitecto Fernando Silva, entre os anos 50 e 70 do século XX, torna-se essencial perceber quais as premissas do Moderno Internacional que facilmente são identificáveis no seu trabalho.

Ao longo deste capítulo pretende-se entender como é que os princípios do Movimento Moderno ou da cultura arquitectónica moderna chegam a Portugal. Quais são as constantes, os sinais que permitem conceder maior ou menos grau de conformidade com o conceito do moderno aplicado ao fogo, ao edifício e ao modo de projectar em consonância com a cidade.

A chegada do “Moderno” a Portugal é um tema com algumas controvérsias e divergências.

Para a arquitecta Ana Vaz Milheiro, no livro *A Construção do Brasil – Relações com a Cultura Arquitectónica Portuguesa - o Moderno Internacional sobre a figura de Le Corbusier* - chega ao país através da revista *Arquitectura*, nos finais dos anos 1940 e princípios dos anos 1950, que publicava arquitectura brasileira, italiana e algumas referências ao arquitecto Alvar Aalto¹⁴. O arquitecto Ricardo Costa Agarez, no livro *O Moderno Revisitado – Habitação Multifamiliar em Lisboa nos anos de 1950*, refere, sobre este assunto que

«Autores como Le Corbusier, Klein¹⁵, Griffini¹⁶ e outros foram estabelecendo um quadro teórico e prático em que se conseguem individualizar estas constantes [...] Que a sua obra chegou a Portugal prova-o, por exemplo, a aplicação das teorias de Klein em Alvalade ou a proliferação de tratados de Griffini, Barbieri¹⁷ e Sartoris¹⁸, em edições originais e traduções, pelas bibliotecas institucionais e privadas nacionais.»¹⁹

Esta afirmação mostra que os arquitectos portugueses vão adquirindo algumas ideias e práticas internacionais através de escritos traduzidos das revistas e dos contactos directos que vão estabelecendo, o que não permite criar uma linha definida, clara e precisa da prática arquitectónica. Conforme, arquitecto Nuno Teotónio Pereira conta, no artigo *A Arquitectura dos Anos 50 em Lisboa*,

«As tácticas de infiltração, ou a abertura de brechas no gosto oficial, levam a criar um certo compromisso formal “a não fazer tão moderno quanto se gostaria”. Daí a adopção ou ênfase em elementos formais tradicionais: como os socos e guarnições de cantaria de vãos, grades de ferro em varandas e sacadas. Se desta simbiose de uma estética basicamente racionalista com elementos tradicionais resultou um certo ecletismo, por outro lado também poderá ter aberto caminho à superação de um formalismo moderno.»²⁰.

Das obras e dos autores anotados por Ricardo Agarez são diversos os que reflectem sobre a questão da habitação colectiva e a cidade. São essenciais para perceber quais eram as ideias em torno deste tema.

Com a publicação internacional de *“Les Cinq Points d’une Architecture Nouvelle”* - escrito por Le Corbusier e Pierre Jeanneret em 1926 - definem-se os cinco novos elementos-chave da arquitectura que irão influenciar os arquitectos por todo o mundo. Os pontos inscritos pelos autores neste documento são os *“Pilotis”*, que criam a ideia da casa elevada sem contacto com o solo, que em termos urbanos permitia a libertação do espaço térreo, a *“Plan Libre”*, que propõe e incute à habitação um novo conceito de flexibilidade do espaço, que retira a função isoladora às paredes, a *“Façade Libre”*, a *“Fenêtre en Longueur”*, que permite criar um faixa horizontal onde a luz que incidia no espaço era distribuída de forma mais homogénea e os

“*Toits-Jardins*”, a cobertura em terraço que constitui de certa forma o prolongamento da habitação.

Os cinco pontos referidos por Le Corbusier e Jeanneret ganham aplicações e força na produção arquitectónica nos anos seguintes, principalmente após a 2ª guerra mundial devido a questões de ordem económica. A construção da *Unité d’habitation* de Marselha é um excelente exemplo disso na Europa. Segundo o seu autor, Le Corbusier, este complexo habitacional seria o exemplo perfeito onde o homem ou a família poderá viver, dormir, passear, compreender-se, ver, pensar e com espaço onde possa exercer todos os seus movimentos, sendo uma máquina completamente adaptadas às necessidades do Homem.

Para além de Le Corbusier outros investigadores estudaram a questão da habitação. Enrico Griffini autor do livro *Costruzione Razionale della Casa* [1939] também parte de um conceito de unidade (que se verificou na Unidade de Habitação de Marselha), não tão referente aos compartimentos de habitar mas sim à unidade do “Alojamento”, dentro do qual os compartimentos de uma casa se inter-relacionam de modo completo e racional. Segundo o arquitecto não basta que as áreas funcionais da habitação (cozinha e as casas de banho) sejam desenhadas com uma determinação prévia, o preceito do desenho destas áreas deve estender-se para os restantes compartimentos. Griffini explica do seguinte modo:

«Sendo pré-estabelecido o destino do compartimento é possível prever em obra todos aqueles acabamento, escolher todos aqueles equipamentos, satisfazer todas as exigências, que são os verdadeiros e mais atractivos recursos de uma casa moderna. Dispõem-se assim de armários, arrumos para usos mais variados em harmonia com as múltiplas exigências da casa, tudo estudado [...] em moderna e severa racionalidade.»²¹

Em ambos os autores referidos anteriormente, destaca-se como tendo em comum, a distinção entre as três áreas em que deve ser dividido o espaço doméstico moderno – Noite, Dia e Serviços. Outro ponto importante seria a questão da flexibilidade do uso dos compartimentos ou a sua multi-funcionalidade que só é possível quando se dá uma atribuição funcional a cada compartimento.

«Apresentam-se [...] quartos com duplo uso, conforme a composição da família e a presença ou não da doméstica. Assim, o quarto de serviços podem transforma-se em outro quarto de dormir, o soggiorno é ao mesmo tempo sala de estar e de jantar, ou seja, de local onde se concentra a vida doméstica»²²

Esta distinção das funções da habitação provoca uma enorme alteração no modo como é feito o acesso aos compartimentos, pois ao abolir a existência do corredor, passa a existir uma área comum reservada à distribuição dos quartos, uma antecâmara que divide a parte social da parte íntima da casa.

O desenho da cozinha também recebeu uma atenção especial por parte dos projectistas. Com a mudança das actividades da mulher moderna, é necessário que o seu trabalho doméstico seja minimizado o quanto possível através dos aparelhos mecânicos e de uma organização eficiente, que está directamente ligada com a questão da dimensão e das valências que a cozinha moderna deve comportar.

A cozinha acaba por obter uma planta racional, em 1926²³, preferencialmente, em forma rectangular, o que permite ter dois lados com diferentes funcionalidades. No entanto esta visão prática e minimal do que seria a cozinha ideal, fechada e separada do resto das áreas de estar, é contrariada por Alexander Klein (1879-1961) que refere, a propósito das cozinhas e das opiniões divergentes sobre as funções a atribuir á cozinha:

*«Se fosse possível encontrar uma solução de planta tal que desse à dona de casa ocupada a possibilidade de vigiar as crianças que brincam na sala ou na varanda, e que permitisse observar da mesa de refeições o fogão, então no momento de decidir sobre a dimensão da cozinha, dever-se-ia escolher uma cozinha menor e adequada só à preparação de refeições, utilizando o espaço ganho para alargar a sala de estar ou para colocar entre os dois compartimentos o nicho de refeições. Esta separação total da cozinha em relação à zona de refeições merece a preferência absoluta do ponto de vista higiénico e estético».*²⁴

Destes arquitectos mencionados anteriormente, o trabalho de Griffini torna-se relevante para a percepção do que é o “moderno”, quando reconhece as dificuldades de implantação de edifícios com base na repetição de elementos-tipo num contexto da cidade. Griffini admite que as conformações dos alojamentos quando se tem de interligar com a cidade acabam por perder a forma (solta sobre o espaço verde) acabando por admitirem-se outras, em “T”, em “L” ou em “C”.

Partindo do princípio que:

*«uma construção moderna é um volume independente de tais valorações, desaparecida a rígida hierarquia frente/traseiras do passado – perde a sua força quando o edifício é obrigado a inserir-se numa forma de rua tradicional, onde volta a estar condicionado, em termos de organização interior, ao valor da rua sobre o do interior do quarteirão».*²⁵

Esta questão nas décadas de 50 a 70 do século XX terá sido muito debatida e aplicada. Esse aspecto é perceptível na obra do arquitecto Fernando Silva, que quando constrói no interior da cidade, normalmente recorre á forma em “L”, são exemplo disso o edifício no gaveto

da Av. da República e da Av. Miguel Bombarda (1956-1961), ou no Complexo do Entrepasto, na Av. das Amoreiras e Av. Duarte Pacheco (1960-1969), ou ainda em forma “Y”, no Conjunto de Alvalade com o arquitecto Ruy d’Athougia (1966-1979). Enquanto nas periferias da cidade o arquitecto opta pela forma paralelepipedica onde se verificam uma abordagem linguística claramente purista e abstracta que não se deixa influenciar pela história ou pela envolvente, como é o caso das Urbanizações da Portela de Sacavém (1960-1979), o Complexo do Alto da Barra (1962-1979)²⁶, o Complexo da Quita da Luz (1969-1978) e a Urbanização dos Sassoeiros (1961-1975).

Um dos autores que reflecte sobre a arquitectura moderna e os seus princípios é Colin Rowe²⁷ e Fred Koetter²⁸, já num contexto pós-moderno, os autores do livro *Collage City*²⁹ reflectem sobre o objecto arquitectónico moderno e a forma como o Movimento Moderno acabou por descaracterizar o espaço público. Neste livro os arquitectos apelam à *collage*, ao repensar na história e ao abandono da Utopia que o Movimento Moderno provocou e enfatizam uma lógica fragmentária, em oposição à aspiração totalitária. Nesta obra não existe um diálogo de aversão ao moderno, apenas tentam através de um método expositivo mostrar que o moderno falha pela sua intolerância relativamente à cidade tradicional. Apesar das críticas apontadas os autores reconhecem o mérito do Moderno relativamente às inovações ao nível da habitação, chegando a referir que o valor da arquitectura moderna está no modo como apresenta uma nova forma de viver, sendo uma espécie de guia que apela a um mundo melhor que mostra a solução, como se faz, o que torna o arquitecto do século XX num patologista.

O arquitecto/patologista quando tenta intervir na cidade tradicional depara-se com uma série de regras e preexistências difíceis de transpor, como os sistemas regulamentares das cidades que dificultam e desenham conforme os seus desejos.

II. Habitação Colectiva e as questões legislativas

2.1 Sistemas Regulamentares desenvolvidos para a Cidade de Lisboa

Nos finais do século XIX estabeleceram-se inovações urbanísticas que levaram ao crescimento da cidade de Lisboa para norte – a partir de dois eixos, a Av. da Liberdade até ao Campo Grande e Av. Rainha D. Amélia (actual Almirante Reis).

Este novo arranque urbanístico, feito pelo engenheiro Frederico Ressano Garcia (1847-1911), reflectir-se-á entre 1900 e 1910 nas denominadas Avenidas Novas, estabelecendo uma ocupação do território entre as duas principais avenidas – a Av. Ressano Garcia (actual Av. da República) e a Av. Rainha D. Amélia. Perante a expansão da cidade foi inevitável a criação do “*Regulamento da Salubridade das Edificações Urbanas*”³⁰ (R.S.E.U.), com o subtítulo de “*Condições higiénicas a adoptar na construção dos prédios*” esteve em vigor entre 1903 e 1951 sendo o único instrumento de controlo das construções urbanas nas cidades portuguesas. Neste regulamento as questões de estética e segurança da construção não são mencionadas, confinando a sua acção ao estabelecimento de alguns limites mínimos (relativos aos pés-direitos, vãos, volumes de compartimentos, áreas de pátios e saguões) e máximos (altura máxima das fachadas). No artigo 59.º é atribuída às câmaras municipais a obrigação de publicar os regulamentos de salubridade que poderiam ser readaptadas conforme as circunstâncias locais. A publicação deste documento, na cidade de Lisboa efectua-se apenas em 1930 pela Câmara Municipal de Lisboa com a publicação do “*Regulamento Geral da Construção Urbana para a cidade de Lisboa*” (R.G.C.U.)³¹ onde se pretendia accionar um conjunto de regras que permitissem retirar poder à subjectividade dos promotores e dos construtores, conseguindo assim uma abrangência de acção relativamente à qualidade e segurança das construções.

No R.G.E.U.³² o legislador, nas recomendações gerais, aborda questões que abrangem a insolação das construções como condição determinante para o planeamento urbano, e condiciona, de modo claro, a liberdade das câmaras municipais quando refere:

«não se julga conveniente que os municípios, quando não existam planos de urbanização regulando os casos sobre que haja de tomar resolução, se arreiguem à ideia de dispor as construções sempre alinhadas ao longo das ruas, portanto é indiscutível a vantagem de as orientar convenientemente em relação ao sol e os ventos dominantes»³³.

Relativamente a esta questão o investigador Ricardo Costa Agarez explica:

“Trata-se de uma referência que podemos entender como clara defesa dos conjuntos de edifícios recuados, dispostos oblíqua ou perpendicularmente à rua, afastados entre si e, possivelmente, sobre pilotis. É a referência mais directa feita por este regulamento a um ponto fundamental do Movimento Moderno, o fim da rua-corredor. É também uma recomendação que teve, em geral, reduzida aplicação prática.”³⁴

2.2. Condições apontadas aos Espaços Interiores

Ao longo das várias reedições e alterações dos regulamentos vão sendo apontadas diversas condicionantes nos espaços interiores das habitações que foram fundamentais na definição do aproveitamento a dar à construção. Destacam-se as questões das áreas, pés-direitos e a casa do porteiro por serem elementos comuns, tanto nos edifícios dos anos 1950 na cidade de Lisboa como os dos anos 1970 e 1980 na periferia da cidade.

Relativamente aos pés direitos, o R.S.E.U. de 1903, fazia a distinção entre pisos através de um sistema hierárquico convencional (3,25m no rés-do-chão e 1º andar, 3m no 2º, 2,85m no

3º andar, e os 2,75m no 4º e 5º andares)³⁵. No R.G.C.U., de 1930, mantém-se a existência do andar nobre, com 3,25m no rés-do-chão e 1º andar, 3m entre pisos-tipo e 2,75m para as águas furtadas³⁶. Em 1951, no R.G.E.U. extingue-se a distinção entre o pisos passando o pé-direito mínimo a ser de 2,80m para as habitações, de 2,60m para moradias e 3m para o rés-do-chão. Em 1962, a Câmara Municipal de Lisboa actualiza o regulamento passando a fazer-se a distinção entre o rés-do-chão e 1º andar, com o pé-direito mínimo de 3,70m para o 1º andar e de 3m entre pisos. Em 1975 estabelece-se que a altura mínima, piso a piso, em edificações destinadas à habitação é de 2.70 m não podendo ser o pé-direito livre mínimo inferior a 2,40 m³⁷, 2,20m para instalações sanitárias, despensas e arrecadações e estabelece-se 3m de pé-direito mínimo destinado a estabelecimentos comerciais.

Embora esta informação possa parecer pouco relevante, é importante explicar que as alturas dos pisos hierarquizados foram perdendo força nos regulamentos, acabando por deixar de existir, sendo uma consequência directa das ideias da cultura arquitectónica moderna que iam influenciando os legisladores.

No que respeita às áreas dos compartimentos, o R.G.C.U. estabelecia que pelo menos dois ou três compartimentos de uma habitação teriam que ter 9m², à excepção das cozinhas que variavam conforme a zona de construção, na primeira 8m²; na segunda 6m² e na terceira 4m², o que viria a alterar-se nos anos 1960. Estas alterações tinham como base as discussões e estudos feitos nos anos 50 do século XX relativamente às necessidades mínimas da habitação, dos quais o investigador Ricardo Costa Agarez destaca a Comissão do Alojamento Familiar da União dos Organismos Familiares e o Comité Permanente “Rendas e Rendimento Familiar”³⁸ de onde é emitida uma declaração conjunta que contém as áreas correspondentes às necessidades mínimas absolutas das diferentes categorias de famílias segundo o número dos seus rendimentos.

«Uma habitação de dois quartos de dormir, para uma família de quatro elementos, deveria ter, segundo esta declaração, uma sala com, no mínimo, 18 m², uma cozinha com pelo menos 7m², o quarto principal com 14m² e o secundário com 12m². Chama-se atenção para que “não é possível instalar uma cozinha prática e racional numa superfície inferior a 6m².”»³⁹

Se compararmos com o caso Português, no R.G.E.U., em 1951, no (art.66º), a área mínima dos compartimentos era de 9m²; em que numa casa com menos de cinco compartimentos, um tinha de ter 12m² e numa casa com mais de cinco compartimentos, pelo menos dois compartimentos teriam que ter 12 m². Este facto mostra que as áreas dos compartimentos portugueses nos regulamentos obtêm valores extremamente baixos, partindo de um número mínimo inferior aos valores praticados no resto da Europa⁴⁰.

Este tema torna-se relevante quando na dissertação de Mestrado da arquitecta Isabel Monteiro, - *A obra do Arquitecto Fernando Silva (1914-1983): Um Arquitecto da Geração Esquecida* – refere-se aos edifícios de habitação colectiva do arquitecto em estudo, do seguinte modo:

«Em quase todos os seus edifícios de habitação colectiva, projectados para o centro de Lisboa, e, especificamente para uma clientela endinheirada, o arquitecto utiliza áreas generosas, organizadas em tipologias nunca inferiores a T2 e T3, em composições variadas ou ainda em T2 e T3 em duplex, consideradas de “luxo”, por ultrapassarem largamente as áreas postuladas no R.G.E.U.»⁴¹

Perante esta descrição e comparando com as áreas impostas no R.G.E.U., em 1951 e 1962, com as áreas utilizadas nos Olivais e Chelas e nas habitações do Arquitecto Fernando

Silva, verifica-se que o nível de exigência dimensional da regulamentação portuguesa era baixo. Estes números tendem a diminuir, visto que em 1975, no Artigo 1º do Decreto-Lei nº650/75, de 18 de Novembro, numa habitação com quatro compartimentos (T2) as áreas nunca poderiam ser inferiores a estes valores, sala 12 m², cozinha 6 m², com uma área suplementar⁴² de 6 m², para habitações superiores a sete compartimentos (T5) a sala 16 m², os quartos suplementares 6,5 m² e a área suplementar passa para 8m². Posto isto, percebe-se que tendo Fernando Silva uma “*clientela endinheirada*” facilmente conseguia ultrapassar as áreas impostas pelos Regulamentos o que se pode verificar no capítulo da análise da obra do arquitecto.

Em 1930, o R.G.C.U. obrigava a haver uma habitação do porteiro constituída por um quarto de dormir, uma pequena cozinha e uma instalação sanitária, o mais próximo da entrada do edifício, que era aplicável a edifícios com seis inquilinos e mais de seis compartimentos por fogo, na zona 1 e 2 da cidade. A partir de 1950, com a publicação do Regulamento de Porteiros, a existência da habitação do porteiro passa a ser obrigatória a todos os prédios de renda livre e limitada. Em 1956, o presidente da câmara emite um despacho que proíbe a localização da casa do porteiro na cobertura pois não respondia ao art. 2º do regulamento, onde era mencionada a importância da localização do porteiro junto da entrada principal⁴³. Em 1961, a localização da habitação do porteiro volta a ser revista abrindo-se novamente a possibilidade de localizar-se no rés-do-chão ou 1º andar.

A obrigatoriedade da existência e da localização da casa do porteiro no rés-do-chão, do edifício de habitação, é um dado normativo pouco flexível pois não permite a aplicação dos “Cinco pontos de uma nova Arquitectura”, apontados pelo arquitecto Le Corbusier⁴⁴. Com este factor impositivo temos os exemplos dos edifícios do arquitecto Fernando Silva na cidade, situados no gaveto Av. da República e Av. Miguel Bombarda e na periferia da cidade, na

Urbanização dos Sasseiros, Alto da Barra, Portela de Sacavém e Quinta da Luz, onde a permeabilidade do piso térreo fica comprometida pela existência da casa do porteiro como a existência do quarteirão. Em contra-partida as casas do porteiro, tal como os apartamentos do arquitecto ultrapassam os números de compartimentos previstos e obrigatórios pelos regulamentos, são exemplos disso os edifícios do Tipo I e do Tipo VI da Urbanização da Portela de Sacavém, ou o edifício da Av. da República e Av. Miguel Bombarda onde existem dois quartos de dormir. No caso dos edifícios do Complexo do Entrepasto a habitação do porteiro segue o número de compartimentos exigidos, no entanto a localização deste compartimento é peculiar pois encontra-se no primeiro andar e tem um acesso reservado a um pátio.

Das questões normativas anteriormente apresentadas nestes regulamentos, entende-se que as condicionantes regulamentares vão provocar uma habitação potencialmente mais salubre, mas não vão, em muitas das propostas, encontrar qualquer correspondência num aproveitamento moderno ou inovador do espaço habitacional.

2.3. Questão da estética apontada nos regulamentos

As categorias referentes às edificações, em 1903, no R.S.E.U. mostravam algumas decisões relativamente às questões da salubridade. São apontados aspectos referentes à estética no art. 73º no qual todos o projectos de ampliações do existente ou mesmo edifícios novos, têm e podem-se influenciar no “aspecto exterior” dos edifícios envolventes, o que mostra que «Quando os edifícios a construir venham a ficar contíguos a outros já existentes, procurar-se-á manter, quanto possível, uma certa harmonia arquitectónica entre as fachadas duns e doutros»⁴⁵.

Ao nível das fachadas/empenas, o regulamento chamava atenção dos projectistas da importância e do valor estético arquitectural, no artigo 81.º, «Sempre que uma parede de um edifício fique livre e visível da via pública, não poderá apresentar o aspecto de parede-empena, salvo nos casos muito especiais em que se torne aceitável, como consequência da composição arquitectónica».

Nas condições da questão estética incluía-se, um conjunto de limitações relativas ao balanço das varandas e outras saliências nas fachadas, no art. 88º. O cálculo teria em conta o plano vertical das construções em confronto, sendo dividido em duas partes por uma linha horizontal 3,50m acima do ponto mais alto do passeio. Acima dessa linha os balanços podem ir até ao limite de $0,08 \times largura\ da\ rua$ caso esta seja inferior a 10 m ou de $0,6 + 0,02 \times largura\ da\ rua$ caso seja superior a 10 m, até ao máximo de 1,20 m. Abaixo dessa linha, a saliência máxima é de 0,20m. Relativamente às varandas, os limites aumentam 25% para edifícios de 3 a 5 pisos; 50% se o número de pisos for superior a 5 pisos e a largura superior a 25m e 75% se o número de pisos for superior a 30 metros.

Em casos práticos, se analisamos o Edifício no gaveto da Av. Miguel Bombarda (20m) e Av. da República (60m), do Arquitecto Fernando Silva as varandas teriam 1,05m e 3,15m respectivamente, o que na realidade não acontece na totalidade pois as varandas têm 1,05m e 0,80m, respectivamente. Da análise feita às fachadas da Av. da República, em relação à diferença métrica dos balanços das varandas, entende-se que o arquitecto limita-se a respeitar um alinhamento existente, o que significa que Fernando Silva respeitou o artigo 74^{o46} ao abrigo do imperativo da harmonia da frente urbana.

No R.G.E.U. as questões referentes à estética das construções são bem mais sintéticas, de onde se destaca no art. 121º «Não poderão erigir-se quaisquer construções susceptíveis de comprometerem, pela localização, aparência ou proporções, o aspecto das povoações ou dos conjuntos arquitectónicos, edifícios e locais de reconhecido interesse».

III. Habitação Colectiva: Olivais Norte e Sul – o VIVER Bem

De acordo com o Recenseamento Geral da População de 1960, Lisboa atravessava um enorme problema ao nível da habitação, viviam cerca de 12 000 famílias em bairros de lata e construções abarracadas, das quais quase 2000 em regime de sublocação. Na capital verificava-se a existência de 190 806 famílias para 176 318 fogos. O problema da habitação não estava na dimensão dos fogos existentes mas sim na falta deles, cerca de 6% das famílias dispunham de uma só divisão e 41% tinham menos de quatro divisões (58% para todo o País).

Segundo Dr. Raul da Silva Pereira - num artigo da revista *Arquitectura* nº81, de 1964 - aponta alguns factores sobre o problema habitacional que atingira a cidade de Lisboa, dizendo que a situação ter-se-ia vindo agravar devido ao aumento geral das rendas, a escassez das habitações de renda limitada, a sobrevalorização do solo urbano e o maior custo da construção. Posto isto acrescenta

*«Nas zonas de acentuado urbanismo também deve ter-se em conta a tendência para a exiguidade dos alojamentos, tanto no número de divisões como a superfície. Esta tendência relaciona-se com a incidência do nível de rendas, fortemente influenciadas pela dimensão, sobre os orçamentos familiares. Em virtude de ser muito elevada esta incidência (relativamente aos novos arrendamentos podem citar-se com frequência incidências de 30 a 40 por cento dos orçamentos familiares), as famílias restringem ao máximo a dimensão das suas habitações».*⁴⁷

Em 1959, com a inscrição das novas concepções político-sociais do Estado Novo, o decreto-lei nº 42454⁴⁸ estabeleceu as bases estruturantes de novas unidades urbanas, “cidades satélite”, que tinham como objectivo a construção de habitações de rendas acessíveis

aos agregados familiares de menores recursos. Para o efeito foi criado na Câmara Municipal de Lisboa um organismo técnico, o Gabinete Técnico da Habitação, destinado a dar cumprimento às directivas estabelecidas no diploma do decreto-lei n.º 42454.

Competia ao município a urbanização, o loteamento, o projecto dos edifícios e a sua construção. Respondendo aos desígnios da Carta de Atenas, o plano orientava-se para o uso em igualdade de condições de espaço, luz e ar em todas as actividades - trabalho, lazer, habitação, circulação.

Das habitações sociais criaram-se quatro categorias I e II (edifícios de 4 pisos), III e IV (edifícios de 8 a 12 pisos). Para esta investigação estudou-se as categorias I, II e III dos Olivais Norte, e as categorias II, III e IV, Olivais Sul.

Dos edifícios estudados evidenciam-se dois grupos para analisar, o edifício do arquitecto Artur Pires Martins e Cândido Palma de Melo pela proximidade da organização tipológica ao edifício da Av. da República e Av. Miguel Bombarda (de Fernando Silva). As torres do arquitecto Nuno Teotónio Pereira e António Freitas nos Olivais Norte e as torres nos Olivais Sul, dos arquitectos Bartolomeu Costa Cabral e Nuno Portas, José Leopoldo Leal, Fernando Gomes da Silva e Octávio Rego da Costa e do arquitecto Fernando Schiappa Campos e Azevedo Gomes. Optou-se por destacar as torres por constituírem francamente a independência dos blocos habitacionais e por pertencerem a classes superiores.

As tipologias estudadas representam um padrão moderno da habitação que se distingue pela bipartição organizativa do fogo (dia-noite). Os quartos e as casas de banho são espaços de uso íntimo e nocturno (repouso), normalmente separados por antecâmaras. A cozinha encontra-se centralizada e a sala de estar é o coração do funcionamento diurno da habitação

(convívio). Ao nível das áreas verifica-se que os valores estão próximos do que o R.G.E.U propunha, tal como se analisou anteriormente, o que revela uma clara apreensão dos códigos do *existenzminimum* quando as áreas são reduzidas ao mínimo.

No entanto a inovação não se prenderia apenas a questões de distribuição funcional, como é o caso dos acessos, com os grandes pátios, as escadas, como locais de convívio. Pontos como estes não são identificados nas obras do arquitecto Fernando Silva pois privilegia-se a individualização dos fogos, como é evidente na Urbanização da Portela, ou noutras urbanizações.

Se colocarmos a planta do edifício da Av. da República e Av. Miguel Bombarda junto à do edifício do arquitecto Artur Pires Martins e Cândido Palma de Melo, embora os clientes e os tempos sejam diferentes, identificam-se os mesmos propósitos. A entrada de serviços mantém-se separada da entrada principal, mantém-se a diferenciação e separação entre a sala e a cozinha. No entanto verifica-se uma enorme vontade em definir critérios de flexibilidade na organização do espaço, que é visível na entrada do apartamento, onde encontramos uma área ampla sem *hall*, permitindo ao residente criar ou não um vestíbulo; ou no quarto da empregada que pode ser utilizado para um área de copa. Outro elemento interessante está na colocação de armários no corredor que permitem confinar os compartimentos de um modo flexível. Ao nível das áreas em ambos os casos são extremamente generosos, embora no segundo caso sejam consideravelmente inferiores.

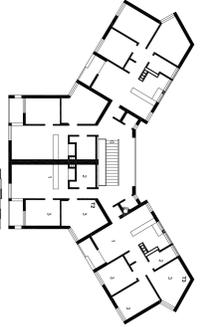
Do estudo feito às torres projectadas nos Olivais Norte e Sul interessa destacar a diversidade de opções distributivas e o conceito de prolongamento exterior do espaço da habitação que foram reconvertidos em pequenos terraços de estar ao ar livre, dando a imagem de mini jardins privados, suspensos em altura. As áreas destes terraços variam entre os 2 m² e

os 7.5 m² e representam uma clara assimilação de uma nova forma de viver, que nas obras de Fernando Silva apesar das “generosas áreas”, não se reflecte, visto que as varandas adquirem sempre a forma de “corredor estreito”⁴⁹.



Edificio de las Artes Plásticas y Artes Escénicas (1950-1960)

Trámite	Quinta 1	Quinta 2	Quinta 3	Quinta 4	Quinta 5	Quinta 6	Quinta 7	Quinta 8	Quinta 9	Quinta 10	Quinta 11	Quinta 12	Quinta 13	Quinta 14
T1	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
T2	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
T3	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X



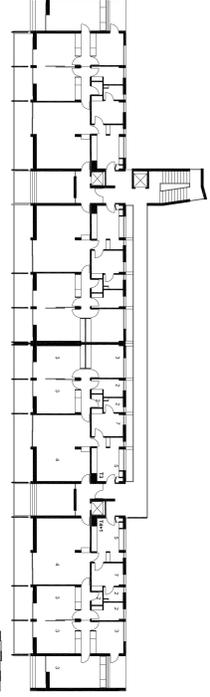
Edificio de las Artes Plásticas y Artes Escénicas (1950-1960)

Trámite	Quinta 1	Quinta 2	Quinta 3	Quinta 4	Quinta 5	Quinta 6	Quinta 7	Quinta 8	Quinta 9	Quinta 10	Quinta 11	Quinta 12	Quinta 13	Quinta 14
T1	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
T2	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
T3	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X



Edificio de las Artes Plásticas y Artes Escénicas (1950-1960)

Trámite	Quinta 1	Quinta 2	Quinta 3	Quinta 4	Quinta 5	Quinta 6	Quinta 7	Quinta 8	Quinta 9	Quinta 10	Quinta 11	Quinta 12	Quinta 13	Quinta 14
T1	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
T2	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
T3	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X



- Legenda**
- 1. Oficinas
 - 2. Sala de Exposiciones
 - 3. Sala de Conferencias
 - 4. Sala de Reuniones
 - 5. Sala de Exposiciones
 - 6. Sala de Conferencias
 - 7. Sala de Reuniones

Unidad de las Artes Plásticas y Artes Escénicas
 Edificio de las Artes Plásticas y Artes Escénicas
 Construido en 1950
 Localización: Plaza Central de las Artes

Categoría II
 Edificio de las Artes Plásticas y Artes Escénicas
 Construido en 1950
 Localización: Plaza Central de las Artes

Categoría III
 Edificio de las Artes Plásticas y Artes Escénicas
 Construido en 1950
 Localización: Plaza Central de las Artes



IV. Produção Habitacional de Fernando Silva

«As táticas de infiltração, ou a abertura de brechas no gosto oficial, levam a criar um certo compromisso formal “a não fazer tão moderno quanto se gostaria”.»⁵⁰

Nuno Teotónio Pereira

Tal como o arquitecto Nuno Teotónio Pereira refere em Portugal, nem sempre foi fácil adoptar códigos e fazer tão moderno como se gostaria. Arquitectos como Fernando Silva ao trabalharem para o sector privado têm oportunidades exclusivas quando os promotores imobiliários começam a construir nas periferias. Infelizmente a construção em massa, das grandes superfícies *«tornou-se no paradigma de tudo o que estaria errado»⁵¹*.

Neste capítulo pretende-se analisar as obras de habitação colectiva de Fernando Silva, dos anos 50 – 70 do século XX, e para o fazer correctamente dividiu-se a análise em dois pontos, a produção habitacional na cidade e na periferia. Com esta divisão procura-se estabelecer um quadro de referências, semelhanças e diferenças que ilustrem o modo como o arquitecto intervêm nas diferentes realidades.

Segundo Rogério Gonçalves, *«o conhecimento, embora superficial, do estilo “internacional” que Fernando Silva possuía era suficiente para projectar com grande à vontade espaço amplos, construídos com qualidade e neutralidade ambientais então exigidas»⁵²* o que lhe permitiu criar uma *«arquitectura sólida, luxuosa, discreta e rigorosa distante das propostas vanguardistas ou da arquitectura manifesto»⁵³* que se faziam sentir. São questões como estas que ao longo deste capítulo procuramos explicar.

6.1. Na Cidade

Das obras de Fernando Silva na cidade seleccionaram-se o edifício do Gaveto da Av. da República e Av. Miguel Bombarda (1956-1961) por ser um edifício central na cidade e os edifícios do Complexo do Entreposto (1960-1969) pela escala, monumentalidade e destaque que conseguem atingir, dentro da cidade.

6.1.1. Edifício no Gaveto das Avenidas de República e Miguel Bombarda (1956-1961)

O edifício no gaveto da Av. da República e Miguel Bombarda inicia-se em 1956, a pedido da Sociedade Nacional de Habitações Económicas⁵⁴, para os seus associados em Regime de Propriedade Horizontal⁵⁵. Esta obra de Fernando Silva iniciava uma linha projectual muito específica ao nível da habitação colectiva que se repetiria noutros edifícios.

Incorporado no gaveto das Avenidas República e Miguel Bombarda, o edifício, adopta a forma de “L”, com 10 andares, sendo o último, um andar recuado.

O rés-do-chão estaria dividido em duas partes uma reservada à habitação do porteiro e outra para escritórios que se dividiriam em dois pisos. A revestir este piso emerge um pano de vidro cuidadosamente desenhado, o que constitui um elemento de destaque da envolvente. Este elemento incorpora uma inovação temática que até então não teria sido aplicada, que é a possibilidade de uma nova relação da rua com o logradouro.

Identificam-se duas tipologias T3 e T4 que mudam conforme a Avenida, e T2 e T3 no andar recuado. As diferenças entre os andares dizem respeito às proporções e arranjos das zonas de serviços.

A planta dos andares recorre a um esquema de organização flexível, prevendo alterações, por parte do condomínio, relativamente às possíveis mudanças da disposição interna. Tipologicamente é possível dividir a habitação em três áreas distintas: uma zona de serviços, a zona de recepção e a zona íntima da casa.

Relativamente a este edifício, Ricardo Agarez e Rogério Gonçalves, apresentam ideias

opostas. O primeiro refere, no seu estudo de habitação colectiva dos anos 1950, já anteriormente citado, que neste edifício o que se distingue como moderno

«[...] é a forma como se relaciona com a rua, como se processam os acessos, como se coloca perante o logradouro e o interior do quarteirão. Elementos como o vestíbulo de entrada – grande peça totalmente equipada que começa nas portas sobre a Av. da República e vai abranger, em anteprojecto, três núcleos de acesso vertical em constante pé-direito duplo, limitada do lado do logradouro por a “parede-cortina” em vidro solto por entre pilares isolados, e volumes cegos contendo escadas, às quais se acede por lanços escultóricos de outras escadas que por sua vez escondem as entradas dos elevadores – são muito pouco comuns na arquitectura habitacional de Lisboa e, em 1956, muitos sofisticados»⁵⁶.

Da organização interna dos fogos, Ricardo Agarez, afirma que o arquitecto limitou-se a ser competente e a responder a um conjunto de requisitos que se esperam de uma «habitação de luxo sem pretensões de inovação»⁵⁷.

Já Rogério Gonçalves, no artigo “Fernando Silva - Arquitectura Desinteressante e Repetitiva”, classifica-o como pertencendo a um período tardo-moderno, uma vez que a linguagem adoptada não é justificada por uma opção construtiva.

Se analisarmos este edifício ao nível da distribuição do fogo, percebe-se o pouco avanço e melhoria da habitação, pela sectorização das funções, característica típica da habitação oitocentista|burguesa. Os avanços técnicos e linguísticos aplicados no exterior não se verificam no interior dos fogos.

Sendo assim os compartimentos do fogo recebem diferentes tratamentos. Os de menor destaque são constituídos pelas casas de banho, a cozinha e o quarto de empregada, que se encontram virados para o interior do quarteirão. A sala comum é o local de prestígio, o compartimento de notoriedade da casa, onde se recebem visitas e por esse motivo ganha dimensões generosas, e encontram-se viradas para as avenidas.

Outro aspecto comum com as habitações burguesas, típicas de uma classe social elevada é o espaço do trabalho anexo à casa, que à semelhança, do século XIX, funcionavam no rés-do-chão (loja), tal como acontece neste edifício de Fernando Silva.





6.1.2. Complexo do Entreposto (1960-1969)

O complexo do Entreposto⁵⁸, com em planta forma de “L” situa-se entre a Av. Eng. Duarte Pacheco e na Rua das Amoreiras. Este edifício fazia parte de um plano composto por cinco edifícios construídos em fases sucessivas: o edifício “Angola” (1959-1967), o edifício da “Técnica” (1960-1965), o edifício da “Prova-dil” (1956-1968), um edifício pertencente à Câmara Municipal de Lisboa, e por último, o edifício “G” destinado para escritórios.⁵⁹

O edifício “Angola” seria construído em primeiro lugar, ao encargo da S.I.A.⁶⁰, composto por onze pisos de habitação em propriedade horizontal. Este edifício segue as linhas de pensamento aplicadas anteriormente pelo arquitecto Fernando Silva no edifício do gaveto da Av. da República e a Av. Miguel Bombarda.

Existem dois fogos por piso, o acesso aos fogos é diferenciado através da presença de um acesso privado e um de serviços. A distribuição interna do fogo é dividida em três áreas distintas: área de serviços, de estar e de dormir, à semelhança do edifício anterior. Embora a excessiva compartimentação da habitação ainda esteja presente neste edifício, são introduzidas inúmeras novidades: a utilização de portas de correr para confinar ou interligar os espaços, o recorrer à utilização de armários para fechar os quartos. Mais tarde, nas Telas Finais, o arquitecto incorpora no apartamento, pela primeira vez, o escritório⁶¹.

Se compararmos este edifício com o da Av. da República e Av. Miguel Bombarda conclui-se que os princípios aplicados ou os objectivos formais são os mesmos, no entanto no Complexo do Entreposto o arquitecto atinge uma maturação relativamente ao primeiro. O embasamento do edifício é revestido por um pano de vidro á semelhança do anterior, a ligação com o interior do logradouro passa para um piso intermédio, e o edifício encontra-se numa posição recuada.

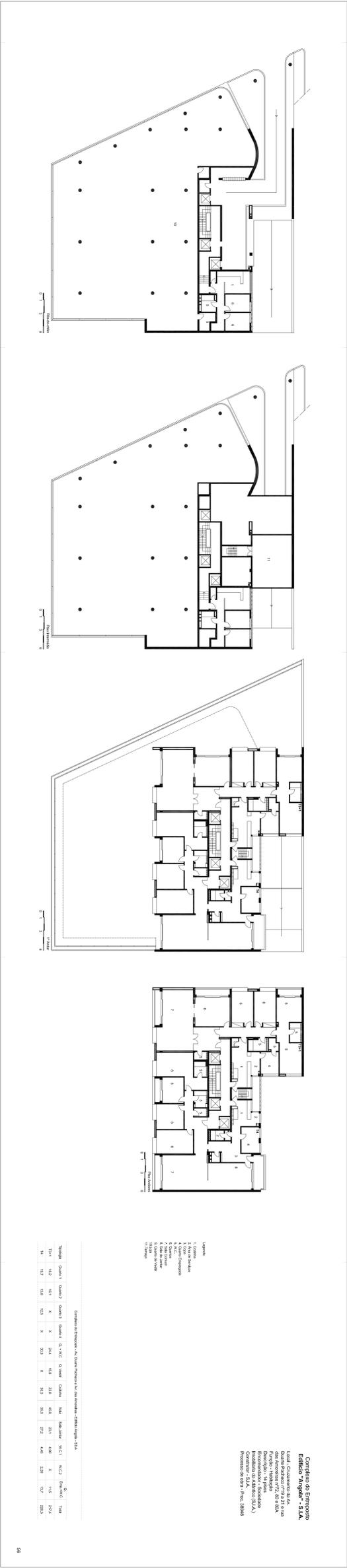
A volumetria e a fachada são abstractas e acabam por afastar-se da envolvente, pela força plástica do betão aparente. Segundo Rogério Gonçalves este conjunto habitacional representa a experimentação de um «atitude brutalista». Referente à tipologia habitacional, à semelhança do edifício da Av. da República os materiais de luxo e as áreas exageradas reforçam a diferenciação social.

No edifício ao lado, o “Technical” verificam-se os mesmos princípios de austeridade ao nível dos alçados. O edifício é composto por onze pisos virados para a Rua das Amoreiras a organização interior por piso é composta com dois fogos.

Até ao quinto piso os apartamentos teriam uma organização mista, intercalando um apartamento de habitação com um de escritório. A partir do 5º piso permanecem dois apartamentos de habitação por piso. A parte virada a poente, valorizada pelo amplo terraço, destina-se a zona de estar, e a parte posterior, com os mesmos limites dos andares inferiores, complementa as zonas de serviço. A partir do 11º andar existia um fogo por piso.

A entrada principal é efectuada pela Av. Duarte Pacheco, organiza-se segundo um magnânimo vestíbulo revestido a pedra mármore verde viana, de duplo pé-direito comunicante com o logradouro através de um amplo envidraçado. Ideia que transpôs da obra da Av. República.

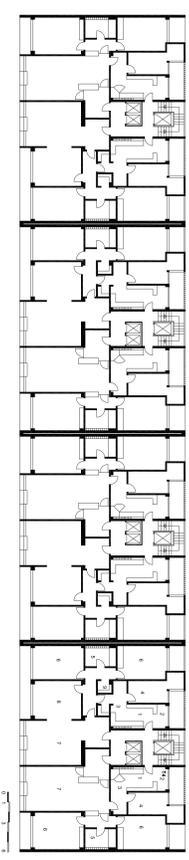




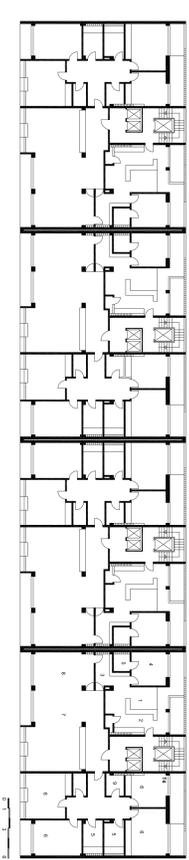




Complexo de Edifícios
 Estádio "Volante"
 Rua das Américas, 110
 Freguesia de São João
 Município de Vila Rica
 Estado de Minas Gerais
 Processo de obra - Proc. 57910

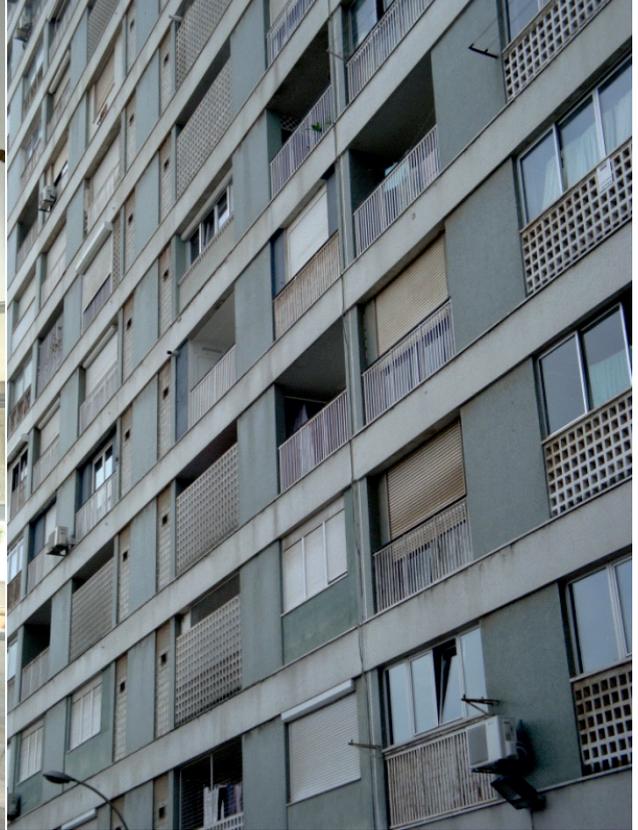


Complexo de Edifícios - No. das Américas 110 - A - 11 - 12 - 13 - 14 - 15 - 16 - 17 - 18 - 19 - 20 - 21 - 22 - 23 - 24 - 25 - 26 - 27 - 28 - 29 - 30 - 31 - 32 - 33 - 34 - 35 - 36 - 37 - 38 - 39 - 40 - 41 - 42 - 43 - 44 - 45 - 46 - 47 - 48 - 49 - 50 - 51 - 52 - 53 - 54 - 55 - 56 - 57 - 58 - 59 - 60 - 61 - 62 - 63 - 64 - 65 - 66 - 67 - 68 - 69 - 70 - 71 - 72 - 73 - 74 - 75 - 76 - 77 - 78 - 79 - 80 - 81 - 82 - 83 - 84 - 85 - 86 - 87 - 88 - 89 - 90 - 91 - 92 - 93 - 94 - 95 - 96 - 97 - 98 - 99 - 100



Complexo de Edifícios - No. das Américas 110 - A - 11 - 12 - 13 - 14 - 15 - 16 - 17 - 18 - 19 - 20 - 21 - 22 - 23 - 24 - 25 - 26 - 27 - 28 - 29 - 30 - 31 - 32 - 33 - 34 - 35 - 36 - 37 - 38 - 39 - 40 - 41 - 42 - 43 - 44 - 45 - 46 - 47 - 48 - 49 - 50 - 51 - 52 - 53 - 54 - 55 - 56 - 57 - 58 - 59 - 60 - 61 - 62 - 63 - 64 - 65 - 66 - 67 - 68 - 69 - 70 - 71 - 72 - 73 - 74 - 75 - 76 - 77 - 78 - 79 - 80 - 81 - 82 - 83 - 84 - 85 - 86 - 87 - 88 - 89 - 90 - 91 - 92 - 93 - 94 - 95 - 96 - 97 - 98 - 99 - 100

- 1. Tribuna
- 2. Área de Serviço
- 3. Área de Serviço
- 4. Área de Serviço
- 5. Área de Serviço
- 6. Área de Serviço
- 7. Área de Serviço
- 8. Área de Serviço
- 9. Área de Serviço
- 10. Área de Serviço



6.1. Na Periferia da Cidade

Após a experiência vivida nos Olivais, nos finais dos anos 70, do século XX, o problema da habitação não se encontrava resolvido. Este momento é marcado pelo forte investimento do sector privado que abandona os investimentos no centro da cidade e parte para as periferias. No entanto a arquitectura resultante deste período é ditada por uma série de promotores imobiliários que pretendiam uma habitação que correspondesse aos desejos dos utentes e, por isso, a venda rápida e com lucro apreciável são as palavras de ordem. Segundo os promotores privados

«Os elementos arquitectónicos indispensáveis para essa aceitação seriam os seguintes: casa de banho com revestimento total do equipamento aerodinâmico, acesso à casa de jantar por porta dupla envidraçada, cozinha com azulejos coloridos e armários de metal, entrada de mármore ou outro material polido e reluzente, fachada com falsa varanda corrida de parapeito recuado, etc. Cumpridos estes requisitos, já não interessava a qualidade da arquitectura.»⁶²

Serão com estas premissas que arquitectos como Fernando Silva têm que trabalhar. Para estes clientes a arquitectura de vanguarda, pensadora é posta de lado e por isso adoptam-se esquemas habitacionais convencionais. O que resta para arquitectos como Fernando Silva é desenvolverem técnicas que permitam atingir a qualidade, a durabilidade e que ao mesmo tempo proporcionem espaços confortáveis.

Tal como afirma o arquitecto Jorge Figueira, na dissertação de doutoramento, com o título, *Periferias Perfeitas Pós-Modernidade da Arquitectura Portuguesa*, nos anos 60 e 80, do século XX, *«a arquitectura moderna é, nesse período, sucessiva e ciclicamente contestada, reanimada e reformulada»⁶³.*

Curiosamente o que vemos nas intervenções de Fernando Silva nas periferias é o recorrer a um pensamento racional para fazer rápido e bem, Este pensamento em série, tal como Le Corbusier menciona no Livro *Vers une Architecture*, vai em muito ao encontro do espírito adoptado por Fernando Silva,

«é preciso criar o estado de espírito da série. O estado de espírito de construir casas em série, o estado de espírito de habitar casas em série, o estado de espírito de conceber casas em série»⁶⁴

6.2.1. Urbanização da Portela de Sacavém (1960-1979)

Por iniciativa privada surge a Urbanização da Portela de Sacavém situada nas Quintas do Ferro, Casquilho, Vitória, Alegria e Carmo, apenas a 6 km do centro de Lisboa, com uma área total de 155 ha, junto aos limites administrativos da cidade, no concelho de Loures.

«As variantes derivadas da orientação, o dimensionamento e o nivelamento da implantação dos vários sectores habitacionais, concedem, desde logo, um interesse plástico e urbano que permite uma arquitectura de concepção simplificada e uniforme.»⁶⁵.

Que se valorizará com uma conveniente escolha das qualidades e variação cromática dos materiais respondendo assim aos resultados económicos pretendidos,

«Porque a uniformidade é essencial para que se atinja o nível estético e funcional com correspondentes resultados económicos, será preciso, para o interesse de todos, que exista espírito de cooperação, e que por consequência os executores respeitem os projectos, detalhes e especificações.»⁶⁶.

A Urbanização desenvolveu-se segundo as normas do Regulamento de Urbanização estabelecido para assegurar a uniformidade do conjunto, onde é referido que *«Nos exteriores dos edifícios e obras complementares incluindo revestimentos de logradouros, floreiras, etc., não serão autorizadas alterações de forma nem expressão ou qualidade dos materiais»⁶⁷.*

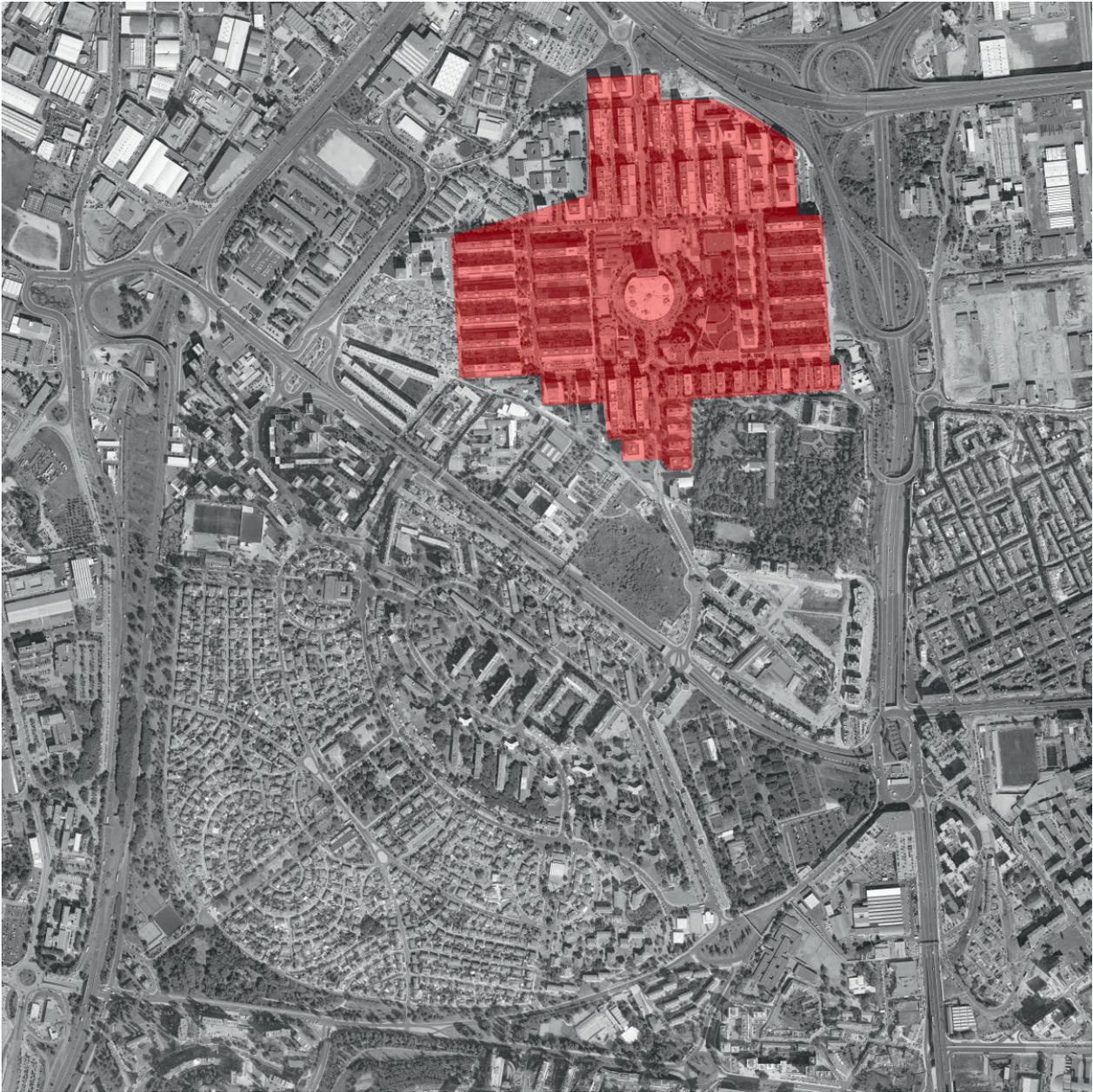
Para a realização das habitações terão sido criados nove projectos-tipo que seriam combinados por uma organização interna variável e contrastante com a uniformidade exterior dos edifícios. Das nove tipologias sete são em banda, duas tipologias de torre e uma tipologia composta por habitação e escritórios⁶⁸. Cada edifício eleva-se sobre uma plataforma, que

abrange toda a largura do lote, com a profundidade necessária para o estacionamento e circulações. A altura desta plataforma seria um elemento de uniformidade entre os diversos edifícios e resolveria pontualmente algumas diferenças de cota. Nestas plataformas foram criadas floreiras que acabaram por englobar as frestas de ventilação das garagens subterrâneas.

Ao nível do espaço urbano verifica-se *«um modelo moderno muito simplificado, denotando reflexos pontuais que a influência da Carta de Atenas e os princípios de um racionalismo começavam a ter em Portugal, com a abolição da “rua corredor”»*⁶⁹. No entanto a abolição da rua corredor é perturbada quando o arquitecto opta por esquema cromático de *«“fatias” horizontais, alternadas por pisos, de cor branca e amarela, ao gosto da época, o que embora se possa considerar como questão menor, altera em muito a sua possível leitura como objecto puro, não comunicante.»*⁷⁰

Se comparamos a Portela de Sacavém com os Olivais, verifica-se que os princípios aplicados são bastante mais ortodoxos em relação à Carta de Atenas no que diz respeito à clareza e simplicidade estruturais, repetição tipológica e zonamento funcional, que a retícula permite.

O esquema interno das habitações de modo geral corresponde ao comum esquerdo/direito, no caso dos edifícios em banda. Podem-se identificar sete tipologias, das quais foram construídas seis, e outros dois tipos variantes. Das tipologias identificadas optou-se por dividi-las em dois sectores, banda e torre, de modo a clarificar a leitura das opções tomadas pelo arquitecto.



6.1.1.1. Tipologias em Banda

Tipo I⁷¹

Nesta tipologia o edifício constituído por uma cave, rés-do-chão e 11 pisos de habitação.

O rés-do-chão é composto pela casa da porteira, uma sala comum, um vestíbulo e uma área resguardada da rua onde são feitos os acessos verticais. A habitação da porteira ocupa parte do piso térreo (T2 com uma casa de banho). O acesso aos restantes pisos é feito através de um Hall que faz a distribuição para os elevadores, escadas e depois para a sala comum. Cada andar é constituído por dois fogos, com um esquema de esquerdo/direito, tendo duas entradas distintas, uma principal e uma de serviço. O hall de distribuição é interior relativamente fachada. A distribuição interior dos apartamentos é feita através de um Hall que separa a área social e íntima da casa. A área social é composta por uma sala com ligação a uma varanda, e encontra-se separada da cozinha. A cozinha contém uma lavandaria, uma casa de banho, e uma parte da varanda com a área das condutas do lixo. A área íntima da casa é separada do hall de entrada e contém três quartos e uma casa de banho. Quanto á orientação solar a sala e cozinha encontram-se a Sul, e os quartos a Norte.

Ao nível do alçado usou-se um esquema cromático que para além de diferenciar o número de pisos também pretendia criar a ilusão de que cada bloco habitacional tinha um número de pisos superior. O uso do branco e do ocre em cada piso criava uma ampliação do conjunto e criava uma unidade cromática e estética que para o arquitecto era essencial e que, mais tarde, se acabou por ser usado na Urbanização dos Sassoeiros.

Relativamente á “cortina de remate”⁷² (platibanda) é exagerada porque anula as

inevitáveis saliências das caixas de escadas, das máquinas dos elevadores. A cobertura aparenta ser plana, no entanto, é inclinada e com revestido com canelotes de Lusalite⁷³.

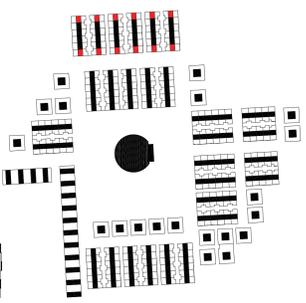
Tipo II⁷⁴

O edifício é composto por uma cave, rés-do-chão e 10 pisos de habitação.

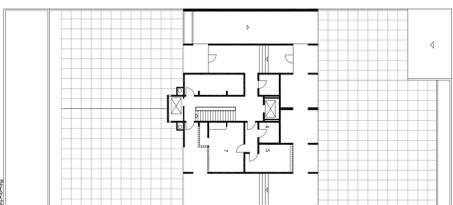
A cave alberga o estacionamento e contém arrecadações na zona central. O rés-do-chão é composto pela casa da porteira, uma sala comum, duas arrecadações, um vestíbulo, e um outro onde são feitos os acessos verticais. O acesso principal e o acesso de serviço são separados por um hall ocupando uma parte do alçado Sul.

Cada andar é constituído por dois fogos, com um esquema de esquerdo | direito. A distribuição interior é feita através de um hall que separa a área social e íntima da casa. A área social é composta por uma sala com ligação a uma varanda, a sala encontra-se separada da cozinha. São introduzidas novas características funcionais na cozinha e na copa, que permitem variações no modo de utilização, quer no aumento da área cozinha, com a simples supressão do quarto, quer pela integração deste no âmbito da sala. A cozinha é composta por uma casa de banho, o quarto de empregada e uma varanda com a conduta dos lixos. A área íntima da casa é separada do hall de entrada e contém três quartos, dois simples, um quarto com suite e uma casa de banho. Quanto á orientação solar a sala e cozinha encontram-se a Sul, e os quartos a Norte.

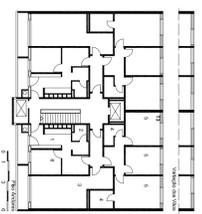
Nesta tipologia à semelhança da anterior verifica-se a presença de uma hierarquização funcional que se organiza em dois sentidos, numa das fachadas existe a parte social e do outro lado a parte íntima. Em ambas as tipologias o tratamento das fachadas é diferenciado pela colocação do elevador na fachada principal - no segundo caso - ou pelo recorrer ao uso das grelhas no primeiro. No alçado dos quartos é introduzido um novo esquema cromático alternado que varia por piso.



0 5 10 15



0 5 10 15



0 5 10 15

União de Engenharia de Arquitetura
 Tipo II
 Lote 84 - Indústria
 Descrição - Casa de Alvenaria, 19 Juros
 Engenheiro Responsável: Roberto Faria
 Profissional: 19428/2011

Legenda
 1. Sala de estar
 2. Cozinha
 3. WC
 4. Quarto
 5. Banheiro
 6. Varanda

União de Engenharia de Arquitetura - Tipo II

Área	Q. Máx.	Q. Mín.	Q. Méd.	Q. Mín.	Q. Méd.	Q. Máx.	Q. Méd.	Q. Mín.	Q. Máx.
191	144	X	143	110	214	X	110	120	120

Tipo III ⁷⁵

O edifício é composto por uma cave, rés-do-chão e 11 pisos de habitação.

A cave contém a estacionamento e a casa dos lixos. O rés-do-chão é constituído pela casa da porteira, uma arrecadação, dois vestíbulos, e uma área resguardada da rua onde são feitos os acessos verticais. O acesso principal e o acesso de serviço são separados, relativamente à tipologia anterior, passando a localizar-se no interior do edifício. O esquema de esquerdo|direito mantêm-se, com a particularidade de que cada fogo por piso tem um elevador, o que é justificado pelo arquitecto pela seguinte forma,

«Pela evidente vantagem de se dispor de ambas as fachadas para a mais apropriada articulação funcional das habitações e também por razões técnicas relacionadas com a economia da estrutura aconselham a colocação de circulações verticais na zona central do edifício, optámos pela duplicação dos ascensores principais, cujos vestíbulos terão acesso controlável com a escada e monta-cargas de serviço.»⁷⁶

Ao nível dos apartamentos continua a existir um hall interior de distribuição que separa a parte social da casa e a parte mais íntima. Neste tipo de fogo a sala de jantar e a sala de refeições encontram-se interligadas, relativamente ao tipo anterior suprimiu-se o quarto da empregada substituindo pela sala de refeições.

O bloco de acesso vertical passa a ser interior o que permite o aumento da cozinha, acrescentando-se ainda a lavandaria e a casa de banho. Este facto reflecte uma posição clara das ideologias de uma arquitectura de massas, pois a alteração dos acessos para o interior poderiam constituir numa alteração do tratamento dado à espacialidade dos compartimentos e

das ligações que estes estabelecem entre si. O mesmo poderia acontecer nas fachadas se lhes fosse dado um tratamento semelhante.

Relativamente à orientação solar a área social encontra-se virada a nascente e a área dos quartos a poente.

Unificação da Portaria de Segurança
Tipo III
 Lote 12 - Indústria
 Descrição - Casa Residencial, 12 Juros
 Engenheiro: Nelson Peres de Sousa Filho
 Professor: Cláudio P. de F. O. P.

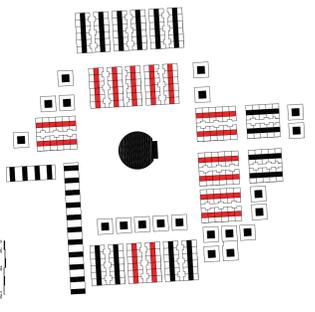
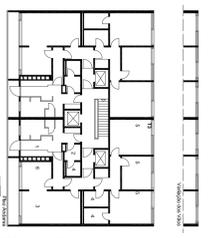
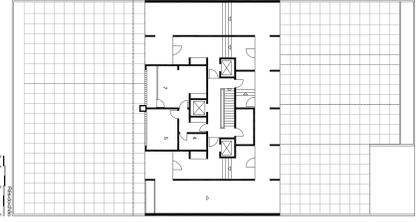


Fig. 4



- Legenda
- 1. Sala de Estar
 - 2. Cozinha
 - 3. WC
 - 4. WC
 - 5. Banheiro
 - 6. Quarto
 - 7. Quarto
 - 8. Quarto
 - 9. Quarto
 - 10. Quarto
 - 11. Quarto
 - 12. Quarto
 - 13. Quarto
 - 14. Quarto
 - 15. Quarto
 - 16. Quarto
 - 17. Quarto
 - 18. Quarto
 - 19. Quarto
 - 20. Quarto
 - 21. Quarto
 - 22. Quarto
 - 23. Quarto
 - 24. Quarto
 - 25. Quarto
 - 26. Quarto
 - 27. Quarto
 - 28. Quarto
 - 29. Quarto
 - 30. Quarto
 - 31. Quarto
 - 32. Quarto
 - 33. Quarto
 - 34. Quarto
 - 35. Quarto
 - 36. Quarto
 - 37. Quarto
 - 38. Quarto
 - 39. Quarto
 - 40. Quarto
 - 41. Quarto
 - 42. Quarto
 - 43. Quarto
 - 44. Quarto
 - 45. Quarto
 - 46. Quarto
 - 47. Quarto
 - 48. Quarto
 - 49. Quarto
 - 50. Quarto
 - 51. Quarto
 - 52. Quarto
 - 53. Quarto
 - 54. Quarto
 - 55. Quarto
 - 56. Quarto
 - 57. Quarto
 - 58. Quarto
 - 59. Quarto
 - 60. Quarto
 - 61. Quarto
 - 62. Quarto
 - 63. Quarto
 - 64. Quarto
 - 65. Quarto
 - 66. Quarto
 - 67. Quarto
 - 68. Quarto
 - 69. Quarto
 - 70. Quarto
 - 71. Quarto
 - 72. Quarto
 - 73. Quarto
 - 74. Quarto
 - 75. Quarto
 - 76. Quarto
 - 77. Quarto
 - 78. Quarto
 - 79. Quarto
 - 80. Quarto
 - 81. Quarto
 - 82. Quarto
 - 83. Quarto
 - 84. Quarto
 - 85. Quarto
 - 86. Quarto
 - 87. Quarto
 - 88. Quarto
 - 89. Quarto
 - 90. Quarto
 - 91. Quarto
 - 92. Quarto
 - 93. Quarto
 - 94. Quarto
 - 95. Quarto
 - 96. Quarto
 - 97. Quarto
 - 98. Quarto
 - 99. Quarto
 - 100. Quarto

Unificação de Planos de Segurança - Tipo III

Tipologia	Quantidade	Área (m²)	Coeficiente	Superfície	Área Útil	Área Total	Área Útil	Área Total
11	141	180	X	113	201	113	113	201

Tipo IV⁷⁷

O edifício é composto por uma cave, rés-do-chão e 11 pisos de habitação.

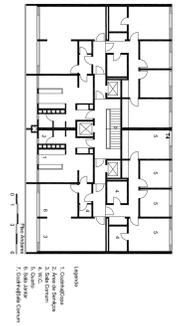
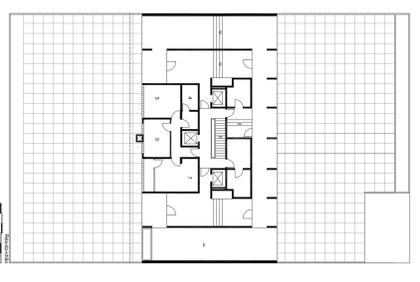
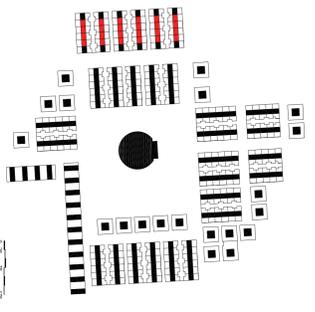
A cave alberga o estacionamento, cinco arrecadações e uma casa dos lixos. No rés-do-chão o acesso é feito por um vestíbulo. Este piso é composto pela casa da porteira (T2, e uma casa de banho), três arrecadações e dois vestíbulos.

Cada apartamento é constituído por uma cozinha, uma sala de jantar (ou quarto de empregada), uma sala com ligação directa com a área de jantar. A parte íntima da casa é separada da área social através de um átrio|corredor onde se têm acesso aos quatro quartos, três simples e um com casa de banho.

Comparando com a tipologia anterior, o Tipo IV, em termos de área é relativamente maior, devido á existência de mais um quarto, mas também pela reorganização da cozinha e da casa de banho comum junto á sala.

Relativamente á orientação solar os quarto estão virados a norte e a área social da casa a sul.

Unidade de Pesquisa de Siquem
Tipo IV
 Lote 11 - Indaiatuba
 Distrito - Casa Branca, 12 Jaws
 Engenheiro Mauro Pereira e Bodo Faria
 Projeto Arquitetônico
 Professor Carlos Piva/2007



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS - UFSCAR

Unidade	Quanto										
11	127	430	430	163	163	218	162	448	388	X	420



Tipo VI⁷⁸

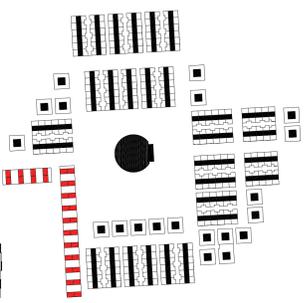
O edifício é composto por rés-do-chão 5 pisos de habitação⁷⁹.

No rés-do-chão o acesso é feito por um vestíbulo que dá para um hall. Este piso é composto pela casa da porteira, uma sala comum, uma casa dos lixos e uma arrecadação. Nesta tipologia o edifício tem um contacto directo com o piso térreo, não é elevado do chão através de uma plataforma, existindo apenas uma área resguardada ao longo de todo o edifício.

Os acessos verticais, tanto de elevador como pelas escadas estão num único bloco. Opta-se, mais uma vez, por um esquema esquerdo|direito. A parte social da casa é composta pela sala agregada à sala de jantar e à cozinha. As lavandaria|casa de banho funcionam como um bloco de separação entre as várias divisões. A cozinha, a sala de jantar e a sala comum interligam-se com uma varanda. Na parte mais íntima da casa existe uma casa de banho, três quartos, dois simples e um quarto com casa de banho.

O edifício possui um andar recuado onde a planta do fogo sofre alterações significativas. Ao andar ser recuado permite que todos os compartimentos tenham ligação com as varandas. A cozinha, sala de jantar e estar deixam de estar interligadas, abdica-se da lavandaria, e as duas salas mudam de posição.

Urbanização da Pórtula de São João
Tipo VI
 Lote 66 - Indivíduo
 Descrição - Residência, 5.ª fase
 Eng.ª Civil: Nuno Pinheiro e Sotelo Pinho
 Eng.ª Arquitetónica: Rui Pinheiro
 Professor: Cláudio Pinheiro
 Projecto: TPO



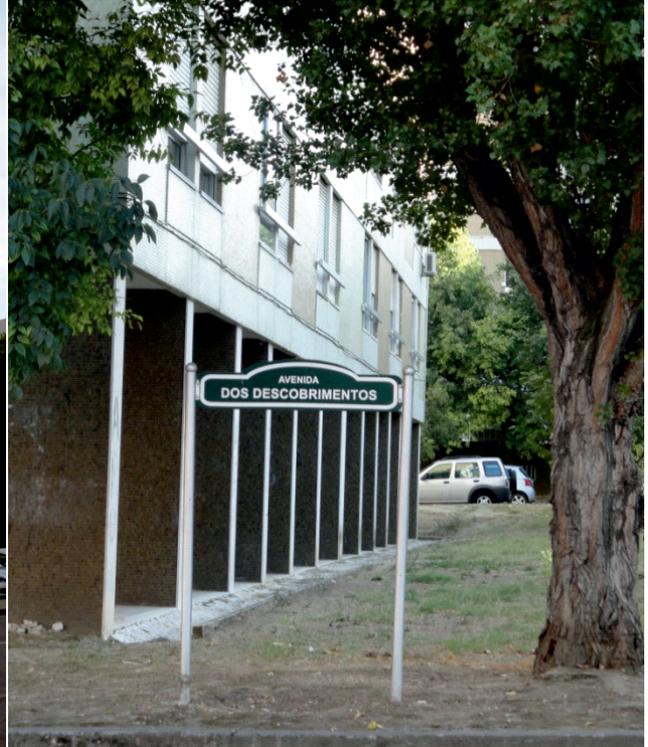
Legenda
 1. Cozinha
 2. Sala
 3. Quarto
 4. Banheiro
 5. Corredor
 6. Escalote
 7. Garagem

Urbanização da Pórtula de São João - 7.ª e 8.ª fases

Tipologia	Quantidade	Área (m²)	Superfície (m²)						
Tipologia	Quantidade	Área (m²)	Superfície (m²)						
T1	132	430	X	143	113	146	132	138	110

Urbanização da Pórtula de São João - 9.ª e 10.ª fases

Tipologia	Quantidade	Área (m²)	Superfície (m²)						
T2	142	470	X	160	207	112	148	X	142



6.1.1.1. Tipologias em Torre

Tipo V⁸⁰

O edifício é composto por uma cave, rés-do-chão e 11 pisos de habitação.

A cave alberga o estacionamento, seis arrecadações e duas casas dos lixos. No rés-do-chão o acesso é feito por um vestíbulo que dá para um hall central. Este piso é composto pela casa da porteira e três apartamentos.

Os andares são ocupados por quatro habitações iguais. Relativamente aos fogos continua a existir uma diferenciação entre a parte social e íntima da habitação, todavia a sala passa a interligar-se com a entrada podendo ser separa apenas por mobiliário. Nesta tipologia *a “zona de serviço possui tudo o que é necessário e suficiente, inclusive instalações sanitárias para pessoal doméstico, antecedida de antecâmara que é destinada às lavagens”⁸¹*

Na área mais íntima da habitação existem três quartos com uma casa de banho comum. Claramente ao nível das áreas e da compartimentação este fogos da tipologia V são muito mais modestos que as tipologias anteriores.

Urbanização da Ponta de São Lourenço
 Tipo V

Luís Sá Pessoa
 Arquitecto
 Engenheiro Civil, Arquitecto, Professor
 Engenheiro de Edifícios e Paisagem
 Professor Catedrático do IIAUCP

Legenda

- 1. Circulação
- 2. Alojamento
- 3. Cozinha
- 4. Banho
- 5. Sala
- 6. Cozinha
- 7. Banho
- 8. Sala
- 9. Cozinha
- 10. Banho
- 11. Sala

Urbanização da Ponta de São Lourenço - Tipo V											
Unidade	Quant. 1	Quant. 2	Quant. 3	Quant. 4	Quant. 5	Quant. 6	Quant. 7	Quant. 8	Quant. 9	Quant. 10	Quant. 11
11	123	800	800	X	113	202	X	240	150	X	500



Variantes da Tipo V⁸²

A uma torre analisada faz parte de um conjunto de oito torres a implantar no limite norte da urbanização da Portela, das quais foram construídas três.

«Quanto á organização funcional dos fogos manteve-se o critério utilizado na concepção geral do conjunto, havendo, contudo, a preocupação de obter uma maior diversificação na sua tipologia a fim de atender mais adequadamente às solicitações do mercado»⁸³

O edifício é composto por três caves, rés-do-chão e 11 pisos.

A 3º e 2º Cave destinam-se à existência de amazéns e foram projectadas atendendo ao desnível do terreno existente. O seu acesso far-se-á pelo arruamento independente da Urbanização já previsto para os lotes 131, 132, 133 e 139. A Cave alberga o estacionamento para 63 lugares e 48 arrecadações.

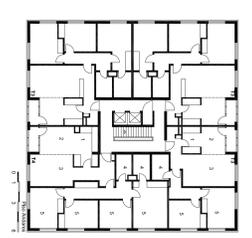
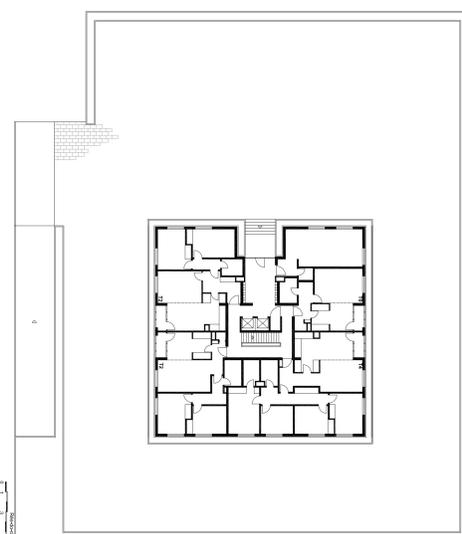
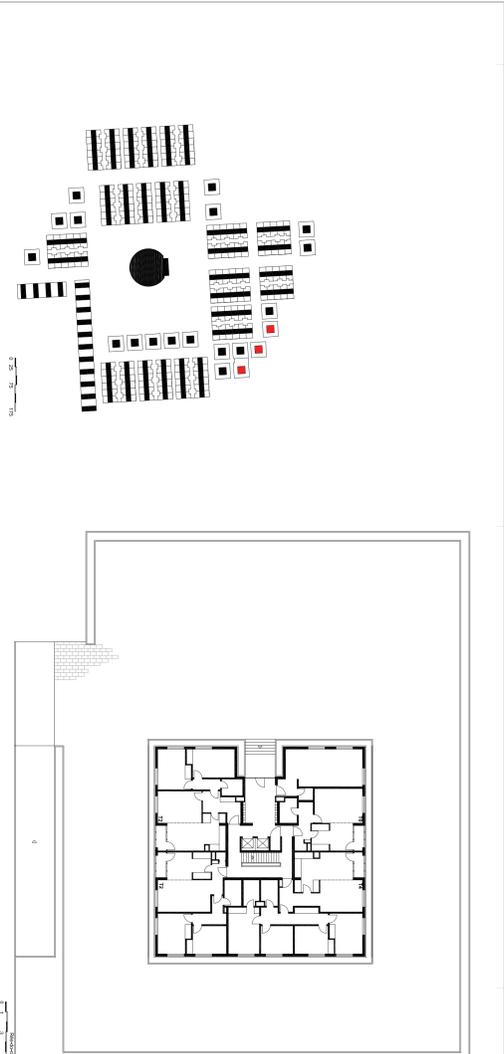
O piso térreo é ocupado por uma habitação de tipologia V (quatro quartos + sala) e tipologia III (dois quartos + sala), a habitação da porteira e a sala de reunião dos condomínios.

Os andares são ocupados por quatro habitações, sendo uma da tipologia V, duas da tipologia IV (três quartos + sala) e uma da tipologia III.

A diferença entre os diversos tipos de habitação consiste essencialmente no número de quartos pois todos dispõem de sala comum com zona de refeições devidamente diferenciada, cozinha e estendal. Os fogos de tipologia V e IV possuem duas casas de banho sendo uma privativa. Todos os pisos de habitação possuem um compartimento destinado ao tudo de lixos localizado junto aos elevadores e um sistema geral de ventilação forçada que abrange todas as

cozinhas e casa de banho.

As mudanças identificadas nesta tipologia comparativamente à Tipo V são ao nível da composição e da distribuição formal dos compartimentos e dos acabamentos. Valores como a simetria e a clareza na distribuição dos fogos são postos de parte em detrimento de uma maior diversificação das tipologias.



Legenda
 1. Cozinha
 2. Sala
 3. Hall
 4. Banheiro
 5. Quarto

Quantidade de Pontos de Iluminação, Volume em Litros

Quantidade	Cozinha	Sala	Hall	Banheiro	Quarto	Área	Total
11	X	X	X	X	X	1.512	1.512
12	X	X	X	X	X	1.512	1.512
13	X	X	X	X	X	1.512	1.512
14	X	X	X	X	X	1.512	1.512

6.2.2. Alto da Barra (1961-1975)

O plano de Urbanização dos terrenos do “Casal da Medrosa”⁸⁴ foi aprovado na sessão da Câmara Municipal de Oeiras, a 13 de Abril de 1965⁸⁵, tendo sofrido algumas alterações depois dos estudos feitos pela Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, para o Bairro do M.O.P, e pela Junta Autónoma das Estradas, para a solução de acessos á Estrada Marginal e ao Hotel Continental.

O plano situava-se junto á estrada marginal de Lisboa-Cascais, a 12 km da capital, num dos locais mais privilegiados da chamada linha do Estoril, zona inserida no Plano Da Costa do Sol, que apenas previa moradias. O plano de urbanização seria descrito pelo arquitecto num panfleto publicitário⁸⁶, disponível em Português e Inglês, do seguinte modo «Nele foram concebidas vastas áreas ajardinadas e arborizadas, piscina e centro comercial próprio. A vista alcança o Oceano Atlântico, Lisboa enquadrada pelo Tejo e a Serra de Sintra.»⁸⁷

A área da urbanização inserida na vila de Oeiras pretendia incorporar o desenvolvimento habitacional e incluir alguns equipamentos que pudessem dinamizar ao nível social, cultural, comercial e escolar a vida dos seus moradores.

Diversos ajustes foram feitos ao longo do processo, “sem contudo se ter modificado a sua orientação básica – zona habitacional de moradias, zona habitacional de blocos, zona comercial e zona escolar.”⁸⁸

As alterações feitas ao longo do processo foram motivadas pelos seguintes factos, ao nível do bairro do Ministério das Obras Públicas eliminaram-se alguns blocos na zona poente, que foram de certo modo compensados pelo aumento de edifícios da zona nascente (junto á Estrada Marginal), também foram introduzidas pela J.A.E.⁸⁹ alterações ao nível dos acessos,

arruamentos, rede de esgotos, águas e drenagens, sem alterar as características gerais dos edifícios. E, por fim, em conformidade com o decreto-lei nº 48464⁹⁰, o S.G.D.N⁹¹ entrega a 19 de Maio de 1969, a autorização para a construção da Urbanização onde em anexo viriam as alterações que diziam «respeito às alturas dos edifícios e à disposição dos edifícios previstos para a zona comercial, que deveriam respeitar o afastamento de 50m dos limites do reduto Gomes Freire.»⁹²

O plano dividir-se-ia em três áreas de intervenção na Zona Poente, a Zona do Bairro Económico e a Zona Nascente (composta pelos bloco de apartamentos, moradias e o núcleo comercial). Os limites do plano constituam uma área delimitada pela Estrada Marginal, o Reduto Gomes Freire, onde se situa o Bairro Económico⁹³, que mais tarde foi ocupado pela NATO, Estrada Militar, Bairro do Ministério das Obras Públicas e Colónia de Férias do Governo Militar de Lisboa.

O plano aprovado pela C.M.O previa, para a zona poente do conjunto do Alto da Barra um grupo de três blocos de habitação. Cada bloco é composto por quatro prédios de cinco pisos com uma altura que respeita a 42 metros, determinados pelo Secretariado da Defesa Nacional.

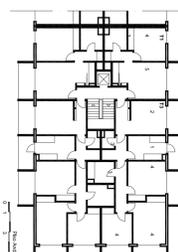
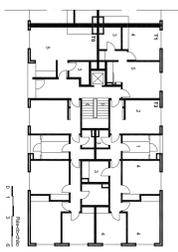
Cada piso é composto por quatro fogos sendo do Tipo I e dois do Tipo III. O fogo do Tipo I é constituído por uma sala comum com Kitchennet separada por uma porta de fole, um quarto e uma casa de banho. O fogo do Tipo II é constituído por uma sala comum, três quartos, cozinha e duas casas de banho, hall e estendal. Relativamente à organização funcional destes apartamentos verifica-se a existência de uma distribuição pouco interessante que é feita através de um corredor. Outro ponto pouco atraente é a ligação da cozinha á sala.

No rés-do-chão um dos fogos de Tipo I é substituído pela habitação da porteira que é

constituída por uma sala comum com a kitchennet e uma casa de banho.

Na cave existiriam arrecadações para os inquilinos.





Legenda:
 1. Corredor
 2. Sala Comum
 3. Sala de Reuniões
 4. Conferência

Universidade de Brasília - Edifício Convênio - 2.º Andar

Tempo	Quant.										
T1	T2	T3	T4	T5	T6	T7	T8	T9	T10	T11	T12
12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12

Universidade de Brasília
 Edifício Convênio
 Projeto

Na zona Nascente, junto à estrada Marginal destinava-se à «*construção de cinco blocos habitacionais de características exteriores semelhantes e rodeados por amplos espaços livres que serão devidamente tratados e arborizados*»⁹⁴.

Dos cinco blocos o primeiro a ser construído seria o Bloco A2, que se destinava a ser vendido em regime de propriedade Horizontal. Os blocos seriam dispostos de forma a tirarem o melhor partido da paisagem e «Para complemento deste conjunto e para utilização dos seus moradores, está prevista a construção de piscina com instalações anexas (sala de jogos, salões de chá, balneários, etc.)»⁹⁵

Os blocos da zona marginal são compostos por cave, rés-do-chão e seis andares habitacionais que têm orientação sul-nascente, obtendo-se assim uma maior protecção dos ventos e a garantia de boas condições de «ensoleiramento».

O rés-do-chão é vazado com pilares correspondentes a cada prédio garantindo assim a ligação entre os espaços livres e as cabines de acesso. As entradas principais, escadas e elevadores, entradas de serviços e recolha de lixos encontram-se condensados nestas cabines de entrada.

Por andar existem dois fogos, dois acessos verticais que são constituídos por dois elevadores, um principal e outro de serviço. Ao nível dos fogos identificam-se duas tipologias Tipo II (dois quartos) e o Tipo III (com três quartos).

A zona de recepção é constituída, nas habitações Tipo II, por sala comum com um pequeno terraço anexo, e nas habitações Tipo III, por sala de estar dupla e com ligação a terraço. A entrada no apartamento é feita directamente pela sala, onde o arquitecto resolve o acesso através da colocação de um móvel.

As zonas de serviço têm entrada independente, esta área é composta pela cozinha e área de refeições, varanda para estendal, onde se instalou a conduta dos lixos, instalação sanitária com zona de lavagem de roupas e despensa.

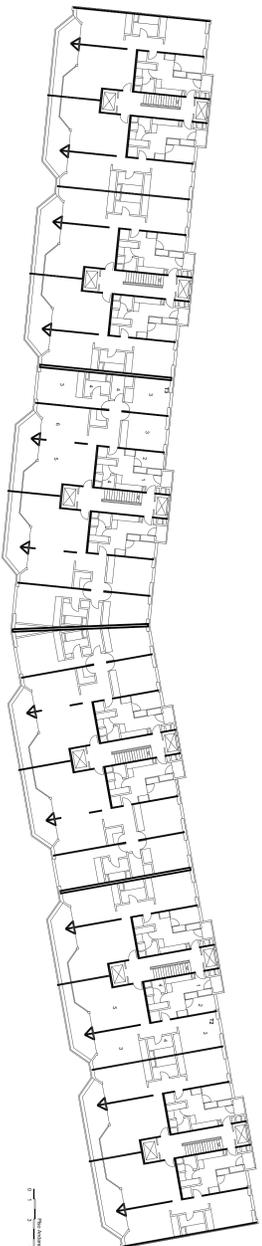
A particularidade ou a novidade instaurada na obra do arquitecto neste edifício refere-se à cozinha, esta

«foi estudada de forma a permitir, com a simples mudança de posição de armários, obter disposições diferentes consoante os desejos dos respectivos utilizadores. Esta dependência será devidamente equipada com todos os apetrechos necessários à vida moderna.»⁹⁶

A flexibilidade deste compartimento ou desta área da habitação contrasta com a rigidez que o sistema construtivo usado impõe á distribuição dos espaços da habitação. Embora a mudança destes espaços seja extremamente interessante pelas inúmeras variações e combinações que o cliente pode obter, em contrapartida a ligação da cozinha à sala contínua estanque. No entanto o arquitecto colmata este facto quando desenha a varanda como um prolongamento do espaço interior, sendo a varanda um “terraço de estar ao ar livre”. O que revela uma evolução relativamente a outros edifícios feito anteriormente, onde a varanda ou não existe ou têm dimensões pouco práticas.

Mais uma vez, os preceitos do Moderno são aplicados de modo pouco claro, visto que ao nível dos alçados é feita uma diferenciação entre a fachada principal e traseiras. Este facto é consequência de uma necessidade de hierarquizar as fachadas, um pouco à semelhança do que o arquitecto havia experimentado na cidade. O tratamento dado ao alçado dos serviços (traseiras) será repetido na Quinta da Luz.





Унитарное АНО «Газпром»
 Бюджет АНО «Газпром»
 Лицензия на осуществление
 проектной деятельности
 СРО «Инженер-Академия Проект»
 ИП-071170

Список помещений

Код	Наименование	Площадь, кв. м	Средняя стоимость, руб.	Итого, руб.
1	Офис	150	1000000	150000000
2	Склад	100	500000	50000000
3	Склад	100	500000	50000000
4	Склад	100	500000	50000000
5	Склад	100	500000	50000000
6	Склад	100	500000	50000000
7	Склад	100	500000	50000000
8	Склад	100	500000	50000000
9	Склад	100	500000	50000000
10	Склад	100	500000	50000000
11	Склад	100	500000	50000000
12	Склад	100	500000	50000000
13	Склад	100	500000	50000000
14	Склад	100	500000	50000000
15	Склад	100	500000	50000000
16	Склад	100	500000	50000000
17	Склад	100	500000	50000000
18	Склад	100	500000	50000000
19	Склад	100	500000	50000000
20	Склад	100	500000	50000000
21	Склад	100	500000	50000000
22	Склад	100	500000	50000000
23	Склад	100	500000	50000000
24	Склад	100	500000	50000000
25	Склад	100	500000	50000000
26	Склад	100	500000	50000000
27	Склад	100	500000	50000000
28	Склад	100	500000	50000000
29	Склад	100	500000	50000000
30	Склад	100	500000	50000000
31	Склад	100	500000	50000000
32	Склад	100	500000	50000000
33	Склад	100	500000	50000000
34	Склад	100	500000	50000000
35	Склад	100	500000	50000000
36	Склад	100	500000	50000000
37	Склад	100	500000	50000000
38	Склад	100	500000	50000000
39	Склад	100	500000	50000000
40	Склад	100	500000	50000000
41	Склад	100	500000	50000000
42	Склад	100	500000	50000000
43	Склад	100	500000	50000000
44	Склад	100	500000	50000000
45	Склад	100	500000	50000000
46	Склад	100	500000	50000000
47	Склад	100	500000	50000000
48	Склад	100	500000	50000000
49	Склад	100	500000	50000000
50	Склад	100	500000	50000000



6.2.3. Urbanização dos Sasseiros (1961-1975)

O plano da Urbanização dos Sasseiros inicia-se em 1961 e conclui-se em 1975. Embora as telas finais⁹⁷ dos edifícios não pertençam ao arquitecto Fernando Silva, optou-se por estudar este núcleo pelas semelhanças formais – ao nível dos edifícios, dos zonamentos e da hierarquização das vias - que estabelece com a Urbanização da Portela de Sacavém.

Ao nível da distribuição das zonas encontramos semelhanças directas, com a Urbanização da Portela, pela existência do centro comercial na zona central que acabou por não ser construído. Ao nível dos edifícios, tal como na Portela criaram-se edifícios tipo, um em banda e um em torre. No entanto nota-se pouca variedade tipológica.

Tipologia em Banda⁹⁸

Da tipologia em banda encontra-se diversas semelhanças com as já experimentadas tipologias do Bairro Económico no Alto da Barra, relativamente ao uso das varandas. No entanto a novidade introduzida remete para as fachadas que *«assenta no ritmo da modulação e destaque dos **elementos verticais** da estrutura, bem definida também nos conjuntos das varandas que enquadram os resguardos das áreas de serviço»*.⁹⁹

Na organização dos fogos verifica-se a recorrência ao corredor como forma de unificar as ligações aos diversos compartimentos, perdendo-se a ligação entre a entrada e a sala que existiam nas tipologias do Alto da Barra.

O edifício é composto por uma cave com arrecadações e nove andares ocupados por dois fogos, T2 e T3.

Tipologia em Torre¹⁰⁰

Nesta tipologia as semelhanças formais com as torres da Urbanização da Portela são claras. Ao nível das fachadas *«a composição assenta no ritmo da modulação e destaque dos elementos horizontais da estrutura»*.¹⁰¹

O edifício é composto pela cave reservada para estacionamento e nove andares. Cada piso é ocupado por quatro fogos sendo cada um constituído por sala comum, zona de refeições

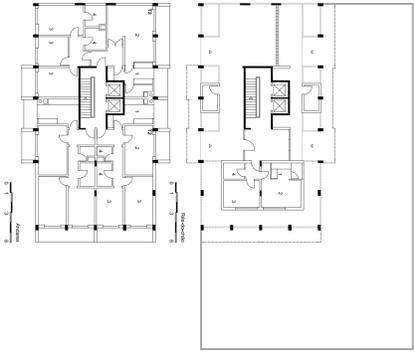
diferenciada, 3 quartos, 2 casas de banho sendo uma privativa (T3). A simetria, a organização funcional e a distribuição dos acessos remete para a tipologia de Tipo V experimentada na Portela.

As diferenças que se estabelecem com as torres da Portela encontram-se ao nível dos acabamentos, nas fachadas e nas plataformas dos logradouros. Ao nível das fachadas muda-se o acabamento das áreas de serviços, invés da convencional grelhagem cerâmica optou-se por lâminas metálicas de modo a que o utilizador possa controlar as mudanças do tempo. Ao nível das plataformas, o que era um espaço fluido e de ligação aos vários núcleos, na Portela, nos Sasseiros passa a ser delimitado. Previa-se, já em projecto, a colocação de gradeamentos, o que vai ao encontro das tipologias de condomínio fechado.

As mudanças dos materiais, as áreas mais contidas, as plataformas vedadas reservadas para estacionamento mostram que o arquitecto recorrentemente adopta projectos e ideias anteriores. A pressão do promotor neste empreendimento é claramente visível visto que o arquitecto abandona o projecto.



Universidad de Santiago
 Facultad de Ingeniería
 Escuela de Ingeniería Civil
 Ingeniería de Edificación
 Proyecto de Carrera - P10c
 2019/2020



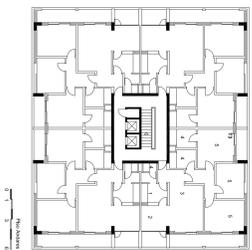
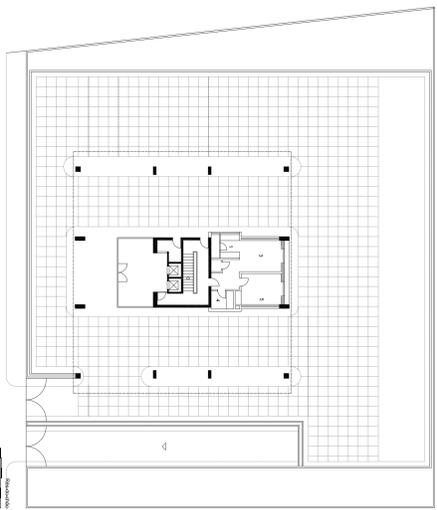
Legenda
 1. Sala de Profesores
 2. Sala de Clases
 3. Sala de Computación
 4. Corredor

Universidad de Santiago, 1999/2000, 1000 m²

Material	Cantidad	Unidad												
T1	134	m ²	X	840	m ²	X	840	m ²	X	134	m ²	X	242	m ²
T2	134	m ²	X	840	m ²	X	840	m ²	X	134	m ²	X	242	m ²
T3	134	m ²	X	840	m ²	X	840	m ²	X	134	m ²	X	242	m ²







Legend
 1. Corridor
 2. Staircase
 3. Room
 4. Office

Room	Area	Volume	Perimeter	Height	Volume
1	120	1200	120	10	12000
2	120	1200	120	10	12000
3	120	1200	120	10	12000
4	120	1200	120	10	12000

Universitat de València
 Departament d'Enginyeria
 Tècnica de Construccions
 Projecte de Grau en Enginyeria
 Tècnica de Construccions
 2018-2019



6.2.4. Quinta da Luz (1972-1978)

A Urbanização da Quinta da Luz foi construída de 1978 a 1982 sendo o plano construído, o resultado de um longo processo que passou pelo ateliê de diversos arquitectos. O primeiro plano data de 1972, do Arq. Carlos Lopes¹⁰² e Fernando Morais¹⁰³, o segundo plano de alteração para a Quinta dos Condes é feito em 1975 pelos MC Arquitectos¹⁰⁴ e em 1978 o Arq. Fernando Silva faz o projecto de alteração dos parcelamentos.

Da Urbanização em questão o aspecto a destacar é a existência de apenas um único bloco de habitação - Bloco I¹⁰⁵- que pela sua clareza, repetição de elementos e de um método projectual construtivo consegue-se criar um edifício-tipo. O Bloco I, construído entre 1969 e 1975 pela empresa SOGEL¹⁰⁶, destinado a habitação colectiva caracteriza-se pela clareza das circulações, desenvolvidas segundo a tipologia do núcleo de acessos situado a meia distância do corredor central.

Os dois blocos são compostos por duas caves para o estacionamento e oito pisos de habitação em regime de propriedade horizontal. O acesso ao edifício é feito a partir de uma plataforma que separa o utilizador da confusão das vias de tráfego. O facto de este “embasamento” ser superior ao perímetro do bloco permite criar uma área de recreio comum a todo o prédio. A organização interna do bloco habitacional caracteriza-se por uma distribuição disciplinada e cartesiana, o acesso aos fogos é feito a partir do rés-do-chão, os elevadores e as escadas encontram-se a meia distância do corredor central. Cada bloco contém 62 fogos, sendo 28 habitações do tipo T2 e 34 do tipo T3, a organização interna do fogo é muito clara e simples.

O sistema estrutural utilizado neste bloco habitacional reflecte a necessidade de optimização do espaço, utilizando-se, a “cofragem-túnel”¹⁰⁷, que permitia a repetição de um

sistema modular facilmente repetido.

Mais uma vez, à semelhança da Urbanização do Alto da Barra, o sistema estrutural é extremamente rígido e impositivo, o que neste caso é levado ao extremo. A flexibilidade dos compartimentos é ausente visto que as paredes ao serem em betão não permitem qualquer alteração. Ao contrário do que o arquitecto experimentou nos edifícios da Av. da República e Miguel Bombarda, ou no Complexo do Entreposto, ou até na Urbanização do Alto da Barra, onde os edifícios seguiam o Regime de propriedade horizontal, aqui o espírito da moradia unifamiliar, ou a posse individualizada da “habitação própria” são completamente destruídos, quando a distribuição interna para os fogos é feita através de um enorme corredor comum.

Ao nível da fachada principal o átrio é tratado com maior requinte, pela pala que sai fora do jogo do “bloco simples e puro”, em contraste com as linhas horizontais intercaladas, de duas cores de mosaico *Evine*¹⁰⁸ existentes em ambas as fachadas. O tratamento dado às fachadas vai ao encontro do que já havia sido experimentado na Urbanização da Portela de Sacavém. O arquitecto Nuno Portas, numa entrevista feita à ANOP¹⁰⁹, refere-se a este edifício do seguinte modo, é *«um edifício de apartamentos só aparentemente correcto: repare-se que finge ter varandas com falsas guardas saliente, joga com os envidraçados numa certa confusão entre a habitação e escritórios, com sacrifício do conforto térmico e não resolve bem as fachadas laterais.»*¹¹⁰





V. Considerações Finais

Na análise das obras realizadas a partir de 1950 referente à habitação colectiva de Fernando Silva na cidade, encontraram-se características comuns, que lhe conferem coerência interna e uma maturidade conseguida pela sucessiva experimentação de diversas soluções. Das habitações colectivas estudadas o edifício de gaveto Av. da República e da Av. Miguel Bombarda, onde pela primeira vez é aplicado o conceito da “propriedade horizontal”, verifica-se alguns avanços no modo como o edifício joga com o interior do quarteirão, no entanto, ao nível da distribuição funcional dos fogos, a flexibilidade que deveria existir não se encontra, estabelecendo um paralelo com a tipologia da “casa burguesa” (tripartição do espaço).

No complexo do Entrepasto, pelo afastamento das Zonas de Regulamentação 1 e 2, consegue-se atingir uma dimensão urbana totalmente nova, dando à cidade um novo conceito de monumentalidade. Ao nível dos materiais usados, o betão à vista, mostra uma atitude brutalista e muito controlada. O arquitecto já não recorre à demarcação volumétrica das zonas das áreas de serviço, assumindo o edifício como um todo, como um objecto puro.

Na organização dos fogos, embora os princípios de tripartição da casa ainda sejam visíveis, nota-se a procura de um percurso e usufruto da habitação de modo mais fluído, pelo uso das portas de correr, e dos armários que delimitam a área reservada aos quartos.

Em ambos os exemplos as áreas dos compartimentos eram de facto generosas e ganhavam destaque com a riqueza da pomenorização interior, que normalmente contrastam com a austeridade das fachadas, são meticulosamente organizadas segundo uma métrica construtiva e que procuram o seu ponto de equilíbrio na harmonia das proporções.

Apesar de inovadores, não podemos atribuir a estes dois edifícios o desígnio de “moderno”, pois nunca conseguiram ser tão modernos como se queria. Se pensamos que o moderno é um elemento independente, de valorações e de proximidades, então o edifício da Av. da República e Av. Miguel Bombarda, nunca poderá ser moderno. O pano de vidro embora inovador pode fazer parte de uma atitude conformada de quem queria um edifício solto e permeável. Relativamente à organização interior, o conceito aplicado era inovador, no entanto, o programa estipulado pelo cliente/promotor era detentor de uma série de objectivos

conservadores. O local de trabalho incluído no interior da habitação, que lembrava a casa burguesa, a sala de jantar com dimensões generosas, a área de serviços separada da sala comum, com entrada reservada dos empregados para a sala de jantar gerava uma série de *clichés* próprios da classe endinheirada.

Nos finais dos anos 1960, perante o problema da habitação, temas como o planeamento urbano e suburbano adquirem uma nova dimensão, na expansão da periferia, quer dos grandes programas sociais, como nas urbanizações de Fernando Silva.

Da análise dos planos dos Olivais Norte e Sul conclui-se que a alusão, a reflexão e aplicação da Carta de Atenas são claras. Questões como a mobilidade do peão e do automóvel, o zonamento de funções, a implantação de edifícios independentes da estrutura viária e a predominância do espaço verde, correspondem a um terreno de experimentação totalmente novo em Portugal. Sobre a organização espacial dos edifícios apresentados, verifica-se uma nova forma de organizar e hierarquizar a habitação. Apesar das habitações estudadas serem para classes mais baixas, se comparamos o programa funcional da habitação social com as habitações de Fernando Silva conclui-se que existem os mesmos compartimentos, nas categorias mais elevadas.

Ao nível das áreas, as diferenças entre a promoção privada e pública são abismais, um T2 nas habitações de Fernando Silva varia entre os 69.2m² e os 111m², enquanto nas habitações nos Olivais um T2 varia entre os 47.42m² e os 94.9m². A discrepância dos valores aumenta quando comparamos as áreas de um T4 de Fernando Silva que varia entre os 142m² e os 242.3m² e nos Olivais entre os 82.6m² e os 139.1m².

Estes valores mostram que existe uma clara aposta de Fernando Silva nas áreas da habitação, em detrimento da inovação na organização funcional, que eram compensadas pelos materiais caros ou pelas áreas de estacionamento que previam dois carros por fogo (aspecto bastante inovador na época) e que não existiam nos Olivais ou noutras urbanizações contemporâneas.

Urbanizações como a Portela, os Sasseiros e a Quinta da Luz são exemplo da massificação e da vontade de um promotor.

Depois da análise das obras na periferia de Lisboa acredita-se que o fracasso ou o sucesso de promoções privadas como as urbanizações de Fernando Silva estão na origem de um problema político existente e de um promotor exigente. Onde ser “moderno”, inovador e correcto torna-se um factor incerto.

Tendo em conta que a palavra «construir» é a mais comum nas memórias descritivas de urbanizações como estas, entende-se que o papel do arquitecto à partida já se encontrava delineado. O arquitecto não constrói, apenas dirige aquilo de que o encarregam.

Dentro destas condicionantes extremamente rígidas, verifica-se um esforço por parte do arquitecto para conseguir controlar e inovar o programa da habitação ao nível técnico, como é perceptível no uso da “confragem-túnel”, que permitia a substituição de paredes divisórias em alvenaria de tijolo por paredes de betão armado de pequena espessura, aumentando assim as áreas dos compartimentos e a rapidez de execução de obra. Nas obras analisadas cronologicamente, verifica-se na primeira fase - cidade consolidada - uma atitude inovadora, e na segunda fase - periferia – uma atitude completamente derrotada de quem procura um protótipo de habitação apoiado na qualidade técnica e não tanto no conforto, que acaba por ser compensado pelas generosas áreas dos compartimentos. A aposta num desempenho técnico, rápido e de qualidade não deixava espaço para o arquitecto desenvolver uma habitação mais inovadora, limitando-se a ser competente.

É difícil estabelecermos um paralelo entre a habitação colectiva de Fernando Silva e o Movimento Moderno. Não existe por parte do arquitecto uma vontade de criar uma habitação para todos, que reflectisse uma mudança visível no modo como o habitante vive a casa. Verifica-se, apenas a vontade de ser inovador ao nível das fachadas, do espaço público, dos equipamentos, dos materiais para uma classe rica que procura satisfazer novas necessidades.

Notas

¹Rogério Gonçalves, In. *Fernando Silva, Arquitectura Desinteressante e Repetitiva*, D.A., Documentos de Arquitectura nº1, Fevereiro de 1996, p.39

²Idem, p.41

³Arquitecto Rodrigues de Lima (1909-1980)

⁴Prémio Valmor de 1943 - Edifício de Habitação Avenida Sidónio Pais nº6 da autoria do Arq. Rodrigues de Lima e Fernando Silva

⁵Prémio Valmor de 1946 - Edifício de Habitação Avenida Casal Ribeiro nºs12-12C da autoria do Arq. Fernando Silva

⁶Prémio Municipal de Arquitectura 1950 - Equipamento Cultural - Cinema S. Jorge Avenida da Liberdade nº175

⁷Que se reflecte nas fachadas pelos sistemas construtivos inovadores e pouco comuns na época, segundo Rogério Gonçalves.

⁸Idem

⁹«O tardo moderno representa de facto uma transição entre a vanguarda moderna e o posterior desastre suburbano. A massificação, estandardização, repetição construtiva dos edifícios é um terreno pantanoso no qual para se atingir uma intensidade plástica mínima se torna necessária uma forte atitude conceptual. Com a aplicação da técnica para a resolução estritamente funcionalista de problemas quantitativos de construção rapidamente se revela para a monotonia, a caracterização e desumanização urbanas, hoje o centro de todas as discussões metropolitanas», Rogério Gonçalves p.43

¹⁰Rogério Gonçalves, In. *Fernando Silva, Arquitectura Desinteressante e Repetitiva*, D.A., Documentos de Arquitectura nº1, Fevereiro de 1996, p.43

¹¹Idem, p.42

¹²Ruy D'Athouguia (1917-2006)

¹³O caso da portela é fundamental por constituir o ponto de arranque desta investigação, sendo um dos temas de investigação lançados pelo laboratório

¹⁴Alvar Aalto (1898-1976)

¹⁵Alexander Klein (1879-1961) escreveu "Neues Verfahren zur Untersuchung von Kleinwohnungs-Grundrissen" – "O Novo método de avaliação das plantas das habitações mínimas"

¹⁶Enrico Griffini (1887-1952) arquitecta italiano que escreveu "Costruzione Razionale della Casa", Milão, 1939

¹⁷Giuseppe Barbieri (-) "Caratteri Distributivi dell'Abitazione. Elementi quotati per la camera da letto; il pranzo; il soggiorno; la cucina; il bagno", Milão, 1947

¹⁸Alberto Sartoris escreveu o livro *Introduzione alla Architettura Moderna*, Milão, Ulrico Hoepli, 1949

¹⁹Ricardo Agarez, In. *O Moderno Revisitado - Habitação multifamiliar em Lisboa nos anos 1950*, Lisboa, CML, 2009, p.83

²⁰Nuno Teotónio Pereira, In. *A Arquitectura dos Anos 50 em Lisboa*, *Arquitectura* nº148, Jan.-Fev. 1983, p.60

- ²¹ Enrico Griffini , *Construzione Razionale della Casa*, In. Agarez p.86
- ²² Enrico Griffini , *Construzione Razionale della Casa*, In. Agarez p.88
- ²³ «A cozinha de dimensões reduzidas, área de apoio e não mais a de tradicional convívio familiar, tratada como uma infraestrutura na casa [é] concebida por Margerete Schütte – Lihotzhy (1926) para o complexo residencial de Ernest May em Frankfurt-am-Main, transformou-se num modelo e numa ambição da classe trabalhadora (operária).» Ana Vaz Milheiro, In. *Porque as Nossas Casas não são Modernas*, J.A nº 205, Março/ Abril, 2002, p. 17
- ²⁴ Alexander Klein. In. *O Moderno Revisitado - Habitação multifamiliar em Lisboa nos anos 1950*, Lisboa, CML, 2009, p. 93
- ²⁵ Ricardo Agarez, *O Moderno Revisitado - Habitação multifamiliar em Lisboa nos anos 1950*, Lisboa, CML, 2009, p. 89
- ²⁶ Embora neste caso as fachadas não tenham o mesmo tratamento, no entanto, o arquitecto aplica o princípio moderno referido, o objecto solto sobre um espaço “ verde”, de recreio, onde as vias rodoviárias não têm uma ligação directa com edificado.
- ²⁷ Colin Rowe (1920-1999)
- ²⁸ Fred Koetter ()
- ²⁹ Colin Rowe; Fred Koetter. *Collage City (1979)*, Barcelona, Editorial Gustavo Gili, S.A., p.199
- ³⁰ Decreto de 14 de Fevereiro de 1903, publicado no Diário do Governo nº53, a Março de 1903
- ³¹ Publicado a 6 de Dezembro de 1930, dividia três zonas de construção, que estratificavam hierarquicamente as zonas da cidade, 1ª Zona de construção estariam as principais praças, largos, ruas e avenidas da cidade; 2ª Zona ou Zona Média, área que correspondia a todos os arruamentos não incluídos na 1ª zona, que começava no Poço do Bispo, Sete Rios e Por Alcântara até à Ponte 25 de Abril e daí até Monsanto e Estrada da Circunvalação até Algés; e na 3ª Zona ou Zona exterior à cidade.
- ³² Regulamento Geral das Edificações Urbanas
- ³³ Preâmbulo do Decreto – Lei nº 38.382 de 7 de Agosto de 1951
- ³⁴ Ricardo Agarez, In. *O Moderno Revisitado - Habitação multifamiliar em Lisboa nos anos 1950*, Lisboa, CML, 2009, p.59
- ³⁵ Art. 6º, In. R.S.E.U. de 1903
- ³⁶ Art. 114º, In. R.S.E.U. de 1903
- ³⁷ Art.1º do Decreto-Lei nº650/75, de 18 de Novembro
- ³⁸ *Union Internationale des Organismes Familiaux – Commission du Logement Familial – Fédération Internationale de l’Habitation et de l’Urbanisme – Comité Permanet “Loyer et Revenu Familial” – Surfaces Minima d’Habitation – Progressivité du coût, des dimensions du logement et des dimensions de la famille – Resolutions de Cologne 11.4.1957, s.l., policop, s.d.*
- ³⁹ Ricardo Agarez, In. *O Moderno Revisitado - Habitação multifamiliar em Lisboa nos anos 1950*, Lisboa, CML, 2009, p.71
- ⁴⁰ Valores mencionados pelo arquitecto Nuno Portas num estudo feito pelo LNEC.
- ⁴¹ Isabel Monteiro. In. *A Obra do Arquitecto Fernando Silva (1914-1983): Um Arquitecto da "Geração Esquecida"*, Dissertação de Mestrado em História de Arte Contemporânea apresentada à U.N.L. – F.C.S.H., Lisboa, 2008 (policopiado), p.261

⁴²Art. 1.º, Ponto 3 - O suplemento de área obrigatório referido no nº1 não pode dar origem a um espaço autónomo e encerrado, deve distribuir-se pela cozinha e sala, e terá uma sua parcela afectada ao tratamento de roupa, na proporção que estiver mais de acordo com os objectivos da solução do projecto.

⁴³«O mais próximo possível da porta principal»

⁴⁴Le Corbusier (1887-1965)

⁴⁵Art. 73.º, In. R.S.E.U. de 1903

⁴⁶«Quando os edifícios a construir venham a ficar contíguos a outros existentes, procurar-se-á manter, quanto possível, uma certa harmonia arquitectónica entre as fachadas duns e doutros»

⁴⁷Raul da Silva Pereira, In. *Alguns aspectos do Problema Habitacional na Cidade de Lisboa (I)* – Arquitectura nº 81, p.42

⁴⁸O diploma estabelecia que o défice de reposição de habitantes seria satisfeito na proporção de 70% de fogos sociais e 30% de habitações de renda livre. Dentro do primeiro grupo propuseram-se quatro categorias de habitação, definidas em função do custo do terreno urbanizado, dos preços de construção por m² e de escalão de rendas mensais. Previa-se ainda a construção de habitações de “renda módica” destinadas a acções de realojamento da população oriunda de “bairros de lata”.

⁴⁹Anexo 1 – Quadro de áreas Fernando Silva vs Promoção pública Olivais

⁵⁰Nuno Teotónio Pereira - *A Arquitectura dos Anos 50 em Lisboa*, Revista Arquitectura nº148, Jan.-Fev.1983, p.60

⁵¹Rogério Gonçalves. In. *Fernando Silva, Arquitectura Desinteressante e Repetitiva*, D.A., Documentos de Arquitectura nº1, Fevereiro de 1996, p.44

⁵²Idem, p.39

⁵³Termo aplicado referente ao período pós-moderno e período regionalista (Posso dizer isto?)

⁵⁴Sociedade Nacional de Habitações Económicas – Cooperativa fundada em 195, que pretendia facultar aos seus sócios «a casa própria, adequada à necessidade e gosto da família» através da construção, aquisição, ampliação ou reparação de casas de renda económica, no regime da lei 2007, de 7 de Maio de 1945» - Ante-Projecto Fernando Silva, In. *A Obra do Arquitecto Fernando Silva (1914-1983): Um Arquitecto da "Geração Esquecida"*, Dissertação de Mestrado em História de Arte Contemporânea apresentada à U.N.L. – F.C.S.H., Lisboa, 2008 (policopiado), p.86

⁵⁵O Regime de propriedade horizontal transpõe para o bloco de habitação colectiva o espírito da moradia unifamiliar, ou seja, a posse individualizada da “habitação própria”. Segundo o código civil, referente á propriedade horizontal, no artigo 1415º, «Só podem ser objecto de propriedade horizontal as fracções autónomas que além de constituírem unidades independentes, sejam distintas e isoladas entre si, com saída própria para uma parte comum do prédio ou para a via pública.»

⁵⁶Idem. p.126

⁵⁷«Mais do que a organização interna dos fogos, que se limita a colocar no seu conjunto de requisitos que se esperam de uma habitação de luxo sem pretensões de inovação – áreas generosas, circulações eficientes, correcta distribuição funcional, vastas zonas de serviço, equipamentos como o aquecimento por pavimento radiante, isolamento acústico ou antenas de televisão, e compartimentação passível de alterações por desejo de cada condomínio» Agarez, In. *O Moderno Revisitado - Habitação multifamiliar em Lisboa nos anos 1950*, Lisboa, CML, 2009, p. 125

⁵⁸O complexo do Entreposto situa-se na Av. Duarte Pacheco nº19 a 21 e Rua das Amoreiras nº72, 80, 82, em Lisboa e é encomendado pela Sociedade Imobiliária do Atlântico (S.I.A), “Tecnical” e a Câmara Municipal de Lisboa para uso misto habitação e escritórios. O ante-projecto é de 1956, o licenciamento é de 1958, o projecto de execução decorre entre o período de 1957-1959 e a obra é concluída em 1961 pelas construtoras Tecnical e S.I.A. O edifício pertencente à Câmara e o “Provadil” nunca foram construídos.

⁵⁹Anexo 2 – Ante-Projecto – Planta de Localização

⁶⁰Sociedade Imobiliária do Atlântico

⁶¹Sociedade Imobiliária do Atlântico – Telas Finais e Projecto de Alterações aos processos de 55 – Memória Descritiva de 7/4/1967, folha 1, In. Monteiro, Isabel. *A obra do arquitecto Fernando Silva (1914-1983): um arquitecto da “geração esquecida”*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 2008

⁶²Oriol Bohigas - *As casas para ricos ou o problema da distinção temática prévia*, revista *Arquitectura* nº115, p.111

⁶³Jorge Figueira. In. *A Periferia Perfeita Pós-Modernidade na Arquitectura Portuguesa*, Anos 60-Anos 80, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, 2009, p. 10

⁶⁴Le Corbusier, In. *Vers une Architecture (1923)*, p.193

⁶⁵F. Silva, In. Memória descritiva do Proc. 37270, Folha 11, Arquivo Municipal Loures

⁶⁶Idem

⁶⁷F.Silva, In. Proc. 33692, Folha 976, A. M. Loures

⁶⁸Desta tipologia mista (habitação/ escritório) existe apenas um exemplo o edifício do Centro Comercial, que no Ante-projecto, a habitação encontrava-se nos topos do edifício e na parte central, estariam os escritórios. A construção deste edifício foi feita sem aprovação do projecto da Câmara. Hoje, os pisos destinados a escritórios encontram-se até ao sétimo piso e os restantes pisos destinam-se ao uso habitacional.

⁶⁹Isabel Monteiro, In. *A obra do arquitecto Fernando Silva (1914-1983): um arquitecto da “geração esquecida”*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 2008

⁷⁰Rogério Gonçalves. In. *Fernando Silva, Arquitectura Desinteressante e Repetitiva*, D.A., Documentos de Arquitectura nº1, Fevereiro de 1996, p.46

⁷¹Lote 126 - Processo 37270, In. CMLoures

⁷²Memória descritiva do arquitecto Fernando Silva, Processo 36671, folha 11

⁷³Chapa metálica ondulada

⁷⁴Lote 94 – Processo 36671, In. CMLoures

⁷⁵Lote 12 – Processo 1799-OCP, In. CMLoures

⁷⁶F. Silva, In. Processo 1799/OCP, folha 11, AMLoures

⁷⁷Lote 71 – Processo 36697, In. CMLoures

⁷⁸Lote 16 – Porcesso 1792-OCP, In. CMLoures

⁷⁹ Inicialmente o projecto previa a construção de 11 pisos de habitação, no entanto o Patriarcado de Lisboa não permitiu a construção em altura, de modo a não perturbar a privacidade do seminário «foram devidamente consideradas as observações e satisfeitos os desejos de isolamento e protecção das vistas do exterior. Nesta conformidade as construções das zonas próximas foram previstas com a menor altura possível e sempre perpendiculares ao muro do Seminário.» F.Silva, In. Memória Descritiva Proc. 33692-OCP/69. Ao contrário do que se pensa estes edifícios apesar terem sido os primeiros a erguer não corresponde a uma tipologia inicial/genuína, s simplesmente tiveram que ser alterados por questões de vizinhança.

⁸⁰ Lote 31 – Processo 1800-OCP, In. CMLoures

⁸¹ F. Silva, Processo 1800/OCP, folha 11, AMLoures

⁸² Lote 198 A - Processo 16372/OCP, In. CMLoures

⁸³ F. Silva In. Processo 16372|OCP, folha 18, 13 de Maio de 1974, AMLoures

⁸⁴ Urbanização do Alto da Barra localiza-se no Concelho de Oeiras, o ante-projecto inicia-se 1961, o licenciamento é de 1974, o projecto de execução decorre entre os anos de 1969-1975 e a data de conclusão é em 1975, terminado pela Construtora Mercator. A mesma empresa em 1979 é a responsável pela construção do Bloco E previsto no Plano de Urbanização do Arq. Fernando Silva, mas da autoria do Arq. Rodrigues Fernandes (Projecto de 1979 que obtêm licenciamento em 1982). Neste bloco habitacional foram feitas algumas alterações, ao nível construtivo passando de um sistema de pilar/viga para um sistema laminar, o que provocou alterações significativas ao nível dos alçados e das áreas interiores. Relativamente aos alçados foram introduzidos num dos topos do edifício vãos, que segundo o arquitecto «seria absurdo manter uma grande parede “cega” virada para a melhor panorâmica sobre o mar» (R.Fernandes, In. Processo 831-PB/79, folha 7). Outra alteração feita seria ao nível dos materiais onde «os revestimentos interiores assim como os móveis de cozinha e acessórios sanitários serão de boa qualidade pois pretende-se que este edifício tenha um nível superior ao correntemente comercializado» (R.Fernandes, In. Processo 831-PB/79, folha 5).

⁸⁵ F.Silva In. In. Memória Descritiva “Plano de Urbanização dos Terrenos do Casal da Medrosa” Proc. OCP-1414|62, Folha 1, C.M.O

⁸⁶ Anexo 4 – Panfleto Publicitário

⁸⁷ F.Silva In. Folheto Publicitário do Alto da Barra, Proc. OCP – 1414|62, Folha 14 – Anexo 2

⁸⁸ F.Silva, In. Memória Descritiva “Plano de Urbanização dos Terrenos do Casal da Medrosa” Processo OCP-1414|62, Folha 2, C.M.O

⁸⁹ J.A.E – Direcção de Estradas de Lisboa

⁹⁰ A servidão militar instituída pelo Decreto nº 48464, de 3 de Julho de 1968, tratava-se de uma planta de condicionantes.

⁹¹ Secretariado-Geral da Defesa Nacional

⁹² F.Silva, In. Memória Descritiva “Plano de Urbanização dos Terrenos do Casal da Medrosa” Proc. OCP-1414|62, Folha 4, C.M.O

⁹³ «Terrenos da obra social do Ministério do Exército, Estrada Marginal e terrenos da Sacor» - F. Silva, In. Memória Descritiva “Plano de Urbanização dos Terrenos do Casal da Medrosa” Proc. OCP-1414|62, Folha 2, C.M.O

⁹⁴ F.Silva, In. Memória Descritiva Proc. OCP-1711|70 (Bloco A), Folha 1, C.M.O

⁹⁵F. Silva In. Folheto Publicitário do Alto da Barra, Proc. OCP – 1414|62, Folha 14

⁹⁶F. Silva F. Silva, In. Memória Descritiva Proc. OCP-1711|70 (Bloco A), Folha 4, C.M.O

⁹⁷Da pesquisa realizada no arquivo da C.M.O verificou-se que após o arquitecto abandonar a obra os projectos passam por sucessivos ateliês, numa primeira fase ficam ao encargo dos Engenheiros Nuno Patrício e Boadita Ferrão, que trabalham com Fernando Silva, depois passam para Armando Filipe & Ribeiro da Silva, a empresa Urbaco, e por fim Vidor- Comércio e Industria da Construção Civil.

⁹⁸Lote 16 – Proc. 4140.PB|71, p.1 In. C.M.O

⁹⁹F. Silva, In. Memória descritiva Proc. 4140.PB|71, C.M.O

¹⁰⁰Lote 64 – Proc.3846.PB|72, In. C.M.O

¹⁰¹Idem, p. 2

¹⁰²Arq. Carlos Lopes (-)

¹⁰³Arq. Fernando Morais (-)

¹⁰⁴MC Arquitectos (-)

¹⁰⁵Situado na Rua Maria Veleda nº 2 e 4, na Freguesia de Carnide, estes dois blocos de habitação receberam o Prémio Valmor de 1978. O projecto de licenciamento é de 1975 e concluem-se os dois blocos nesse mesmo ano, pela construtora SOGEL- Sociedade Geral de Empreitadas.

¹⁰⁶SOGEL – Sociedade Geral de Empreitadas, Lda.

¹⁰⁷«O processo construtivo baseado no túnel, supõe economia, precisão, qualidade e rapidez.» A utilização deste sistema permitia reduzir o tempo de colocação dos moldes e betonagem, impondo rotação diária de equipamento; exigia uma mão-de-obra preparada e treinada no estaleiro, repetindo as mesmas operações pela mesma ordem, diariamente. Substituição da base de tijolo sem função estrutural, e com aumento de carga morta, por parede de betão cumprindo a função divisória, e ao mesmo tempo elemento estrutural resistente. In. Memória Descritiva dos engenheiros de betão Nuno Patrício e Boadita Ferrão em Junho 1977

¹⁰⁸Mosaico *Evinel* – revestimento cerâmico em forma quadrangular que foi aplicada nos exteriores e no interior dos fogos, nas áreas de serviços (cozinha, casas de banho e corredores comuns)

¹⁰⁹Agência Noticiosa Portuguesa

¹¹⁰Entre Louvores e Contestação – Prémio Valmor 78 Atribuído a Bloco Residencial de Carnide, A Capital, 20 de Dezembro 1979, p.13

VI. Anexos

Anexo I – Quadro de Áreas Olivais Norte

Edifício/ Compartim ento m2	T.	Q.1	Q. 2	Q. 3	Q. 4	Coz.	S.	Coz.+ S.	S. J.	W.C. 1	W.C .2	Q. Emp	Total
Habitação Colectiva – Olivais Norte													
Edif. Do Arq. João Vasconcelos Esteves													
Rua General Silva Freira – Categoria I													
T2	13.0	9.00	X	X	X	X	X	19.2	X	4.8	X	X	47.42
T3	11.9	9.00	10.6	X	X	X	X	23.0	X	3.65	X	X	61.36
Edif. De Teotónio Pereira e António Freitas													
Rua General Silva Freira – Categoria II													
T1	7.30	X	X	X	5.00	10.7	X	X	X	2.50	X	X	38.50
T2	9.20	8.30	X	X	3.35	13.0	X	X	X	2.50	X	X	58.55
T2+1	7.70	9.30	8.30	X	6.00	13.5	X	X	X	2.50	X	X	77.22
Edif. De Artur Pires Martins e Cândido Palma de Melo													
Rua General Silva Freire – Categoria III													
T3	10.8	13.4	13.4	X	11.8	33.3	X	X	X	4.9	2.7	7.20	119.0
T4+1	18.8	13.4	13.4	9.35	11.8	33.3	X	X	X	4.9	2.7	7.20	139.1

Quadro de Áreas Olivais Sul

Edifício/ Compartim ento m2	T.	Q.1	Q. 2	Q. 3	Q. 4	Coz.	S.	Coz.+ S.	S. J.	W.C.1	W.C .2	Q. Emp	Total
Habitação Colectiva – Olivais Sul													
Edif. De Raul Chorão Ramalho e Raul Santiago Pinto													
Rua Cidade de Bolama– Categoria II													
T3	11.6	7.6	8.54	X	7.17	14.8	X	X	3.04	X	X	60.2	
T4	11.9	9.06	8.91	7.63	7.00	12.5	X	5.97	2.50	1.0	X	75.0	
Edif. De Bartolomeu Costa Cabral e Nuno Portas													
Rua Cidade do Negage – Categoria II													
T2	10.6	9.47	X	X	4.56	13.9	X	6.2	3.19	X	X	56.8	
Edif. De José Leopoldo Leal													
Rua Cidade do Malange – Categoria III													
T2	15.9	12.2	X	X	11.4	26.1	X	X	5.3	X	X	89.4	
T3	7.7	13.5	10.2	X	10.0	26.1	X	X	3.7	2.7	X	114.8	
Edif. De Fernando Gomes da Silva e Octávio Rego Costa													
Rua Cidade Nova – Categoria III													
T2	12.9	10.9	X	X	11.5	24.0	X	X	3.9	X	X	94.9	
Edif. De F. Schiappa Campos e A. Azevedo Gomes													
Rua Cidade de Lourenço Marques– Categoria IV													
T3	15.7	10.5	15.7*	X	14.8	33.9	X	X	5.29	X	X	104.1	

Quadro de Áreas Fernando Silva - Cidade

Edifício/ Compartimento m2	T.	Q.1	Q.2	Q.3	Q.4	Coz.	S.	S.J	Esc.	W.C. 1	W.C 2	Q. Emp + W.C	Total
Habitação Colectiva – Gaveto Av. da República nº28 Miguel Bombarda nº7													
Andares													
T3	12.8	16.4	13.3	X	18.1	12.5	18.2	12.8	4.65	2.70	12.0	147.6	
T4	17.3	14.3	10.8	10.6	21.3	12.4	15.9	16.5	5.75	4.00	13.2	176.8	
Andar Recuado													
T3	10.7	13.9	12.7	X	18.1	20.8	11.7	X	4.00	X	13.2	126.8	
T4	12.6	11.0	10.8	10.6	21.3	25.5	13.1	X	5.75	4.00	13.2	151.4	

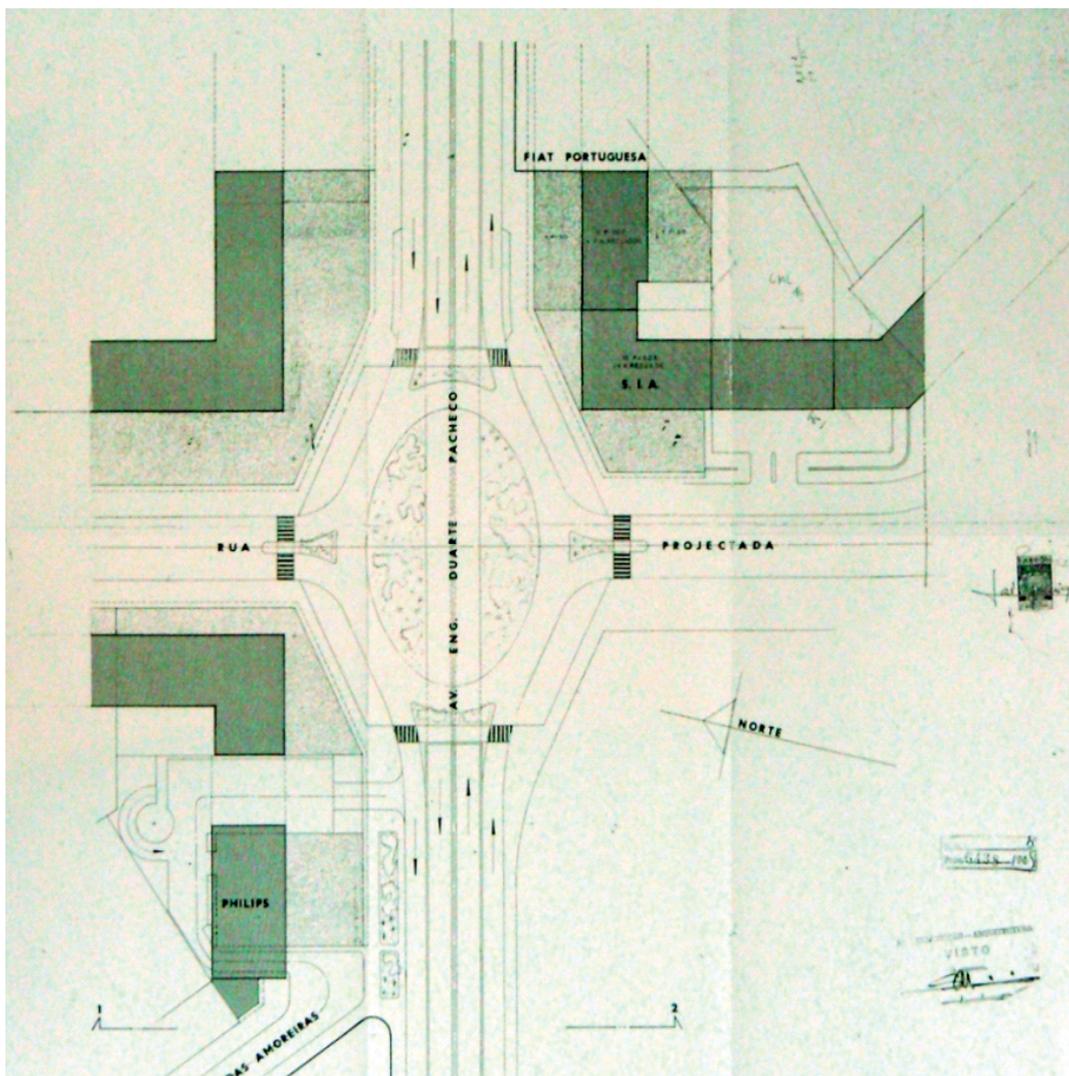
A varanda T3 = 2.42 m²; A varanda T4 = 2.42 m²; A varanda T3 recuado = 29.6 m²;
A varanda T4 recuado = 31.5 m²

Edifício/ Compartimento m2	T.	Q.1	Q.2	Q.3	Q.4	Q. + W.C.	Q. Vest.	Coz.	S.	S.J	W.C. 1	W.C 2	Q. Emp + W.C	Total
Habitação Colectiva – Complexo do Entreposto – Av. Duarte Pacheco e Av. das Amoreiras														
Edifício “Angola” – S.I.A.														
T3 +1	16.2	16.1	X	X	24.4	15.8	22.8	45.9	23.1	4.90	X	11.5	217.4	
T4	19.7	15.6	12.5	X	30.9	X	30.3	35.3	27.2	4.45	2.20	13.7	226.5	
Edifício “Tecnical”														
T2	18.6	16.5	X	X	X	X	16.9	33.0	X	5.70	X	11.5	111.2	
T3	17.0	16.5	X	X	X	X	24.1	25.4	18.4	5.70	X	11.5	130.6	
T4	19.8	16.5	12.9	18.4	X	X	36.2	63.3	19.8	6.45	6.30	14.5	242.3	

Quadro de Áreas Fernando Silva - Cidade

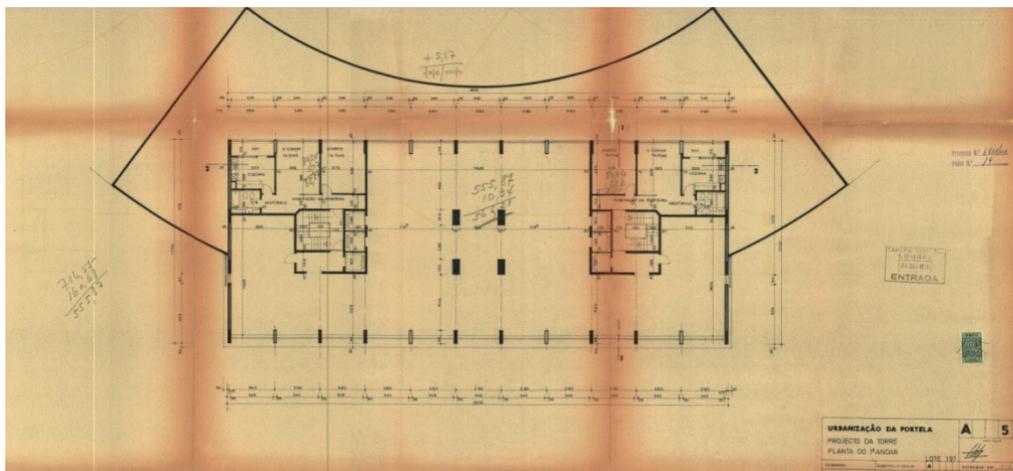
Edifício/ Compartimento m2	T.	Q.1	Q.2	Q.3	Q.+ W.C.	Coz.	S.	S. J.	W.C. 1	W.C. 2	Q. Emp	Total
Habitação Colectiva – Urbanização Portela de Sacavém												
Tipo I	T3	11.4	10.7	15.4	X	14.0	20.8	X	4.00	2.25	X	98.8
Tipo II	T3+1	9.55	11.4	X	19.0	13.0	23.4	X	3.10	4.30	7.4	112.0
Tipo III	T3	14.6	9.80	X	17.5	20.5	19.3	11.6	3.80	4.50	X	120.0
Tipo IV	T4	13.7	8.10	8.10	18.1	19.1	21.8	18.2	4.40	3.60	X	142.0
Tipo V	T3	12.3	8.80	9.80	X	11.3	28.2	X	3.80	5.00	X	93.0
Tipo VI	T3	13.2	9.30	X	18.5	13.3	19.6	10.3	3.90	5.30	X	115.0
A. Recua	T2	14.3	9.70	X	X	6.60	20.7	11.9	4.20	X	X	82.0
Tipo VII												
Variante	T0	X	X	X	X	4.70	16.6	6.40	4.15	X	X	42.2
Tipo V	T2	12.5	9.60	X	X	4.80	16.8	6.60	4.35	X	X	69.2
	T3	12.5	9.60	X	17.6	4.80	17.1	6.60	3.90	X	X	89.3
	T4	12.5	9.60	9.00	19.0	8.90	13.7	9.60	3.75	X	X	110.0
Habitação Colectiva – Urbanização do Alto da Barra												
Blocos do Bairro Económico – Zona Poente												
Tipo I	T1	11.6	X	X	X	1.25	15.5	X	4.50	X	X	35.1
Tipo III	T3	13.5	14.9	9.70	X	8.70	11.7	X	5.30	1.95	X	86.2
Blocos Av. Marginal – Zona Nascente												
Tipo II	T2	15.5	13.6	X	X	13.4	29.2	6.30	4.60	4.96	X	98.5
Tipo III	T3	15.5	14.3	X	23.1	13.4	47.0	6.30	4.00	4.96	X	140.0
Habitação Colectiva – Urbanização dos Sasseiros												
Banda	T2	13.6	9.80	X	X	8.80	15.5	X	1.80	3.50	X	61.30
	T3	11.7	8.70	X	18.0	10.9	23.6	X	4.35	X	X	88.8
Torre	T3	9.95	12.2	X	17.6	7.20	16.0	7.05	4.80	1.10	X	86.8
Habitação Colectiva – Urbanização da Quinta da Luz												
Tipo II	T2	14.7	11.0	X	X	5.28	29.2	X	3.80	X	X	65.5
Tipo III	T3	11.0	11.0	16.3	25.2	5.10	29.3	X	3.96	3.96	X	85.5

Anexo II – Planta do Complexo do Entrepasto

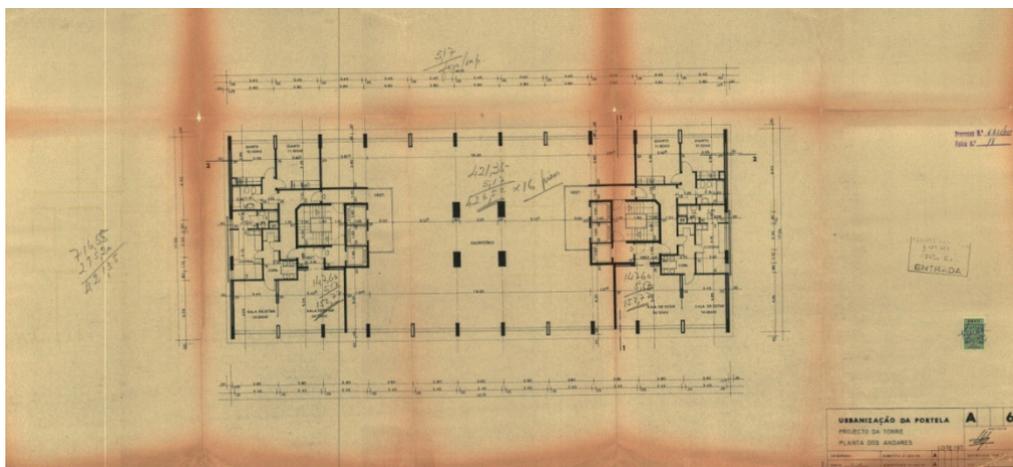


© Arquivo Municipal de Lisboa

Anexo II – Planta do Centro Comercial – Projecto da Torre



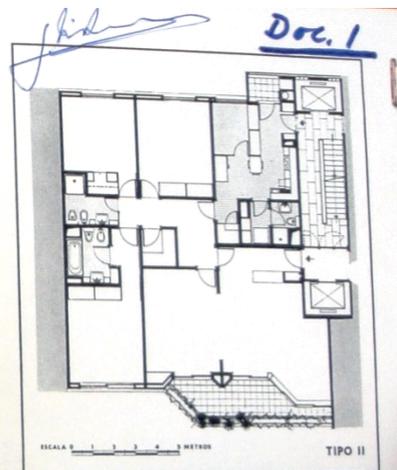
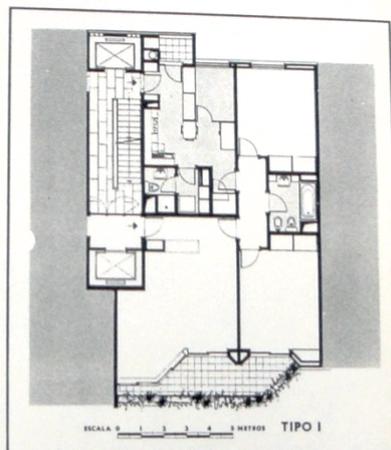
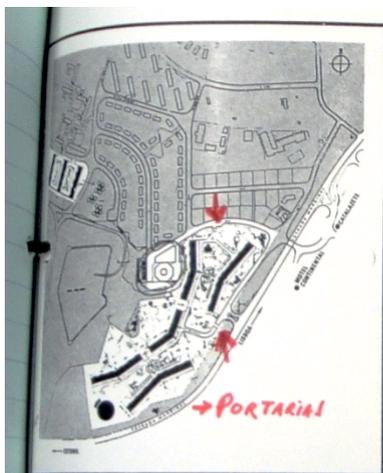
© Arquivo Municipal de Loures



© Arquivo Municipal de Loures

Anexo III - Panfleto Publicitário Alto da Barra





↓ VEDAÇÃO

17 km do centro de Lisboa, em Oeiras, junto da Estrada Marginal
accede directamente a esta por nó rodoviário.

Grande distância das praias de Sto. Amaro, Torre e Carcavelos e
proxima ao centro turístico anexo ao Motel Continental.
Excelentes vistas panorâmicas para Lisboa, Sintra e Oceano
Atlântico.
Proximidades do Liceu de Oeiras e da Estação de Caminhos de
Ferro de Oeiras.

Os blocos em construção destinados à habitação permanente ou
turística, serão rodeados por vastas áreas ajardinadas e arbori-
zadas, vedadas de forma a garantir uma certa privacidade.
Para complemento deste conjunto e para utilização dos seus mora-
dores, está prevista a construção de piscina com instalações anexas
(salas de jogos, salões de chá, balneários, etc.).

Foi reservada uma área para construção dum Centro Comercial
dotado com instalações necessárias às exigências da vida moderna.
Os blocos da zona marginal com cave, rés-do-chão e 6 andares
habitacionais, têm orientação sul-nascente, obtendo-se assim uma
maior protecção dos ventos e a garantia de boas condições de enso-
leiramento. Toda a cave do bloco funcionará como garagem priva-
tiva, com acesso através de rampas e de um túnel de ligação.
Prevê-se também na cave uma zona para lavagem de carros e a insta-
lação de arrecadações.

Os elevadores — principal e de serviço — descendo até à cave,
garantem um acesso directo e cómodo a todos os andares.
O rés-do-chão — aberto, com pilares a núcleos centrais, correspon-
dentes a cada prédio, para localização das entradas, central de
aquecimento de águas e cabinas de recepção das condutas dos

lixos — contribui para estabelecer a ligação entre as áreas livres
que circundam os blocos.

Estruturas em betão armado com parede de empena devidamente
impermeabilizadas e com isolamento térmico — Ligas de betão
garantindo perfeito isolamento acústico — Janelas de alu-
minium anodizado com estores plásticos — Portas de mogno com puxadores
«Vachette» — Central térmica com caldeira a gás para aquecimento
de água — Distribuição de gás ao domicílio a partir de reservatório
de gás Mobil — Aquecimento eléctrico com convectores «Eisco»
— Elevadores «Otis», (dois por prédio) — Pavimentos bicatificados
— Paredes pintadas a forradas a papel — Paredes das casas de
banho revestidas a azulejos sendo os pavimentos em tapete vini-
lico — Banheira em ferro fundido esmaltado — Louças «Valadares»
— Cozinha «Monte Bianco» — Torneiras «Grohe» — Equipamento de
cozinha «Electrolux», incluindo armários, lava-louças inox, fogão
eléctrico ou a gás, com forno e estufa, exaustor de fumos, máquina
de lavar louça, frigorífico com congelador (volume de 372 litros)
— Zona de lavagem equipada com tanque inox e espaço para
máquina de lavar roupa — Despensa com grataleiras — Varanda
para estendal — Condutas independentes para o lixo — Entradas,
escadas e patamares com pavimentos de mármore.

VII. Índice das Imagens

- 1-Fotografia aérea – Olivais Norte. Fonte: Bing Maps
- 2-Plantas Olivais Norte [Desdobrável 1]. Fonte: Passadas pela autora
- 3-Fotografia aérea – Olivais Sul [Desdobrável 2]. Fonte: Bing Maps
- 4-Plantas Olivais Sul. Fonte: Passadas pela autora
- 5-Fotografia aérea – Gaveto Av. da República nº7 e Av. da República nº28. Fonte: Bing Maps
- 6-Plantas Gaveto Av. da República nº7 e Av. da República nº28 [Desdobrável 3]. Fonte: Passadas pela autora
- 7-“Avenida de República esquina com a Avenida Miguel Bombarda”, Armando Serôdio, 1961, Fonte: C.M.L/A.M.L/A.F.
- 8-Plantas – Complexo do Entrepasto [Desdobrável 4]. Fonte: Passadas pela autora
- 9-Fotografia. Fonte: Arquivo do Trabalho de Grupo
- 10-Fotografia. Fonte: Arquivo do Trabalho de Grupo
- 11-Fotografia aérea – Complexo do Entrepasto 1. Fonte: Bing Maps
- 12-Plantas – Complexo do Entrepasto 1 [Desdobrável 5]. Fonte: Passadas pela autora
- 13-Fotografia. Fonte: Arquivo do Trabalho de Grupo
- 14-Fotografia. Fonte: Arquivo do Trabalho de Grupo
- 15-Fotografia aérea – Urbanização da Portela de Sacavém. Fonte: Bing Maps
- 16-Fotografia aérea – Urbanização da Portela de Sacavém - Tipo I. Fonte: Bing Maps
- 17-Plantas – Urbanização da Portela de Sacavém - Tipo I [Desdobrável 6]. Fonte: Passadas pela autora
- 18-Fotografia aérea – Urbanização da Portela de Sacavém - Tipo II. Fonte: Bing Maps
- 19-Plantas – Urbanização da Portela de Sacavém - Tipo II [Desdobrável 7]. Fonte: Passadas pela autora
- 20-Fotografia aérea – Urbanização da Portela de Sacavém - Tipo III. Fonte: Bing Maps
- 21-Plantas – Urbanização da Portela de Sacavém - Tipo III [Desdobrável 8]. Fonte: Passadas pela autora
- 22-Fotografia aérea – Urbanização da Portela de Sacavém - Tipo IV. Fonte: Bing Maps
- 23-Plantas – Urbanização da Portela de Sacavém - Tipo IV [Desdobrável 9]. Fonte: Passadas pela autora
- 24-Fotografia. Fonte: Da Autora
- 25-Fotografia. Fonte: Da Autora
- 26-Fotografia aérea – Urbanização da Portela de Sacavém - Tipo VI. Fonte: Bing Maps
- 27-Plantas – Urbanização da Portela de Sacavém - Tipo VI [Desdobrável 10]. Fonte: Passadas pela autora
- 28-Fotografia. Fonte: Da Autora
- 29-Fotografia. Fonte: Da Autora
- 30-Fotografia aérea – Urbanização da Portela de Sacavém - Tipo V. Fonte: Bing Maps
- 31-Plantas – Urbanização da Portela de Sacavém - Tipo V [Desdobrável 11]. Fonte: Passadas pela autora
- 32-Fotografia aérea – Urbanização da Portela de Sacavém - Tipo V variante. Fonte: Bing Maps

- 33-Plantas – Urbanização da Portela de Sacavém - Tipo V variante [Desdobrável 12]. Fonte: Passadas pela autora
- 34-Fotografia. Fonte: Da Autora
- 35-Fotografia. Fonte: Da Autora
- 36-Fotografia aérea – Urbanização do Alto da Barra – Bairro Económico. Fonte: Bing Maps
- 37-Plantas – Urbanização Alto da Barra – Bairro Económico [Desdobrável 13]. Fonte: Passadas pela autora
- 38-Fotografia aérea – Urbanização do Alto da Barra – Av. da Marginal. Fonte: Bing Maps
- 39-Plantas – Urbanização Alto da Barra – Av. da Marginal [Desdobrável 14]. Fonte: Passadas pela autora
- 40-Fotografia. Fonte: De Salvador Menezes
- 41-Fotografia. Fonte: De Salvador Menezes
- 42-Fotografia aérea – Urbanização dos Sasseiros – Tipologia Banda. Fonte: Bing Maps
- 43-Plantas – Urbanização Alto da Barra – Av. da Marginal [Desdobrável 15]. Fonte: Passadas pela autora
- 44-Fotografia. Fonte: De Salvador Menezes
- 45-Fotografia. Fonte: De Salvador Menezes
- 46-Fotografia aérea – Urbanização dos Sasseiros – Tipologia Torre. Fonte: Bing Maps
- 47-Plantas – Urbanização Alto da Barra – Av. da Marginal [Desdobrável 16]. Fonte: Passadas pela autora
- 48-Fotografia. Fonte: De Salvador Menezes
- 49-Fotografia. Fonte: De Salvador Menezes
- 50-Fotografia aérea – Urbanização da Quinta da Luz. Fonte: Bing Maps
- 51-Plantas Urbanização da Quinta da Luz – [Desdobrável 17]. Fonte: Passadas pela autora
- 52-Fotografia. Fonte: De Salvador Menezes
- 53-Fotografia. Fonte: De Salvador Menezes
- 54-Anexo I – Planta do Complexo do Entrepasto. In. Proc. 5438/96 Arquivo M. Lisboa
- 55-Anexo II – Planta do Centro Comercial. In. Proc. 6811/OCP. Arquivo M. Loures
- 56-Anexo II – Planta do Centro Comercial 1. In. Proc. 6811/OCP. Arquivo M. Loures
- 57-Anexo III - Panfleto Publicitário Alto da Barra. In. Proc. 1414-OCP/62. Arquivo M. Oeiras
- 58-Anexo III - Panfleto Publicitário Alto da Barra 1. In. Proc. 1414-OCP/62. Arquivo M. Oeiras

VIII. Bibliografia

Monografias

AGAREZ, Ricardo. *O Moderno Revisitado - Habitação multifamiliar em Lisboa nos anos 1950*, Lisboa, CML, 2009

ALMEIDA, Pedro Vieira de, e José Manuel Fernandes. *História da Arte em Portugal: A arquitectura Moderna*, Lisboa, Alfa, 1986

BENEVOLO, Leonardo. *O último capítulo da Arquitectura Moderna*, Edições 70, Lisboa, 1985

Gabinete Técnico de Habitação. *Plano de Urbanização de Chelas*, C.M.L., Lisboa, 1965

Gabinete Técnico de Habitação. *Plano de Urbanização de Chelas*, C.M.L., Lisboa, 1981

HEITOR, Teresa Valsassina. *A Vulnerabilidade do Espaço em Chelas: Uma Abordagem Sintáctica*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 2001

MILHEIRO, Ana Vaz – *A Construção do Brasil – Relações com a Cultura Arquitectónica Portuguesa*, Porto, FAUP publicações, 2005

KOOP, Anatole. *Quando o moderno não era um estilo e sim uma causa*, Editora da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1990

Teses Académicas

CANOTILHO, Pedro. *HABIT Arquitectura e Problemática da Habitação*, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra Darq/FCTUC, 2008 [policopiado]

FIGUEIRA, Jorge. *A Periferia Perfeita Pós-Modernidade na Arquitectura Portuguesa, Anos 60- Anos 80*, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, 2009 [policopiado]

MESQUITA, Jorge de Carvalho – *Planeamento do Desenvolvimento Urbano: Plano de Urbanização de Chelas* – Revista Municipal, Lisboa, N. 122/123, 1969 [policopiado]

MONTEIRO, Isabel. *A obra do arquitecto Fernando Silva (1914-1983): um arquitecto da "geração esquecida"*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 2008 [policopiado]

Periódicos

ALMEIDA, Hélder. *Áreas das habitações em Olivais Norte e Sul*, "Boletim GTH", nº 10, 1º Semestre 1966, p. 45-59

ALMEIDA, Leopoldo. *Olivais-Norte: nota crítica*, "Arquitectura", nº 81 Março 1964, p. 12-14

AVVM. *Chão, Moderno, Híbrido 2*, J.A nº 200, Março/Abril, 2001

CROFT, Vasco; MORAIS, Justino e CADIMA, Joaquim. *Conjunto de habitações económicas em Olivais-Sul, Lisboa*, "Arquitectura" - 3ª Série, nº 110 Julho/Agosto 1969, p.166-170

CORREIA, João Miguel Amaro. *Transformar, Habitar – A Construção do Lugar*, J.A nº203, Novembro/Dezembro, 2001, p.9-15

DIAS, Manuel Graça (dir.). *Seis propostas para o próximo milénio*, J.A nº209, Janeiro/Fevereiro, 2003

DIAS, Manuel Graça (dir.). *Questão do Alojamento 1*, J.A nº 204, Janeiro/ Fevereiro, 2002

DIAS, Manuel Graça (dir.). *Questão do Alojamento 2*, J.A nº 205, Março/ Abril, 2002

DIAS, Manuel Graça (dir.). *Lição Crítica*, J.A nº 211, Maio/Junho, 2003

DIAS, Manuel Graça (dir.). J.A nº 207, Setembro/Outubro, 2002

ESTEVES, João B. *Categoria I, projecto tipo IA : Olivais Norte*, "Arquitectura", nº81, Março 1964, p. 18

FERREIRA, Eurico M. Matafome Lourenço. *Ficheiro de projectos tipo para a habitação social em Olivais Sul*, "Boletim GTH", nº 30-33 (Anos de 1976-1977), p. 196-484

GUIMARÃES, Hélder Tércio; RODRIGUES, Elias Cachado. *Olivais e Chelas, um percurso*. "Boletim GTH", nº 50-51, 1986, p. 209-215

LISBOA. Câmara Municipal. Gabinete Técnico da Habitação. *Olivais-Norte : extractos da memória descritiva do estudo base Olivais elaborado em 1955 / plano do Gabinete de Estudos de Urbanização da CML, "Arquitectura", nº 8, Março 1964, p. 5-11*

LISBOA. Câmara Municipal. Gabinete Técnico da Habitação. Serviço de Planeamento. *Urbanização de Olivais Sul, "Boletim GTH", nº 18 (1º Semestre 1970), p. 19-35*

LEITE, Rui Toulson de Almeida. *Inquérito fogo-família, Olivais Sul, "Boletim GTH", nº 15 (2º Semestre 1968), p. 351-363*

LEITE, Rui Toulson de Almeida; LEITE, Ruy de Almeida; SACRAMENTO, Vitorina Henriques do. *O alojamento das famílias proporcionado à capacidade real das habitações: bases para uma avaliação quantitativa tipo da habitação - tipo da família, Olivais Norte, "Boletim GTH", nº 10 (1º Semestre 1966), p. 3-16*

MACHADO, João Reis. *Olivais Sul : características numéricas, "Boletim GTH", nº 14, 1º Semestre 1968, p. 212-228* MARTINS, Artur Pires, MELO, Palma de. Categoria III, projecto tipo III A: Olivais Norte, "Arquitectura", nº 81 Março 1964, p. 25

MANTA, Abel. *Categoria IV, projecto IV A : Olivais Norte, "Arquitectura", nº 81, Março 1964), p. 26*

MARTINS, Artur Pires. *Quatro blocos habitacionais em Olivais-Norte, "Arquitectura", nº 91, Janeiro/Fevereiro 1966, p. 9-13*

MENDES, Pedro Ferreira. *Olivais Norte: a Carta de Atenas em Portugal, "Arquitectura e Construção", nº 35, Fevereiro/Março 2006, p. 92-97*

MORGADO, Horácio F. *Olivais Sul, estudo analítico de projectos: variação e parcelamento de custos, 1ª parte, "Boletim GTH", nº 2, Setembro/ Outubro 1964, p. 90-105*

MORGADO, Horácio F. *Olivais Sul, estudo analítico de projectos: variação e parcelamento de custos, 2ª parte, "Boletim GTH", nº 3, Novembro/Dezembro 1964, p. 118-139*

MORGADO, Horácio F. *O método de análise de projectos de edifícios utilizado no 3º plano de Olivais Sul*, "Boletim GTH", nº 11, 2º Semestre 1966, p. 79-82

MORGADO, Horácio F. *Olivais Sul: estudo analítico de projectos, variação e parcelamento de custos*, "Boletim GTH", nº 21, 2º Semestre 1971, p. 319-357

PEREIRA, Nuno Teotónio, FREITAS, António. *Categoria II, projecto tipo II A: Olivais Norte*, "Arquitectura", nº 81 (Mar. 1964), p. 21

PEREIRA, Nuno Teotónio, FREITAS, António. *Categoria II, projecto tipo II C: Olivais Norte*, "Arquitectura", nº 81 (Mar. 1964), p. 23

PEREIRA, Nuno Teotónio, FREITAS, António Pinto de. *Habitações em torre em Olivais-Norte*, "Arquitectura" - 3ª Série, nº 110, Julho/Agosto 1969, p.171-174

REIS, João Braula, MATOSO, João. *Categoria I, projecto tipo I C : Olivais Norte*, "Arquitectura", nº 81, Março 1964, p. 20

RODRIGUES, Nuno Miguel Aço Lagartinho. *Apartamento dos Olivais = Olivais apartment*, "Architecti", nº 46, Abril/ Junho, 1999, p. 58-59

SILVA, Fernando Gomes da; COSTA, Octávio Rego. *Habitações em torre em Olivais-Sul*, "Arquitectura" - 3ª Série, nº 110, Julho/Agosto 1969, p.175-177

Bloco Habitacional em Olivais-Sul /Hermani Gandra, "Arquitectura", nº 97 (Mai.-Jun. 1967), p. 112-115

Olivais Sul em discussão. "Arquitectura", nº 127-128, 4ª série, Abril 1973, p. 57-64

Arquivos

Arquivo Municipal de Oeiras

Sassoeiros (1961-1975)

Proc. 4141/PB/2591/71; Proc. 3940/PB/2479/71; Proc. 3945/PB/2484/71; Proc. 3937/PB/2476/71; Proc. 3939/PB/2478/71; Proc. 4137/PB/2590/72; Proc. 3837/PB/2162/72; Proc. 4143/PB/2596/71; Proc. 3941/PB/2480/71; Proc. 3942/PB/2481/71; Proc. 4141/PB/2591/71; Proc. 3942/PB/2481/71; Proc. 3948/PB/2487/71; Proc. 3943/PB/2482/71; Proc. 4140/PB/2593/71; Proc. 3843/PB/2166/72; Proc. 3844/PB/2167/72; Proc. 3845/PB/2168/72; Proc. 3846/PB/2169/72

Alto da Barra (1962-1975)

Processo OCP 1414/62 (Plano de Urbanização); Proc.1004/PL/77; Proc. OCP 393/64; Proc. OCP 2301/69 (alt. do Plano de Urbanização); Proc. 472 A 479/PB/73; Proc.699/PB/73; Proc.3794/PB/73; Proc.1711-PB/71 (Bloco A2); Proc.1252.PL-921/71 (Bloco B); Proc. 3154-PB/72 (Bloco C); Proc. 1145-PB/72; Proc. 831-PB-79 (Bloco E); Proc. 3794-PB-73 (Bloco G)

Arquivo Municipal de Loures – Urbanização da Portela de Sacavém (1959-1979)

Arquivo Municipal de Lisboa

Complexo do Entreposto (1960-1969)

Processo de Obra: 57394; 58878; 38948; 57910 Proc. 2004/OB/70; Proc. 5438/69 (Ante-Projecto); Proc. 632/OB/77; Proc. 55004/960; Proc. 25402/960;

Edifício no Gaveto das Avenidas de República e Miguel Bombarda (1956-1961)

Processo de Obra: 32103; 58630; 17974/56; 764/OB/1971

Quinta da Luz (1961-1975)

Processo de Obra: 59560; 59559; Proc. 2458/OB/1975; Proc. 2460/1975

II
VERTENTE PROJECTUAL

Trabalho Prático submetido como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Arquitectura

DOCENTES

Doutor Paulo Alexandre Tormenta Pinto, Professor Auxiliar
Arquitecta Ana Lúcia Rosado Silva Barbosa, Assistente Convidada
Arquitecto Gonçalo de Sousa Byrne, Professor Catedrático Convidado

II.a
VERTENTE PROJECTUAL
Trabalho de Grupo

Débora Félix, Filipa Biscainho, Ivan Jorge, Salvador Menezes, Tânia Santos, Vanessa Belchior

Amadora - Evolução do Tecido Urbano

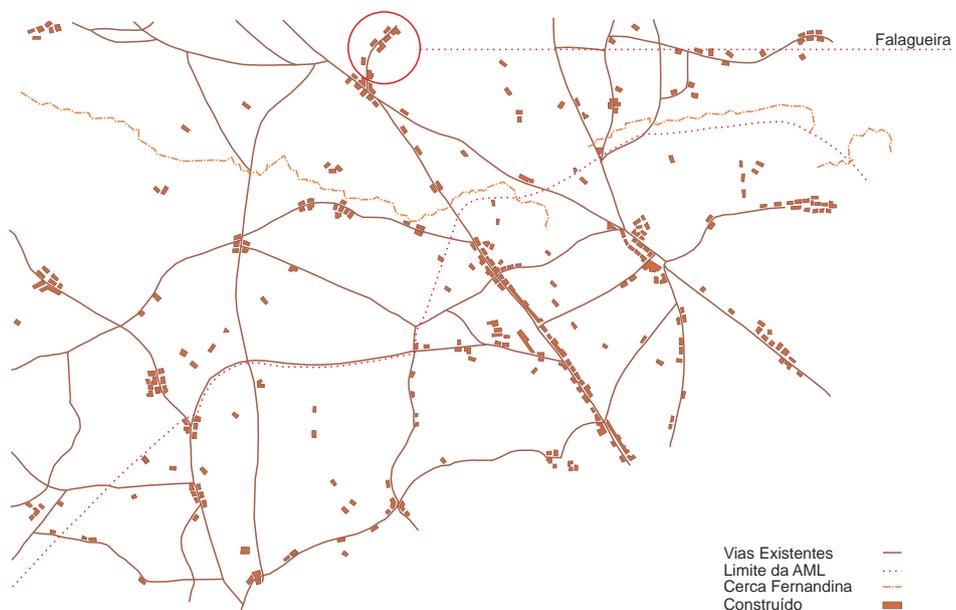
As primeiras comunidades de agricultores na Amadora datam do 4º e o 3º milénio a.C.

As construções que caracterizavam a periferia da grande Lisboa tiveram lugar no tempo da Romanização, das quais destaca-se o Aqueduto Romano da Amadora, que teve origem na Barragem Romana de Belas e percorre um grande trajecto ao longo do Vale da Ribeira de Carenque até Amadora (Bairro da Mina).

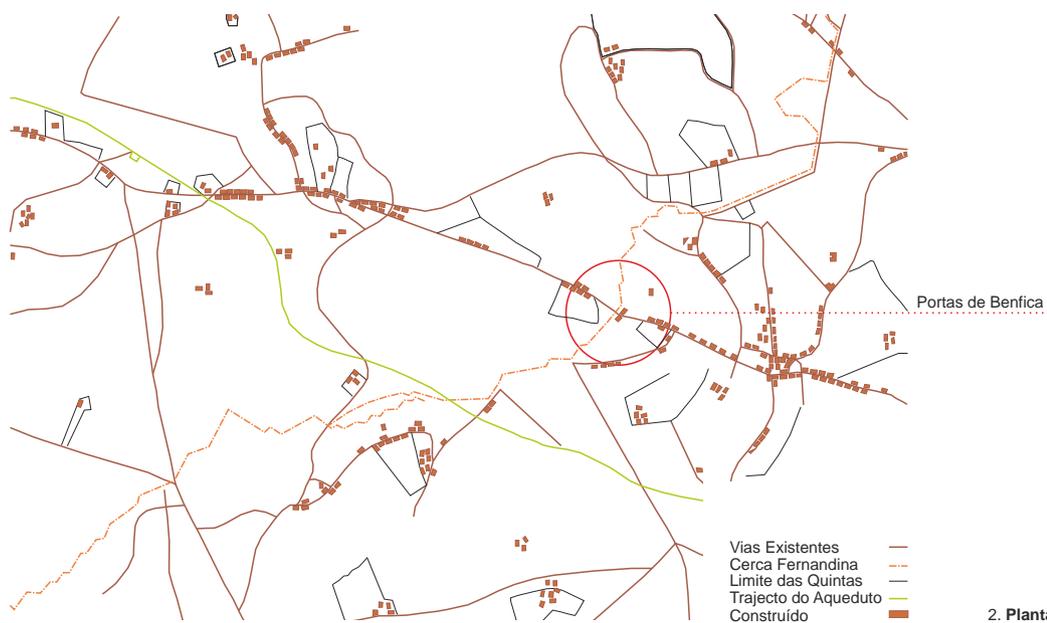
Durante a governação Filipina (Filipe II) iniciou-se um projecto global de abastecimento de água para a toda a cidade. Construiu-se então o Aqueduto das Águas Livres que ligava o antigo aqueduto Romano e as nascentes de Caneças a Lisboa, resolvendo assim o problema de abastecimento de água da capital. Com esta intervenção alterou-se drasticamente a paisagem rural surgindo então outro tipo de construções que acabavam por marcar o território, como as Mães de Água.

Até aos anos finais do séc. XIX todo o território do actual concelho estava ocupado por campos e hortas existindo praticamente apenas duas aldeias, A-da-Beja e a Falagueira. (Figura 1)

O tecido urbano da Amadora era composto por uma série de casarios e algumas moradias com quintas, pardieiros e hortas, alongadas á beira da Estrada Real de Queluz (actual Rua Elias Garcia). (Figura 2) A Porcalhota e a Ponte de Carenque eram os locais que transmitiam uma imagem mais urbana ao local.



1. Planta de 1885



2. Planta de 1893

A cidade de formação mais recente desenvolveu-se numa área deserta, permitindo desviar a pressão urbanística gerada fora dos núcleos de povoamentos antigos. Por esse motivo os núcleos antigos encontram-se á margem dos modernos o que depois deixou de se verificar até ao surto de construções clandestinas.

O principal acesso á cidade de Lisboa fazia-se pela Estrada de Benfica. Com a criação do caminho-de-ferro em 1887, com destino a Sintra, dá-se um surto de construção nos principais núcleos existentes ligando Alto Maduro|Porcalhota, Amadora|Venteira permitindo assim a criação de uma estrutura de ocupação linear que primeiramente acompanhava a estrada de Benfica, e agora, desenvolvia-se ao longo do caminho-de-ferro. (Figura 3)

No princípio do século XX começaram-se a construir os primeiros bairros de moradias unifamiliares dos quais se destaca o Bairro Parque da Mina pela sua estrutura assente no modelo “cidade-jardim”, e ainda o Bairro das Cruzes/ Venda Nova.

Em 1931 implantou-se a primeira unidade industrial na Venda Nova, Borrachas Industriais, S.A.. Formaram-se as condições para a ocupação suburbana que teria lugar nas décadas seguintes com a criação das primeiras Companhias de União Fabril.



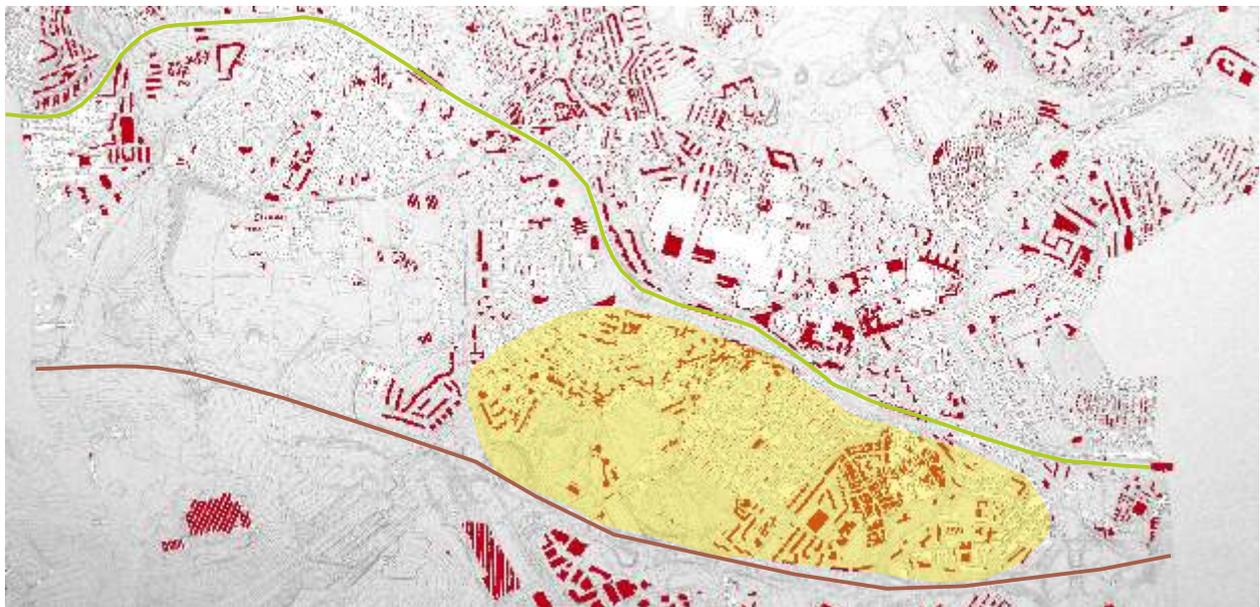
3. Planta de 1898
Estrutura Linear Evidente

- Vias Existentes ———
- Cerca Fernandina - - - - -
- Cerca Moura??? - - - - -
- Traçado do Aqueduto ———
- Limite das Quintas ———
- Vias Secundárias ———
- Construído ———

Nos anos 40 do século XX, a Amadora consolidou-se em diversos núcleos: Venda Nova, Damaia e a Buraca. As tipologias das construções continuaram o que tinha sido feito anteriormente e desenvolveram edifícios multifamiliares de três a quatro pisos. Em 1949 elaborou-se o primeiro plano de Urbanização na zona da Amadora, onde se definiu as grandes áreas de ocupação urbana do eixo Benfca-Amadora-Queluz.

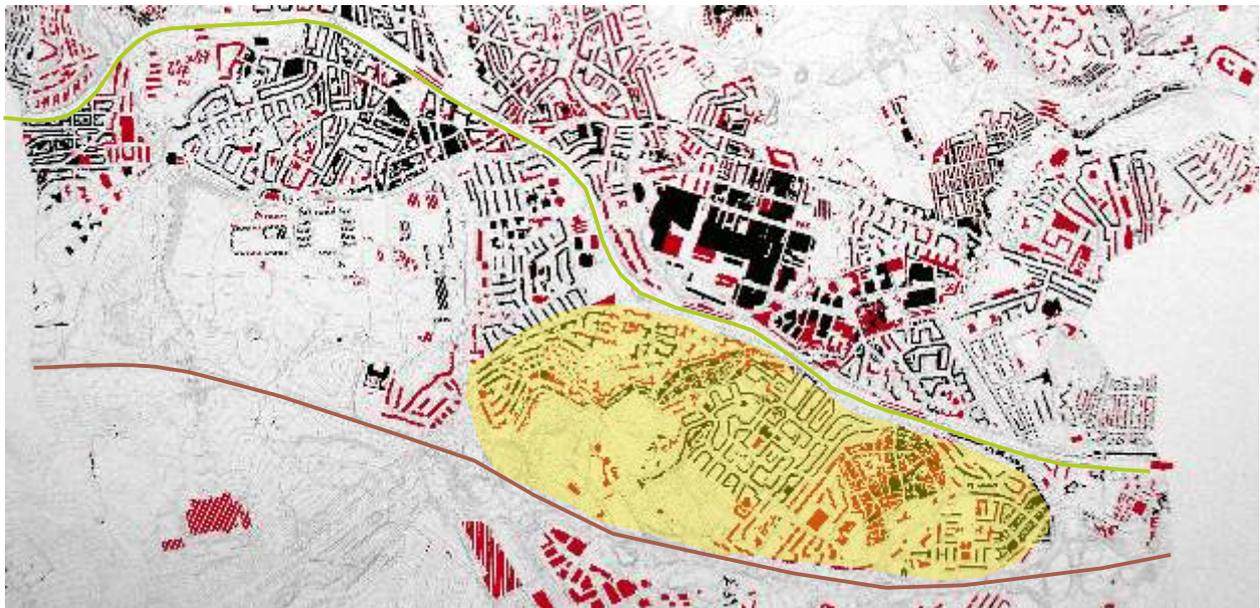
Na década de 1960 desenvolveu-se um novo Plano de Urbanização para a Freguesia da Amadora, elaborado pelo arquitecto Aguiar. Com este plano era clara a intenção de melhoramento dos acessos, através de grandes vias de atravessamento. Procurou-se estabelecer uma estrutura mais autónoma diminuindo a dependência de Lisboa. Começaram a surgir ocupações autónomas ao caminho-de-ferro em Alfragide, ao nível da habitação e da indústria. Nesta década surgiram os primeiros núcleos clandestinos na Brandoa, Mina, Alto dos Moinhos, etc.

Nos anos 1970 começou a emergir um tipo de construção mais densificada, de quatro a sete pisos. Com a construção da radial da Buraca (já prevista no Plano Aguiar-1967) melhoraram-se as ligações a Lisboa, permitindo um acesso mais facilitado à Damaia, Buraca e Alfragide. No entanto ao criar este acesso paralelo ao caminho-de-ferro, acabou por haver um estrangulamento das populações residentes, impedindo as ligações Norte-Sul. (Figura 4 e Figura 5)



0 200 400m

4. 1975



0 200 400m

5. 2004

Bairro do Alto da Cova da Moura

Nas últimas décadas, a consolidação de bairros degradados multiculturais em Portugal têm estado associadas a novas formas de segregação urbana. Esta realidade tem sido marcada pela crescente estigmatização destes bairros e pelo isolamento social e político dos seus habitantes.

O Bairro da Cova da Moura, situado no Concelho da Amadora, é um dos maiores e mais antigos núcleos de população imigrante da Área Metropolitana de Lisboa. Caracterizado pela sua génese ilegal, este núcleo degradado surge quase espontaneamente em terrenos privados e do Estado, no princípio dos anos 1940. Quando a exploração agrícola na Quinta do Outeiro é abandonada no fim da década de 50 do século XX, surgem as primeiras casas de construção em madeira, maioritariamente concentradas em dois núcleos: um junto à casa da quinta e constituído sobretudo pelos antigos trabalhadores; o outro no limite Nordeste, próximo da antiga pedreira. Esta ocupação estava ainda associada a uma agricultura de subsistência que era exercida não só pelos habitantes das barracas situadas no terreno, mas igualmente por residentes dos bairros vizinhos onde muita da população tinha recentemente chegado da província.

A partir da década de 1970 houve uma ocupação mais acentuada por parte da população cabo-verdiana, presume-se que na altura já habitavam no local cerca de 360 pessoas. A proximidade à cidade de Lisboa e as acessibilidades às principais rodovias permitiam aos habitantes, na sua maioria de baixos recursos económicos, uma boa acessibilidade aos transportes públicos e respectivos empregos e serviços que a cidade de Lisboa oferecia. (Figura 6) Com a constituição da Comissão de Moradores, em 1978, a abertura de ruas obedece a um plano da própria comissão, que representou um gesto importantíssimo na

gestão dos terrenos e no controlo da dinâmica construtiva.

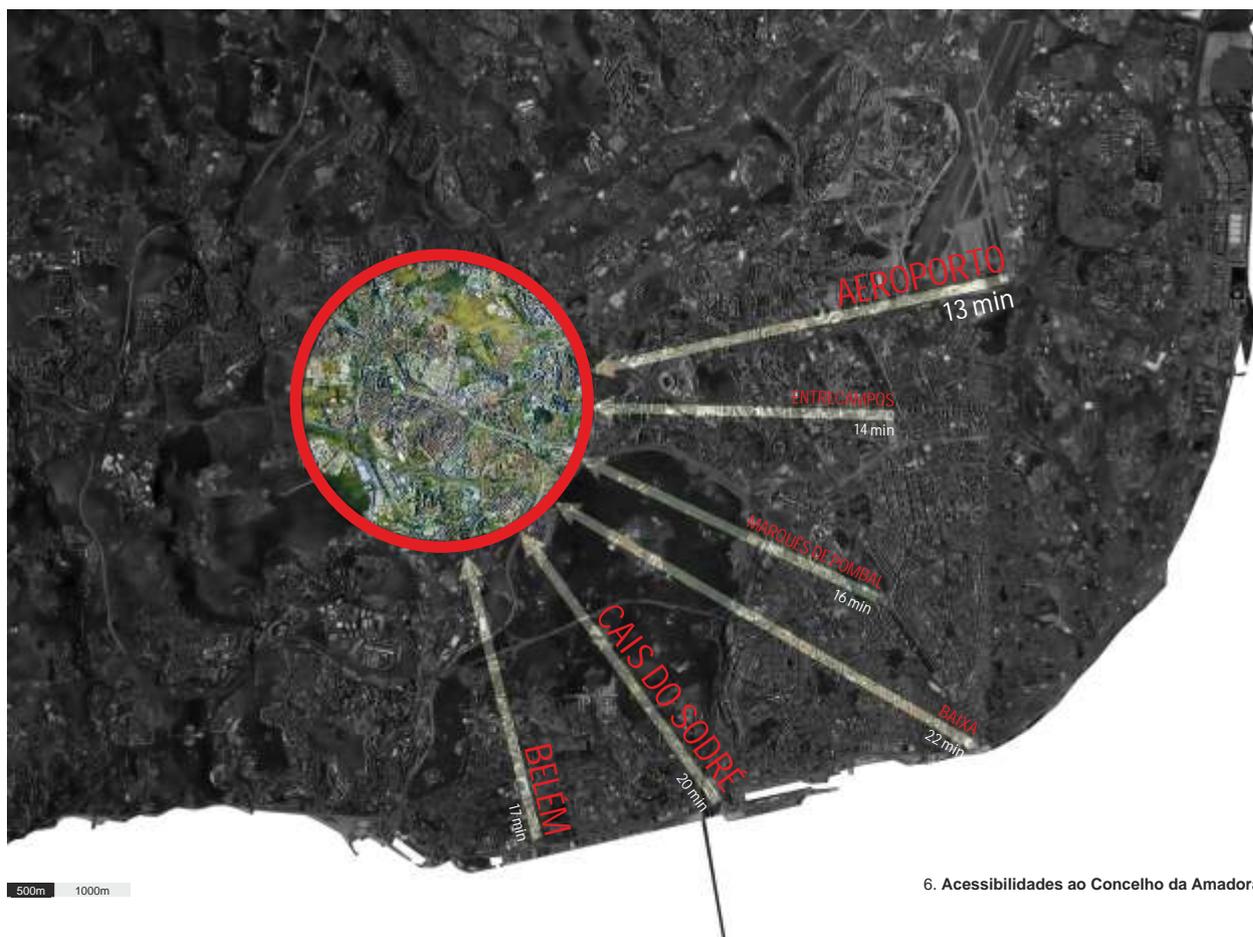
O 25 de Abril e a liberalização política fizeram com que as novas correntes migratórias das ex-colónias portuguesas contribuíssem para a proliferação de bairros ilegais por todo o país, particularmente nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto. A Cova da Moura não foi excepção, e actua como reflexo da construção desenfreada de habitações, por vezes sem condições mínimas de habitabilidade, que acompanhou o *boom* populacional no fim dos anos 1970.

Actualmente, com uma área de 16 hectares, a Cova da Moura possui uma população de aproximadamente 5500 pessoas de várias etnias. Os Cabo-Verdianos são dominantes, correspondendo a cerca de 2/3 da população do bairro, os restantes imigrantes são brasileiros e da Europa de Leste, em menor quantidade, e os portugueses. É ainda importante referir que cerca de 22% desta população tem menos de 14 anos, e 45% tem menos de 24 anos, o que resulta numa população etnicamente diversa maioritariamente jovem e pouco qualificada para o mercado de trabalho.

A diversidade étnica resulta numa heterogeneidade morfológica espacial. A sul há uma maior concentração de africanos, com um traçado tortuoso de ruas estreitas, becos, casas, barracas e anexos “encavalitados”, resultando assim numa malha labiríntica claustrofóbica. A Norte predomina um padrão de quarteirões, numa tentativa de malha ortogonal, com um maior número de ruas pavimentadas e com a inclusão pontual de pequenos jardins ao redor da casa. Nesta zona predominam sobretudo portugueses e os ex-colonos, embora seja impossível catalogar com precisão os ocupantes de um bairro tão densamente mesclado.

Esta fragmentação da malha urbana nestas duas grandes áreas permite criar uma separação dos modos de ocupação: a norte e a sul. Resultando assim em duas organizações sócio-espaciais significativamente diferenciadas. Na área sul, ao contrário do que acontece a norte, reina a sobreocupação, a exiguidade e a precariedade das habitações, assim como uma prática cultural que potenciou a transferência das actividades domésticas para o espaço público, favorecendo assim a apropriação das ruas, largos e becos como espaços de convívio intenso.

Através de inquéritos feitos pelo LNEC verificou-se que o inquilinato começou a tomar expressão em meados da década de 1990, de forma crescente, verificando-se, em simultâneo, uma clara diminuição da forma de auto-construção.



6. Acessibilidades ao Concelho da Amadora

Estratégia Proposta

Para perceber quais os problemas socioeconómicos e culturais que os bairros étnicos contêm, foram analisados três casos de estudo: as comunidades migrantes de Chinatown, em Manhattan, e duas comunidades emigrantes portuguesas. Em Paris, os bairros de lata de Champigny, e *Little Portugal* em Newark nos EUA.

Em relação a Chinatown, concluiu-se que se encontra perfeitamente integrada na malha urbana e com um mercado forte. Este exemplo foi importante na definição da estratégia para a Cova da Moura pois mostra uma perspectiva integradora de uma comunidade diferente, que, ao explorar a sua cultura trouxe para a cidade de Nova Iorque uma nova vivência. Quando as comunidades se interligam e integram com a envolvente, podem ser extremamente benéficas e conseguem promover a diversidade dentro da cidade. Por este motivo **“Assumir a diferença e Promover a Ligação”** são aspectos fundamentais na hora de intervir.

Foi, também, importante perceber como é que as comunidades emigrantes portuguesas se integraram na malha urbana de outro país. Sendo a população portuguesa das mais emigrantes da Europa na década de 1970/80, foi interessante perceber o impacto que tiveram nas cidades de Paris e Newark. Ambos os exemplos mostram duas realidades distintas. No caso do bairro de Champigny, a ocupação portuguesa era composta por bairros de lata nas periferias da cidade, como o que acontece na Cova da Moura. O outro caso, “Little Portugal”, formou-se na década de 1910 e tem uma grande concentração portuguesa que explora o comércio típico.

Destes dois casos, o que nos interessou mais foi a comunidade de Paris. O governo Francês resolveu o problema urbano destruindo na totalidade o bairro precário, o que revela que a probabilidade da Cova da Moura ser demolida não é completamente descabida. Analisando as

hipóteses de abordagem ao tema e estruturando uma ideia fundamentada, foi criado no âmbito do grupo uma posição. **Não destruir! Reabilitar é a nova abordagem!**

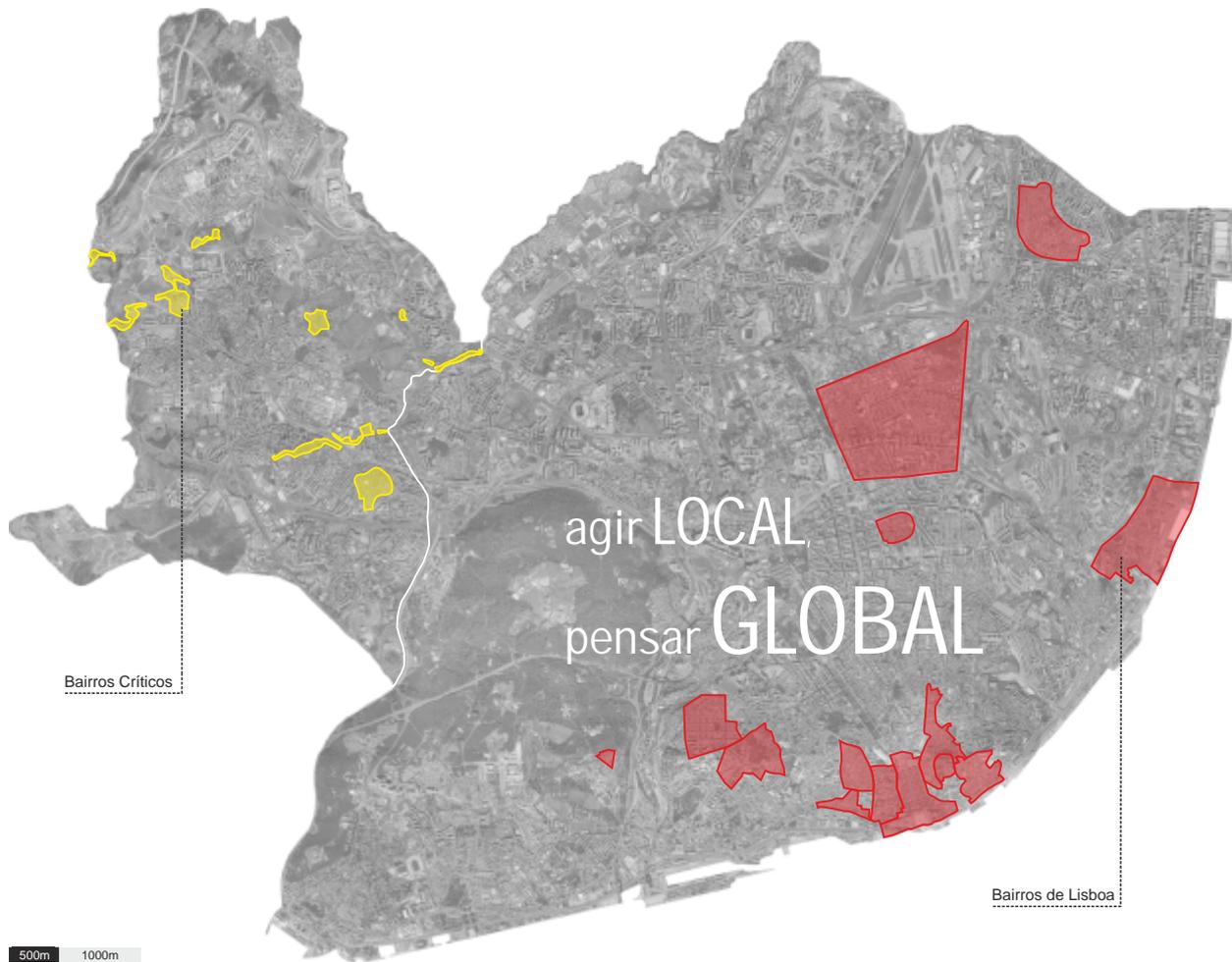
A ideia de exploração comercial da Cova da Moura pode ser extremamente perversa, no entanto acredita-se que reabilitar é um meio de dar condições para que o próprio território se possa regenerar.

Uma das hipóteses posta em causa para o bairro foi a sua destruição, podendo implantar uma cidade de negócios (Figura 7) ou uma urbanização totalmente nova.

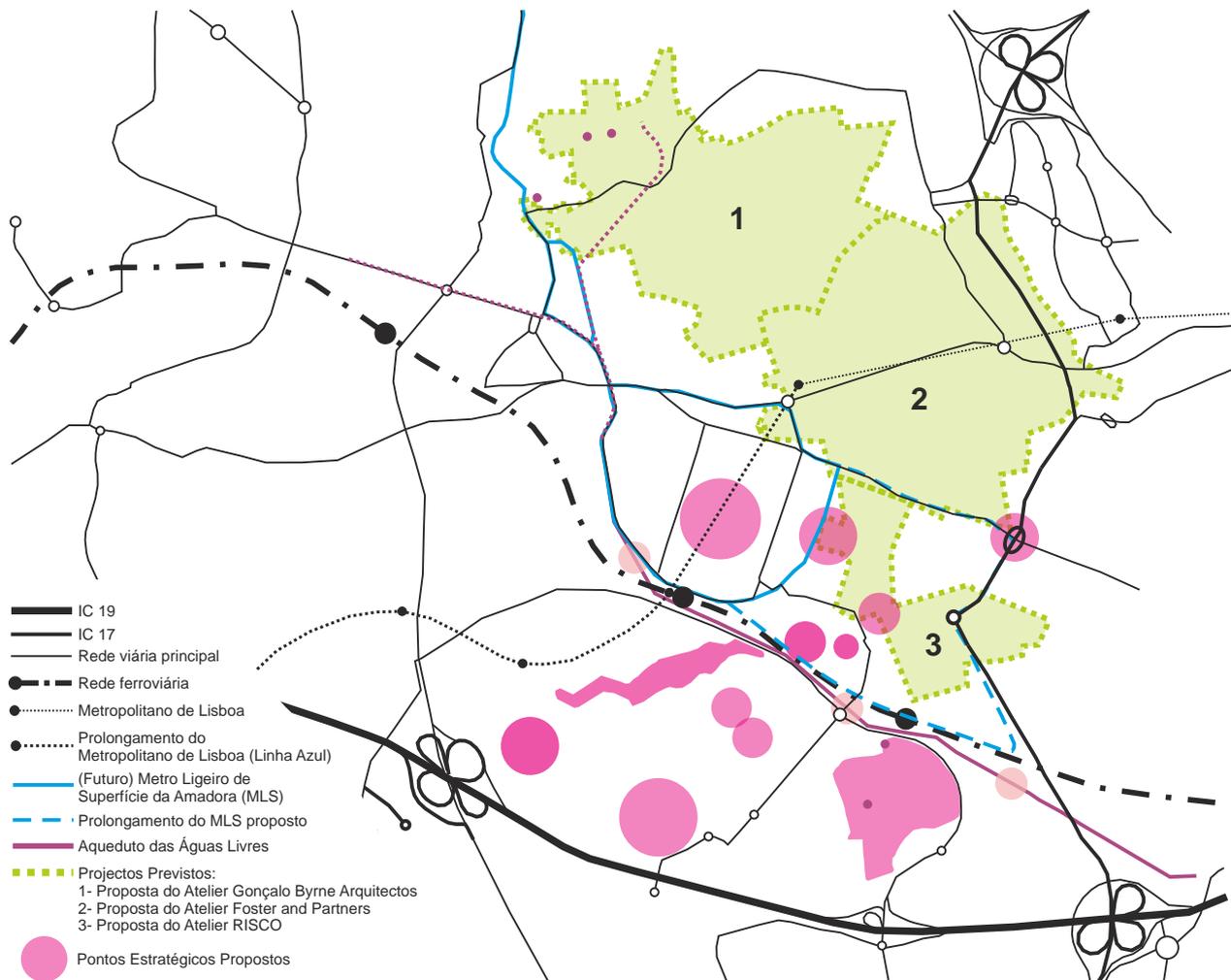
Para intervir na Cova da Moura não basta pensar apenas no bairro, é preciso ter em conta a sua envolvente. Chegou-se então à conclusão que se devia: **Agir Local, pensar Global!** (Figura 8) Para implementar esta estratégia é preciso definir um plano global, não só para resolver as carências da Cova da Moura como as do próprio município da Amadora. Estabelece-se então um mapeamento de funções que podem ajudar a resolver os problemas do local, com uma rede de saúde, cultural e desportiva. (Figura 9 e Figura 10)



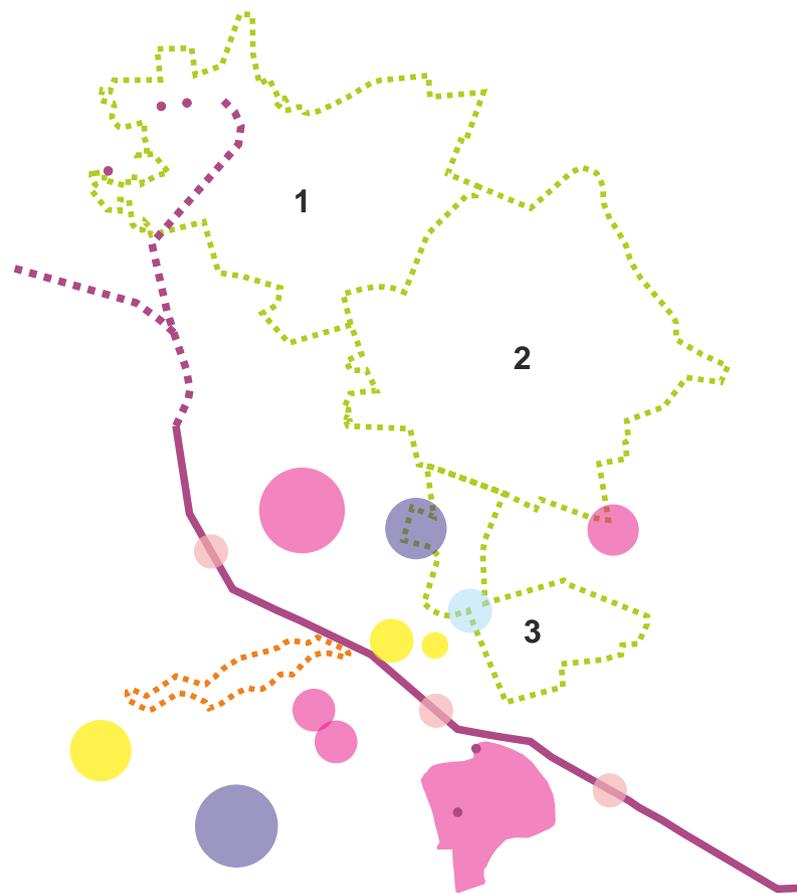
7. Fotomontagem - Hipótese de intervenção na Cova da Moura



8. Agir Local, Pensar Global!



10. Pontos Estratégicos Propostos em Confronto com o Existente



- Aqueduto das Águas Livres
- Rede Cultural Proposta
- Rede Ensino e Formação Proposta
- Rede Saúde Proposta
- Rede Desportiva Proposta
- Possível requalificação com fins desportivos / lazer
- Projectos Previstos:
 - 1- Proposta do Atelier Gonçalo Byrne Arquitectos
 - 2- Proposta do Atelier Foster and Partners
 - 3- Proposta do Atelier RISCO

600m 1200m

10. Esquema Geral da Proposta para o concelho da Amadora

Estabelecendo uma estratégia geral – cultura, desporto e saúde – na envolvente e incluindo a Cova da Moura numa rede cultural, percebe-se que este bairro terá de passar por uma reabilitação e requalificação.

«O objectivo urgente é fazer uma cidade bem desenhada, que seja também claramente amigável e, portanto, humanizada. Uma cidade de que nos orgulhemos pela sua valia cultural, mas também onde aconteçam coisas e onde de vez em quando apeteça ir por uma dessas ruazinhas que não se sabe onde irão acabar, deixando correr o tempo ao sabor dos passos erradios...»(1)

Concluiu-se que (re)humanizar, (re)habilitar e (re)habitar foi o melhor método de intervenção para o caso de estudo. Manteve-se o carácter do lugar e promoveu-se a continuação do mercado interno, dando-lhe melhores condições e mais qualidade.

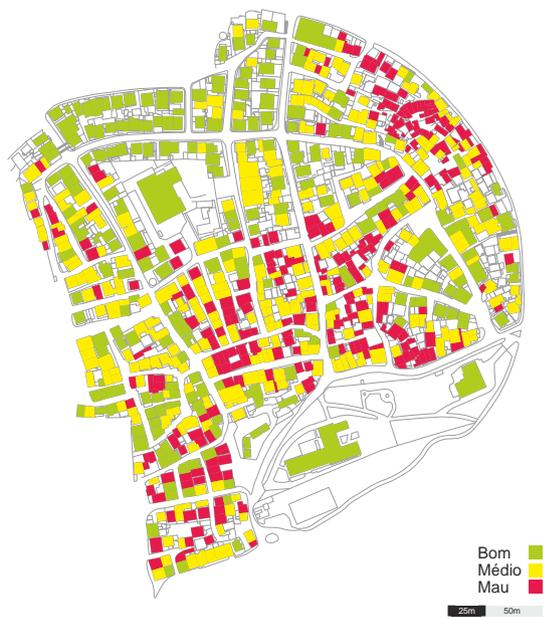
Foi feito um levantamento (com base no inquérito do LNEC e no inquérito feito pela Faculdade de Arquitectura de Lisboa) dos espaços devolutos, parcialmente devolutos e em mau estado de conservação e traçou-se uma estratégia de demolições e reabilitações.

Tendo em conta estes estudos, propôs-se a desafecção do interior dos quarteirões, a reabilitação dos largos existentes (que permitem criar nova utilização da rua) e um desvio do circuito rodoviário da Carris pelo interior do bairro, que passaria pela rua principal.

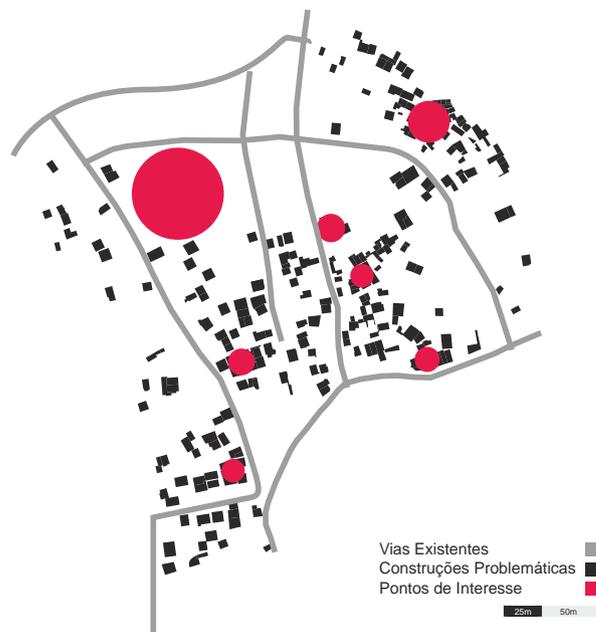
Desenvolveu-se ainda a uma estratégia de ocupação dos edifícios devolutos, transformando-os em espaços para empresas e comércio com as condições necessárias. A intenção não é criar uma estrutura arquitectónica que contenha um mercado local, mas sim, que este continue a desenvolver-se de modo espontâneo e em circunstâncias mais favoráveis.

Em suma, não se cria um mercado, pois ele já está instituído, mas criam-se as infra-estruturas que permitem um melhor desempenho do mesmo.

1 -Daniel Filipe, Discurso sobre a cidade, Lisboa, Editorial Presença, Coleção Forma n.º 8, 1977 (1.ª ed. 1956), pp. 51, 70.



11. Estado de Conservação dos Edifícios



12. Pontos de Interesse a Reabilitar

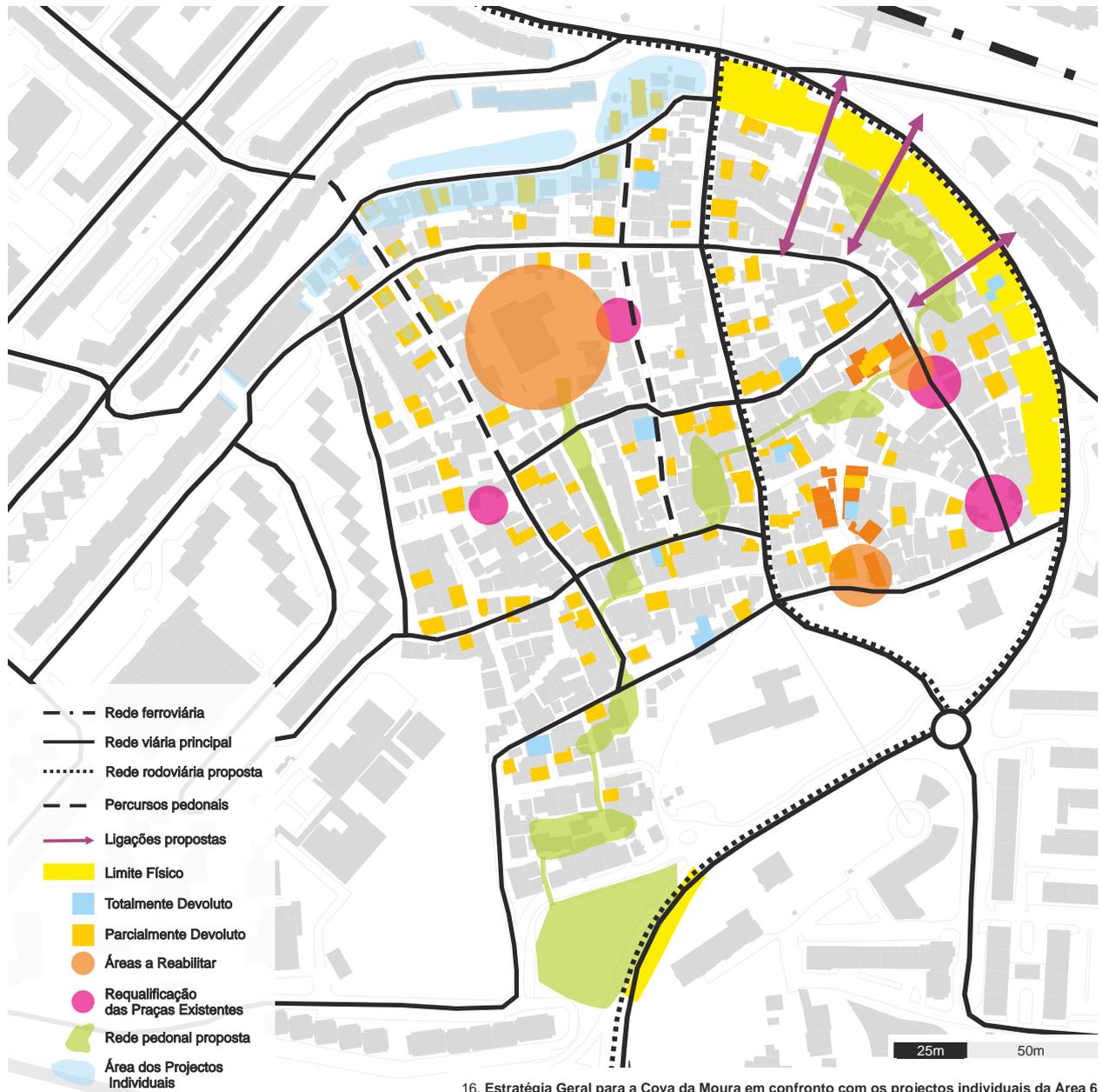


13. Construções Problemáticas a Demolir

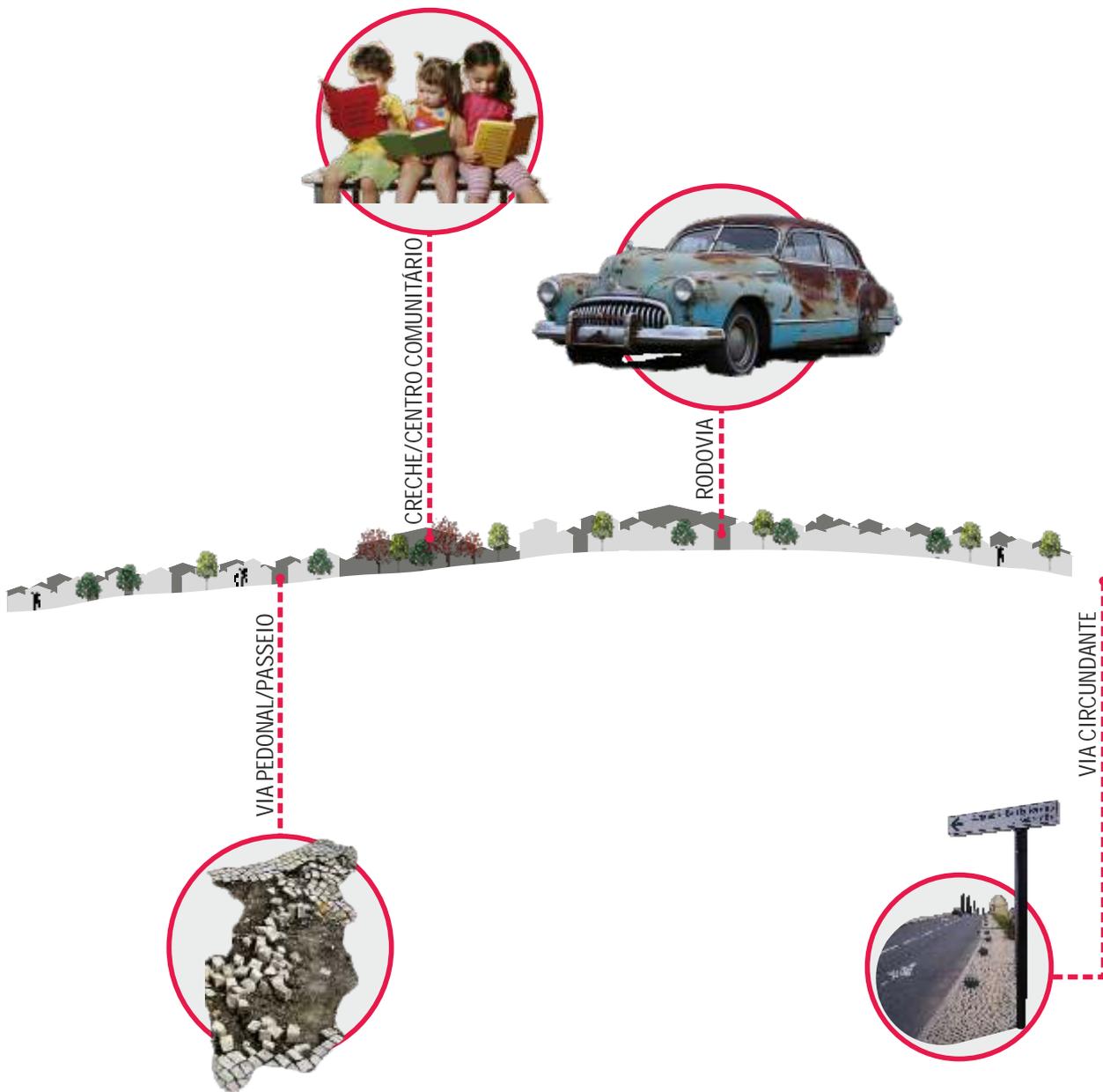


14. Estratégia de desocupação no Interior dos Quarteirões

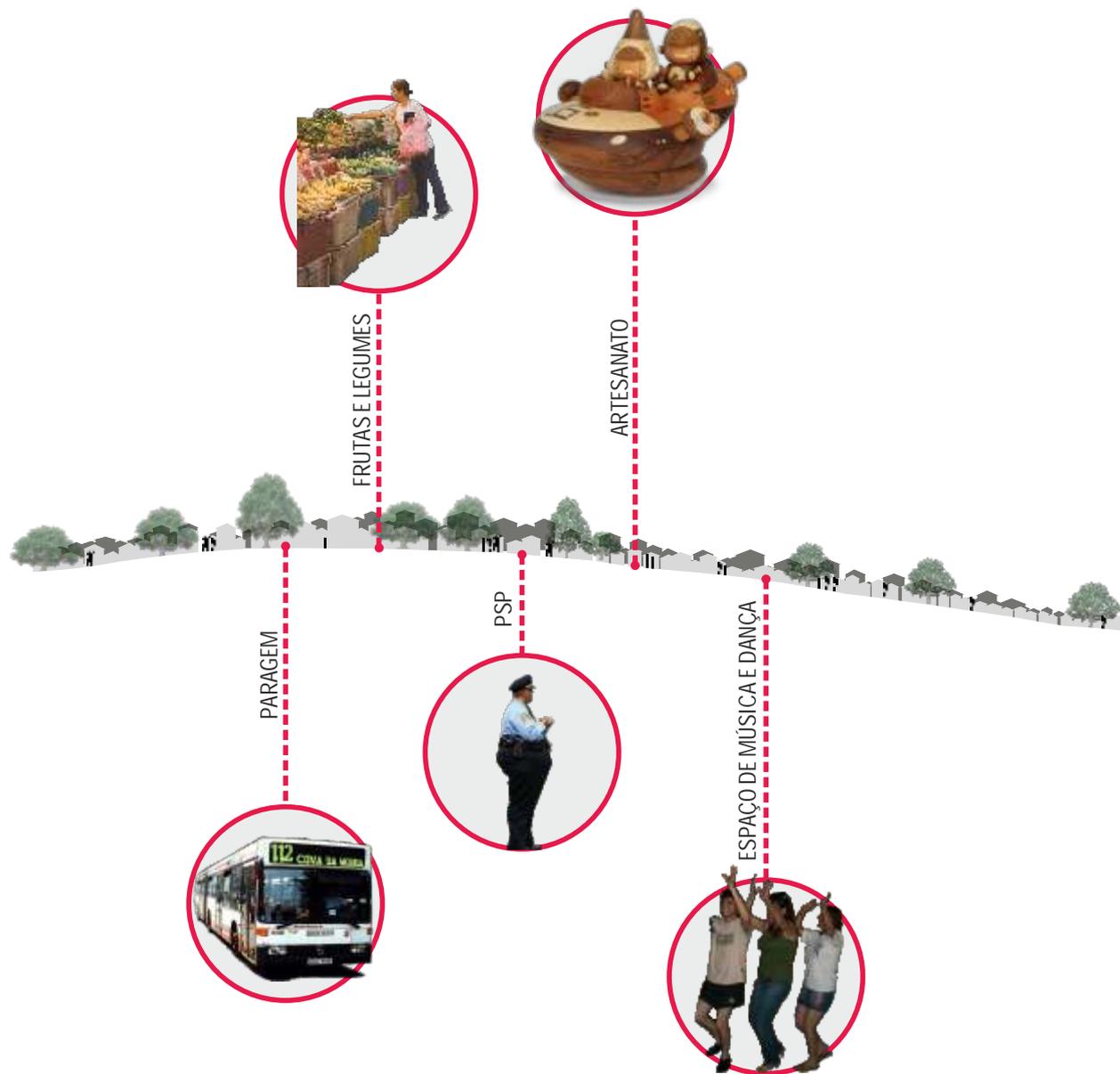




16. Estratégia Geral para a Cova da Moura em confronto com os projectos individuais da Area 6



17. Infra-estruturas em falta na Cova da Moura



18. Temáticas Propostas (Transportes, Polícia, Mercado e Artesanato)



19. Fotomontagem - Rua da Cova da Moura após a Intervenção

Índice de Imagens

II.a. - Vertente projectual de Grupo

1. Desenho do Autor sobre a Planta de 1885, Autoria do Grupo
2. Desenho do Autor sobre a Planta de 1893, Autoria do Grupo
3. Desenho do Autor sobre a Planta de 1898, Autoria do Grupo
4. Planta de 1975, In. Cidade e Democracia – 30 Anos de Transformação Urbana em Portugal, 2003
5. Planta de 2004, In. Cidade e Democracia – 30 Anos de Transformação Urbana em Portugal, 2003
6. Acessibilidades ao Concelho da Amadora, Autoria do Grupo
7. No que se poderia transformar a Cova da Moura, Autoria do Grupo
8. Pensar Global, Agir Local, Autoria do Grupo
9. Pontos Estratégicos Propostos em confronto com o existente, Autoria do Grupo
10. Esquema Geral da Proposta para a Amadora, Autoria do Grupo
11. Estado de Conservação dos Edifícios, com base no estudo do LNEC
12. Locais de Interesse a Reabilitar, Autoria do Grupo
13. Construções Problemáticas a Demolir, Autoria do Grupo
14. Estratégia de desocupação do Interior dos Quarteirões, Autoria do Grupo
15. Distribuição Programática pelos Largos Existentes, Autoria do Grupo
16. Estratégia Geral para a Cova da Moura em confronto com os projectos individuais da Área 6, Autoria do Grupo
17. Infra-estruturas em falta na Cova da Moura, Autoria do Grupo
18. Temáticas Propostas (Transportes, Polícia, Mercado, Artesanato), Autoria do Grupo
19. Rua da Cova da Moura após a Intervenção, Autoria do Grupo

Bibliografia

- . DIAS, Manuel Graça. *Manual das Cidades*, Relógio D'Água Editores, Lisboa, 2006
- . ALMEIDA, Álvaro Duarte de; BELO, Duarte. *Portugal Património Volume VII*, Lisboa, Circulo de Leitores, 2006
- . BAPTISTA, Luís Santiago. *Condições Periféricas*, ARQ/A nº67, Março 2009
- . BAPTISTA, Luís Santiago. *Condições Periféricas*, ARQ/A nº68, Abril 2009
- . BANDEIRA, Pedro. *Projectos Específicos para um Cliente Genérico – Porto*, Dafne Editora, 2006
- . BASILICO, Gabriele, *Arquitectura em Portugal*, Porto, Dafne Editora, 2006
- . Câmara Municipal da Amadora. *Apartamentos para a História da Amadora ou o desfazer de uma lenda - Memórias de António Cardoso Lopes*, Câmara Municipal da Amadora, Lisboa, 1989
- . Câmara Municipal de Lisboa. *Lisboa e o Aqueduto*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1997
- . DOMINGUES, Álvaro. *Paisagem revisitada – II Fórum Internacional sobre Feísmo*, Galiza pág.1-6, 2007
- . DOMINGUES, Álvaro. *Transgénicos –*, 2001
- . DOMINGUES, Álvaro. *Cidade e Democracia – 30 Anos de Transformação Urbana em Portugal*, 2004
- . FRAMPTON, Kenneth. *História da Arquitectura Moderna*, São Paulo, Martins Fontes, 2003

- . GUEDES, Âmancio. *Manifestos, Ensaios, Falas, Publicações = Manifestos, Papers, Lectures, Publications*, Lisboa: Ordem dos Arquitectos, 2007
- . KOOLHAAS, Rem. *Delirious New York*, New York, The Monacelli Press, 1994
- . MINHATERRA, *Amadora Raízes e Razões duma identidade - Câmara Municipal da Amadora*, Lisboa, Edições ASA, 2000
- . ROWE, Colin; KOETTER, Fred. *Collage City* (1979), Barcelona, GG Reprints, 2ª Edição 1998
- . SILVA, F. Nunes da; PEREIRA, Margarida. *Ilusões e desilusões, das periferias na Área Metropolitana de Lisboa*, Ano 2. Novembro de 1986, pág.14-24

II.b
VERTENTE PROJECTUAL
10 Habitações

ZONA 6



1.



2.



3.

*Há quem veja nela [periferia] um espaço de liberdade. Há quem se sinta nela “como numa prisão”. A periferia é um espaço onde muito pode ainda ser inscrito: ideias, projectos, edifícios, novos sons, criatividade. É aí que nascem novos jardins e parques, passeios ribeirinhos e cafés à beira rio. Mas também é aí que se continua a construir de forma duvidosa condomínios fechados, sem uma ideia de cidade.*¹

Alexandra Coelho

Na tentativa de resolver o problema da Cova da Moura lançou-se uma estratégia de divisão das áreas envolventes ao bairro onde se construiriam 10 a 20 habitações para alojar os seus habitantes ou para serem colocadas no mercado imobiliário. Na Zona 6 (área operativa|Fig.1) os problemas de segregação e de sobrelotação do espaço são evidentes. Construir habitação numa área de sobrelotada pareceu impossível. Só com uma estratégia de implantação forte e transformadora poderia alterar-se o local. Perante um território saturado de habitação e que carece de espaço público encontra-se numa “ferida” de separação dos núcleos, encosta junto ao bairro da Cova da Moura, um local com enormes potencialidades de ligação.

Tenta-se, à semelhança do terceiro exercício, construir de **fora para dentro**. Ao edificar um projecto de habitação no limite entre a Cova da Moura e a Zona 6 permite que os habitantes possam optar por sair do bairro e para aqueles que querem continuar no mesmo reconstruam-se habitações pontuais que onde se procura respeitar e resolver os problemas estruturais e de salubridade que estas tinham anteriormente. Para isso reflecte-se sobre as premissas e as volumetrias que estas possuem tentando fazer o redesenho das mesmas e dando condições de habitabilidade as casas que se encontram devolutas ou com problemas estruturais. Aposta-se no redesenhar dos balanços para as casas, no assumir dos acrescentos que são feitos às fachadas, no redesenhar, aumentar e alterar dos vãos, na mudança dos interiores das habitações, na alteração dos espaços de estadia da rua, etc.

(1)- COELHO, Alexandra Prado – J.A. nº 231



4. Espaços a Intervir Demolir | Reestruturar



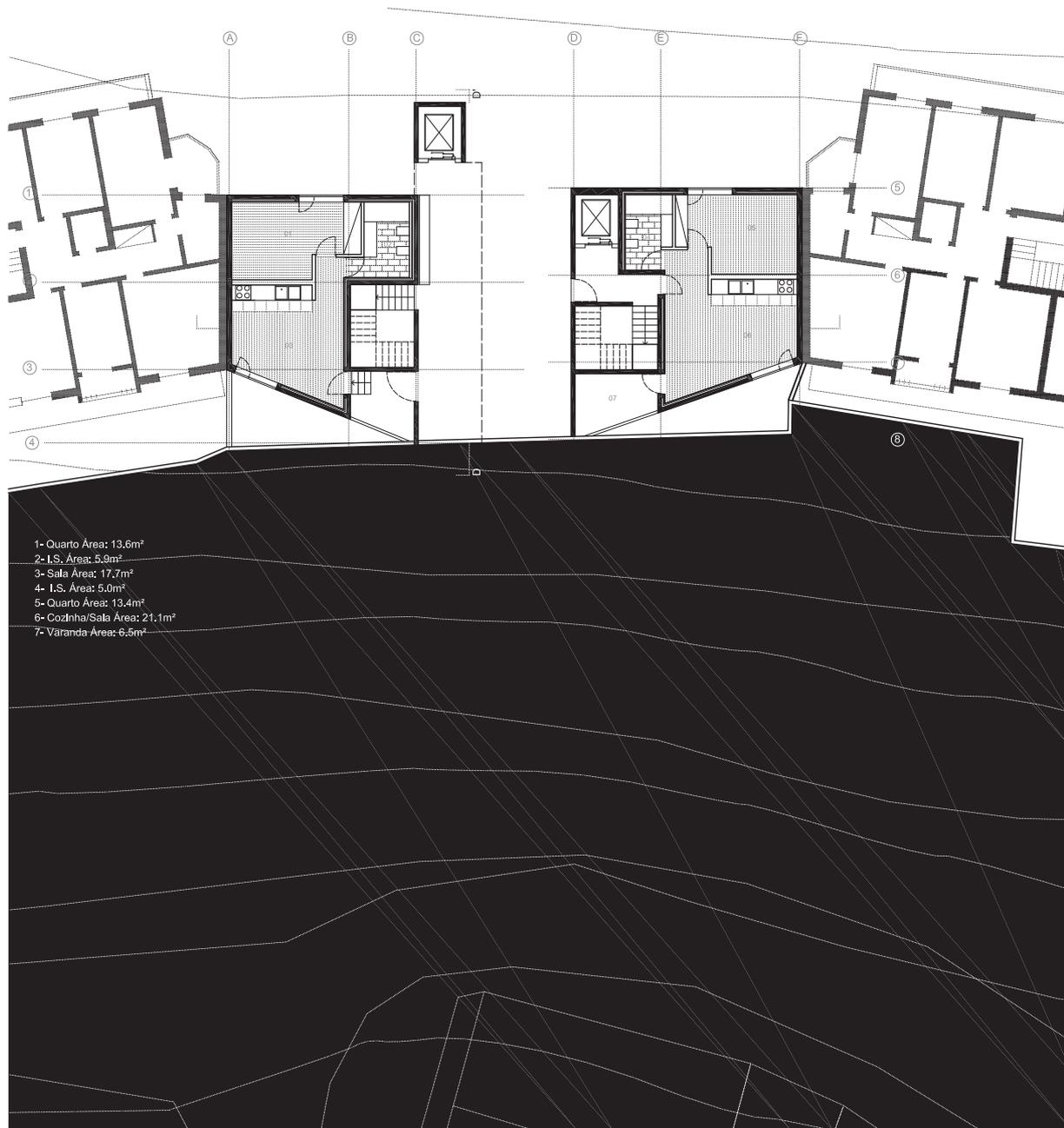
5. Edifícios parcialmente devolutos



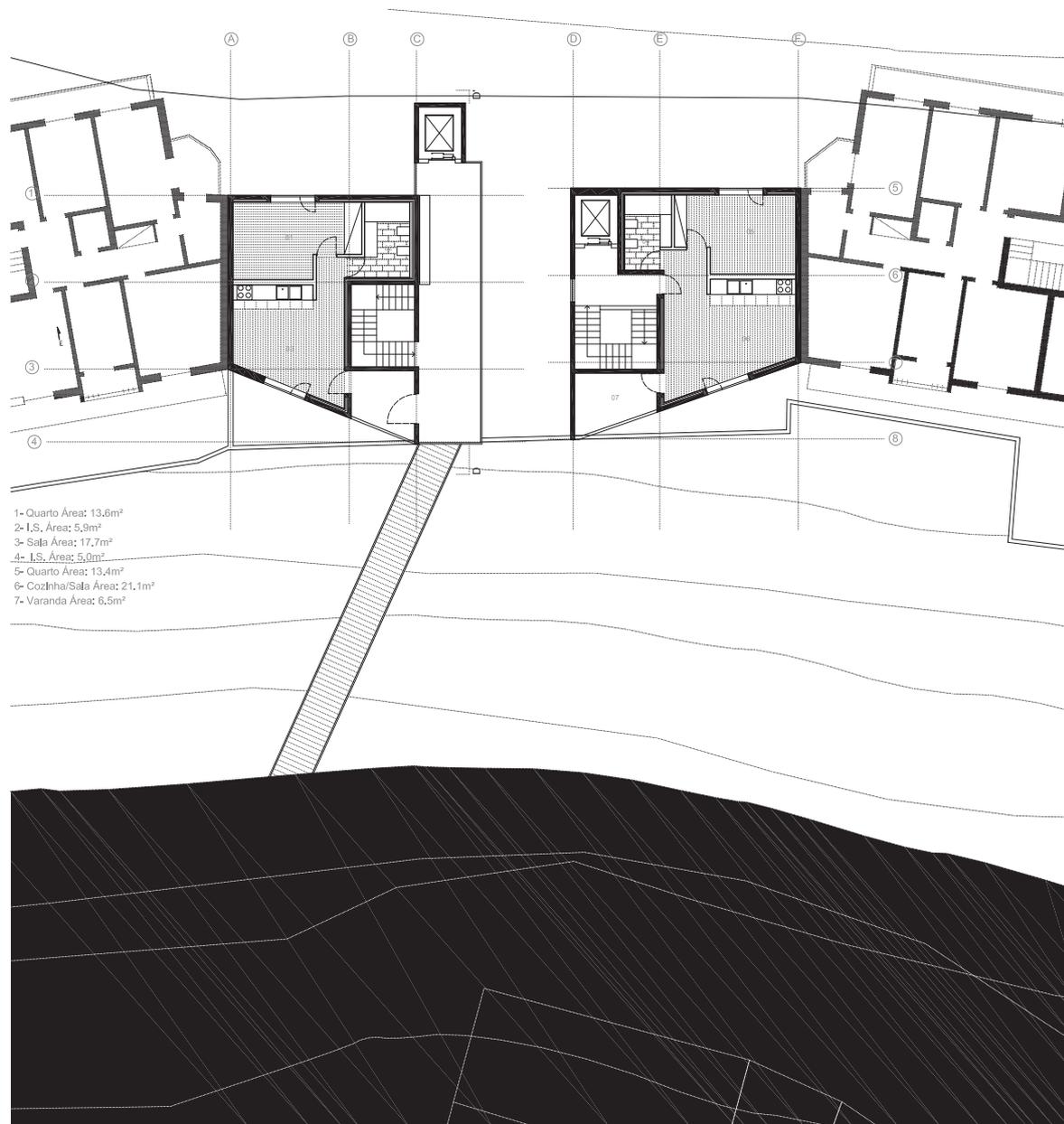
6. Vãos que se sobrepõem ao lote vizinho



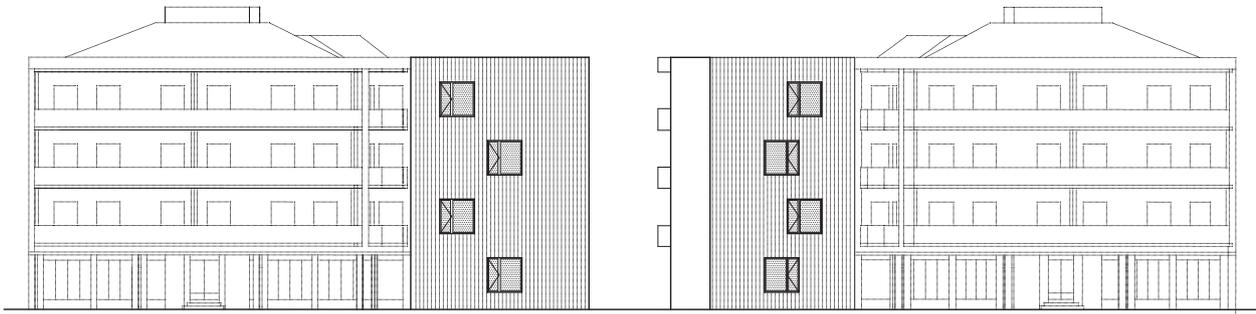
7. Estado de Conservação dos Edifícios



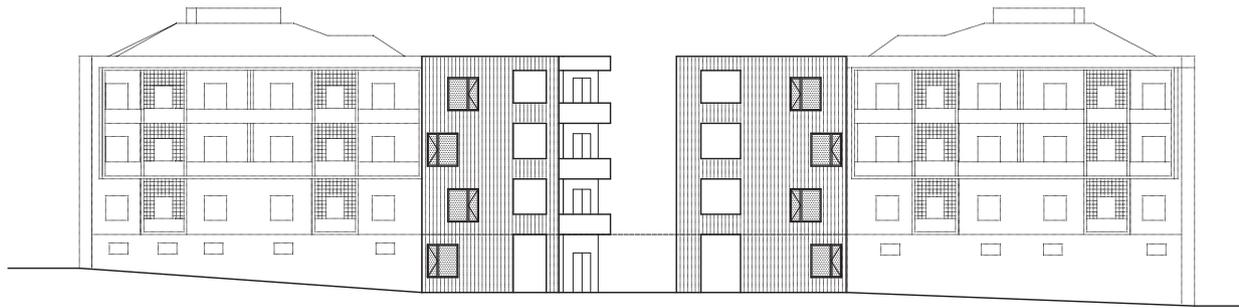
8. Planta Piso 0



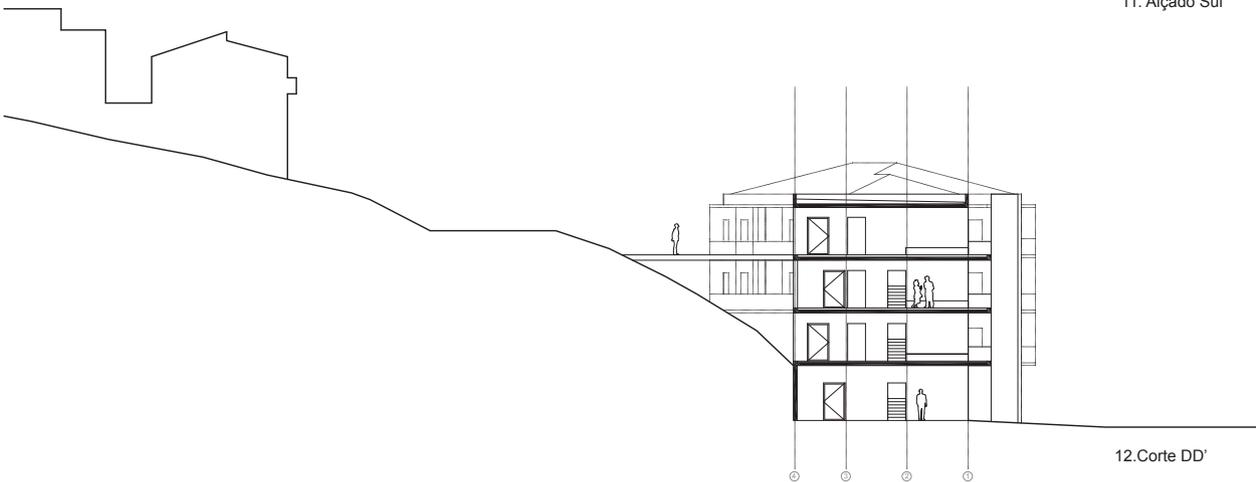
9.Planta Piso 3



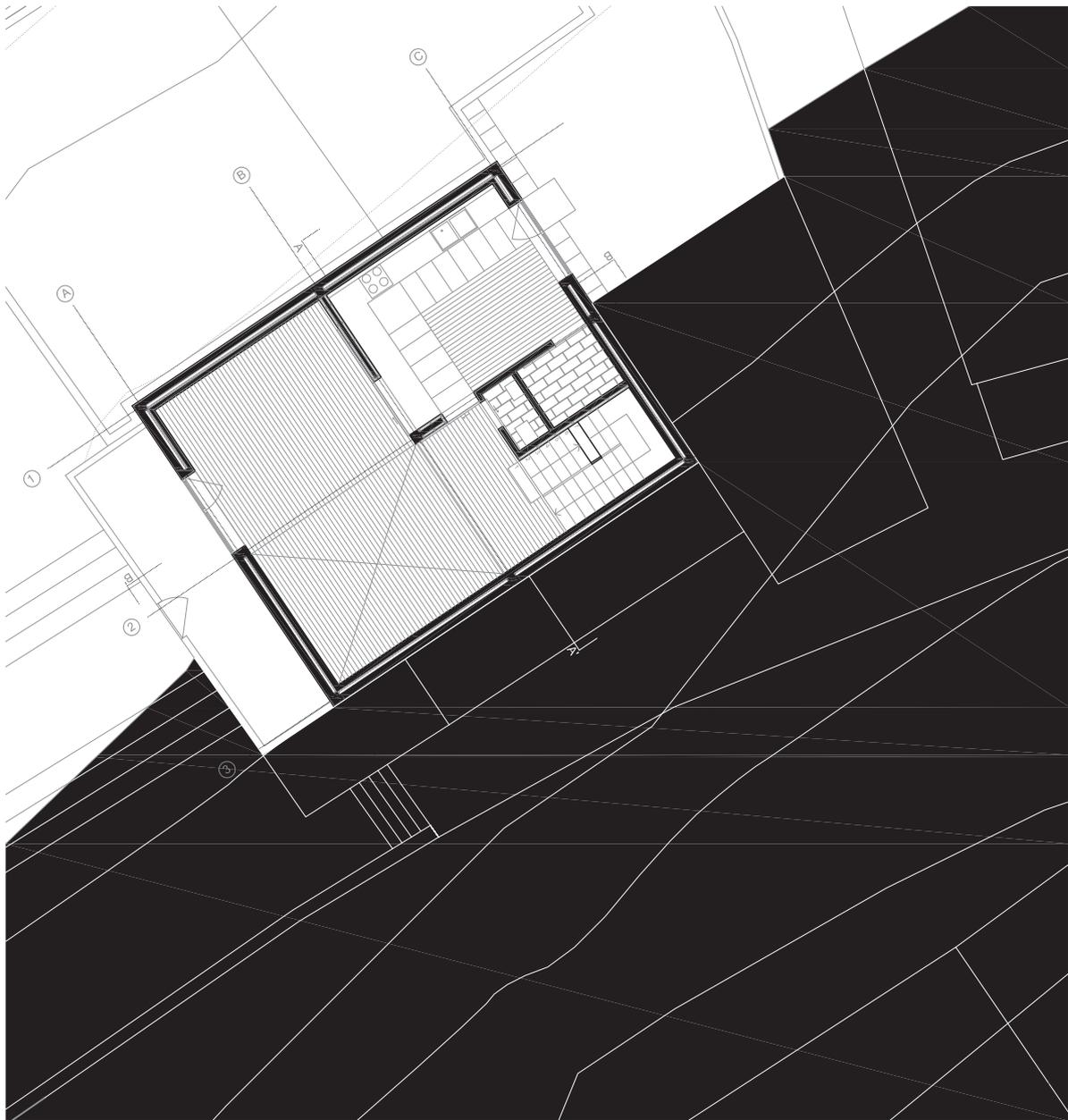
10. Alçado Sul



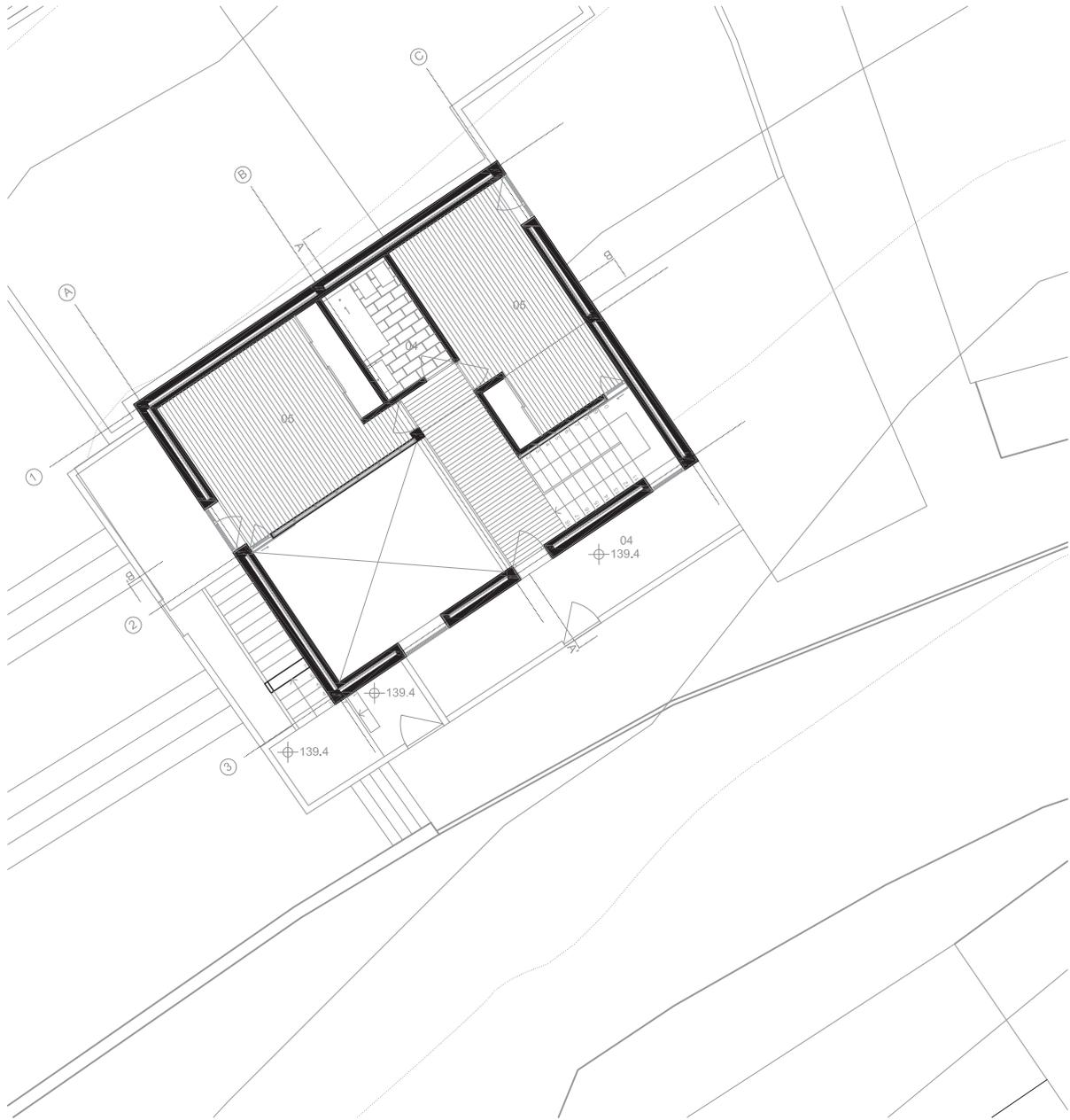
11. Alçado Sul



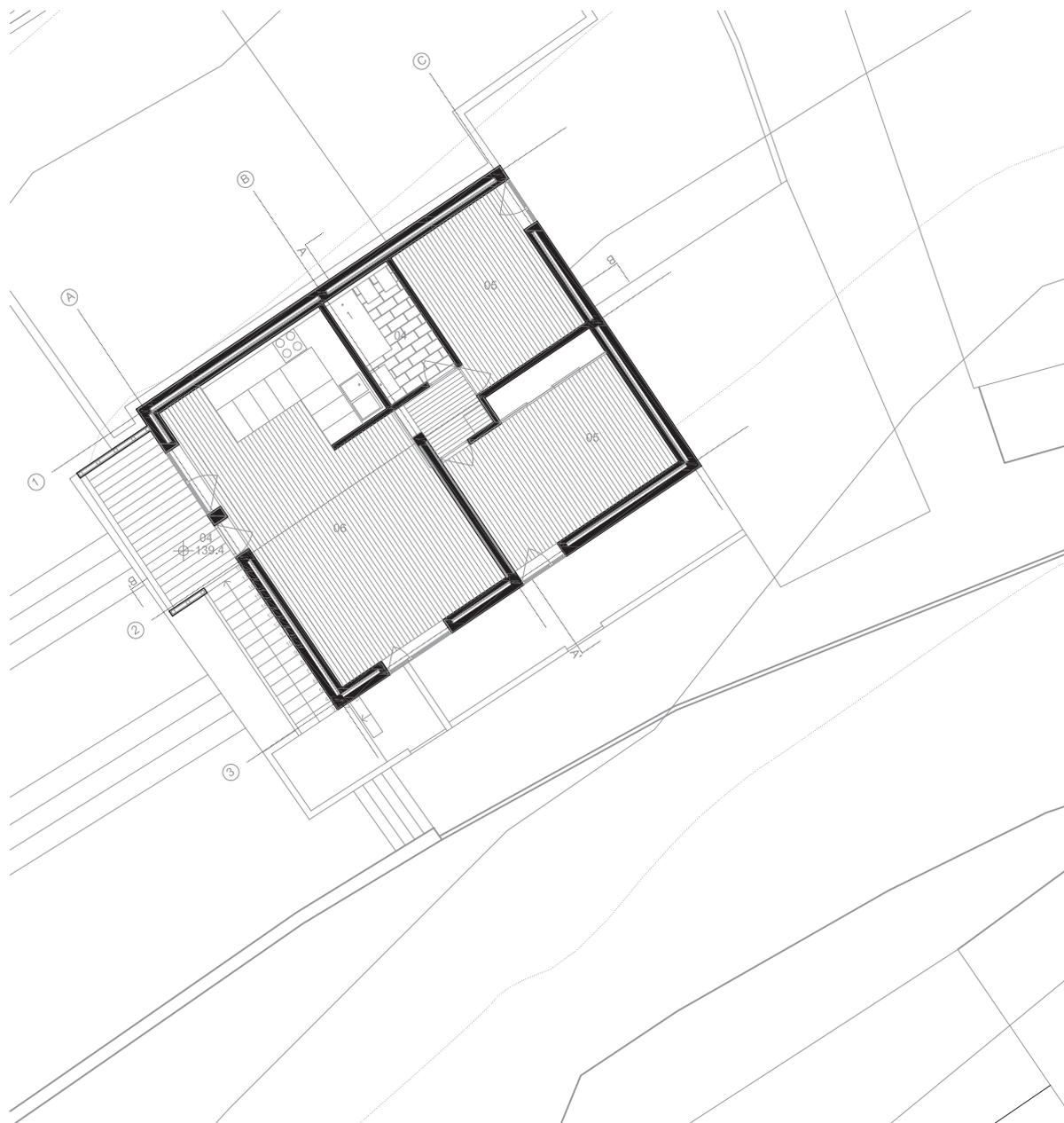
12. Corte DD'



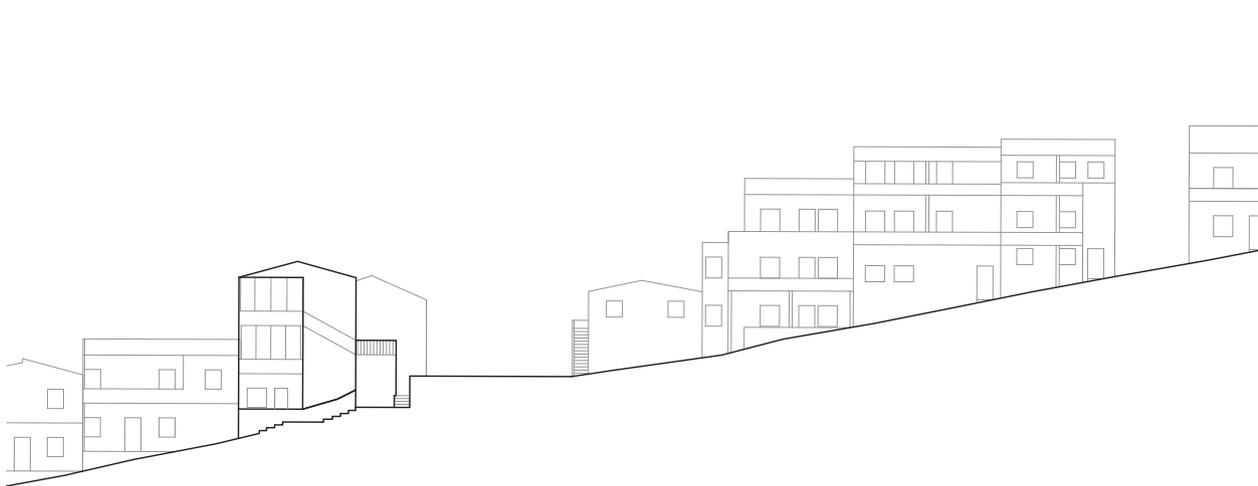
13. Habitação na Cova da Moura Piso 0



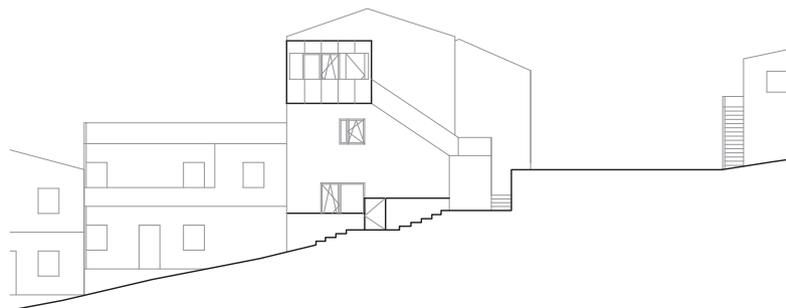
14. Habitação na Cova da Moura Piso 1



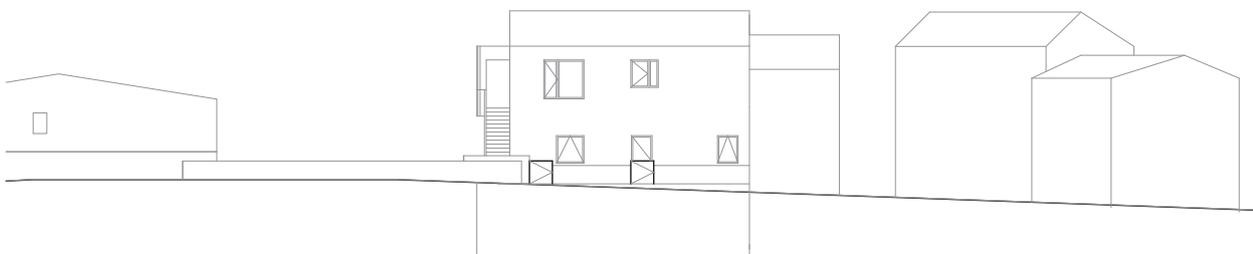
15. Habitação 2 na Cova da Moura Piso 2



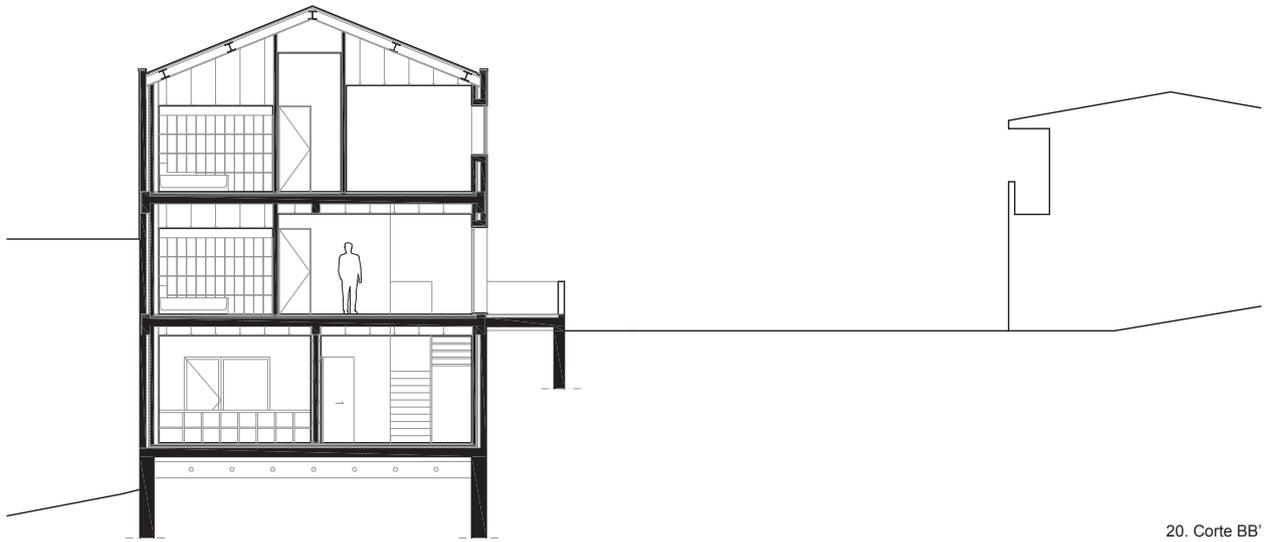
16. Alçado Antes



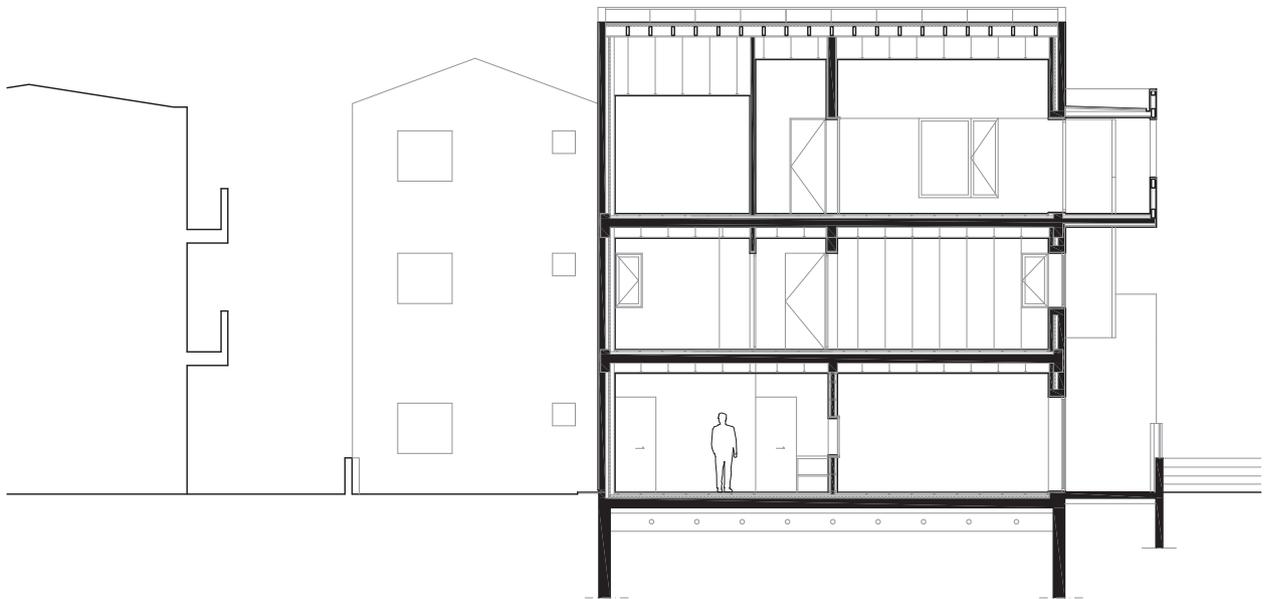
17. Alçado Depois



18. Alçado Sudoeste



20. Corte BB'

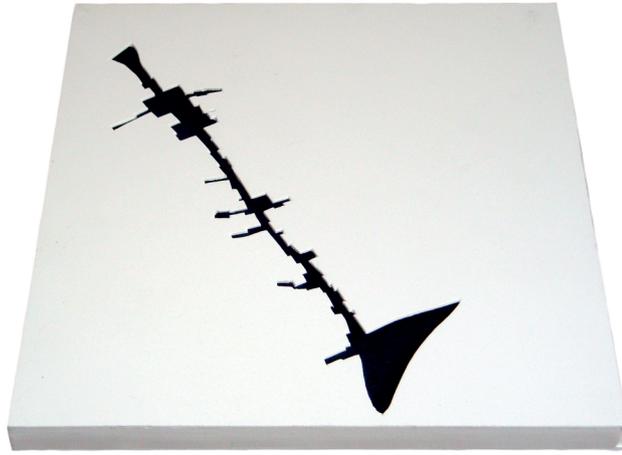


19. Corte AA'

II.c
VERTENTE PROJECTUAL
Mercado Multicultural + Espaço Público

*É cada vez mais necessário assumir que **a cidade se habita em vários espaços**, que vão dos interiores domésticos apropriados individualmente aos espaços da cidade, espaços estes que têm de ser desenvolvidos aos usos públicos, intensos e partilhados e uma estima pública que tem de acompanhar e ser caracterizada pelos respectivos e diversos ambientes de proximidade.*

Jan Geld¹



Actualmente as cidades, as aldeias e as vilas já não são o que eram. A perda dos limites instaurados nos núcleos levou muitas vezes à perda da sua identidade. No entanto as cidades, assim como as suas periferias, são hoje uma miscelânea de diversas contribuições e culturas, sendo possível a vivência harmoniosa entre ambas. O que ocorreu no Bairro do Alto da Cova da Moura é exactamente o contrário do que ocorrera na diluição das periferias e das cidades durante o século XX. Está-se diante um núcleo que a partir dos seus limites, de topografia acentuada, e pelas suas características de construção espontânea criou um “ambiente”, um modo de vida, que difere da envolvente.

Perante a descontinuidade do território e do tecido social, a intervenção procura resolver as ligações e unir socialmente os vários tecidos. Como resposta ao problema do bairro cria-se uma estrutura urbana de espaço público que unifica os tecidos envolventes através da construção de um mercado multicultural, dando resposta ao que existe implementado no território.

Projectar de fora para dentro, assim como de dentro para fora, cria tensões necessárias que ajudam a fazer arquitectura. O interior é diferente do exterior, a parede – o ponto de mudança – torna-se um evento arquitectónico. [...] A arquitectura como parede entre o interior e o exterior converte-se no registo espacial dessa resolução e do seu drama.”²

O modo de intervenção no local deve passar pela procura de premissas e hábitos enraizados trabalhando nas “feridas” do território envolvente. É no limite a poente da Cova da Moura, junto ao lar de idosos, que se implementa uma estrutura urbana que permite desenvolver do mercado. (Fig.1) O muro existente é refeito onde se cria um percurso fluido e periférico, que refaz a rua existente e dá um novo embasamento ao Bairro da Cova da Moura.

O mercado ao desenvolver-se na periferia do bairro permite que os habitantes dos núcleos envolventes possam usufruir do novo equipamento urbano através de um passeio confortável e sem entrar directamente no interior da Cova da Moura. O redesenho deste passeio e do muro pré-existente possibilitam a criação de novos espaços de venda ambulante e consequentemente espaços de recreio.

As actividades comerciais principais desenvolvem-se na parte inferior da rua. Este local que alberga o mercado expande-se para palcos de actividades que vão surgindo ao longo do percurso feito pelos utilizadores e faz a ligação ao interior do bairro.

Para desenvolver o projecto da área Multicultural teve-se como base o estudo do LNEC onde são identificadas as carências do edificado a intervir. Os problemas reconhecidos são ao nível da salubridade habitacional, por força do excessivo aproveitamento construtivo do terreno disponível, o que se traduz numa fraca ventilação e insolação. Por outro lado os excessivos acrescentos volumétricos não terão tido provavelmente em consideração os requisitos necessários de estabilidade regulamentar do edificado, pelo que se podem colocar também problemas de segurança. (Fig3,4,5)

Perante este cenário definiu-se uma estratégia de demolições que têm como objectivo melhorar o interior do quarteirão e emendar a vivência do mesmo. Demoliu-se uma série de edifícios e acrescentos de modo a que as habitações mantidas possam prolongar-se para o novo espaço de desafio. A área multicultural surge então no interior das habitações existentes que são reconstruídas e integram novas actividades.

Nestas habitações existentes procurou-se fazer uma alteração de programa interior, tendo em conta as características volumétricas, tipológicas e construtivas do local. Fez-se uma intervenção de reabilitação que dá força ao comércio que nelas existiam e prova que com pequenas mudanças e alterações estes volumes podem ser adaptados a novas funções. A intervenção no edificado passa pela alteração de caixilhos, abertura de novos vãos, manipulação do espaço interior, alteração das coberturas, pavimentos, de janelas e escadas que não respondiam aos requisitos de segurança e higiene.

Em suma, o projecto divide-se em duas partes: um edifício ao longo do muro, nos limites do Bairro do Alto da Cova da Moura e com uma reconstrução de alguns edifícios no seu interior. Apesar de o projecto ser composto por partes, os edifícios funcionam em conjunto.

O mercado situado no limite tem como objectivo dar qualidade de espaço público enquanto as reconstruções pretendem não retirar a identidade do bairro e continuar, mas de forma segura e cómoda as actividades que já ocorriam no interior das construções.

1. Jan Geld In. COELHO, António Baptista – Entre Casa e Cidade, a Humanização do Habitar, Opúsculo ,p.3
2. Robert Venturi, In. Complexidade e Contradição em Arquitectura, 1955,p.119



2. Espaços a Intervir Demolir | Reestruturar



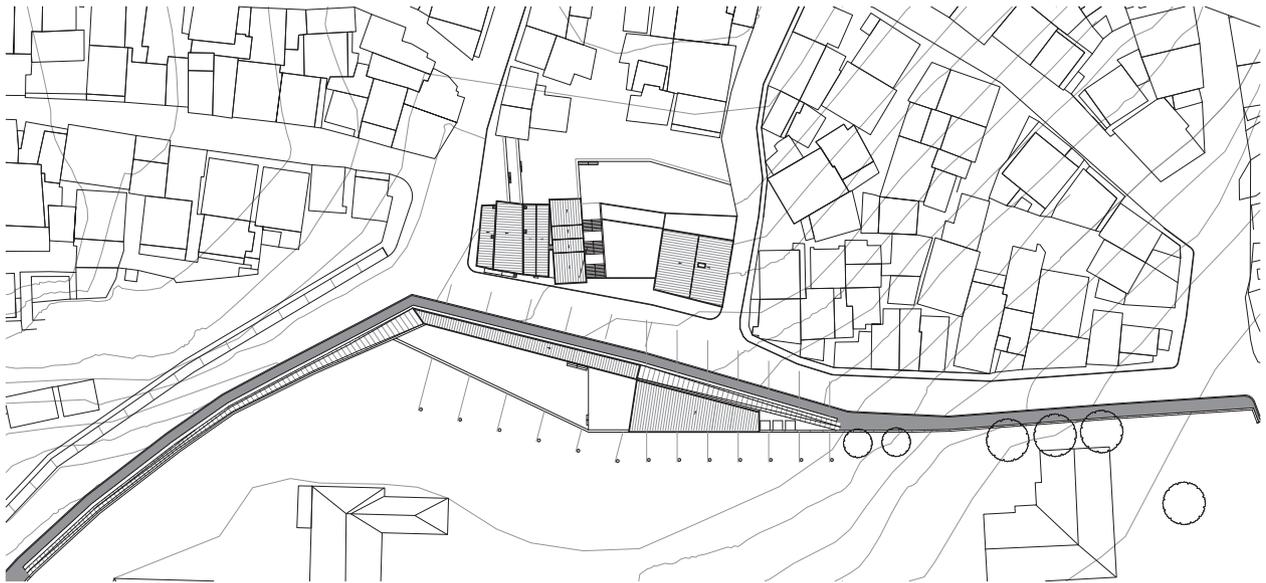
3. Sobreposição de Parte de Edifícios



4. Distância entre Edifícios Confrontantes

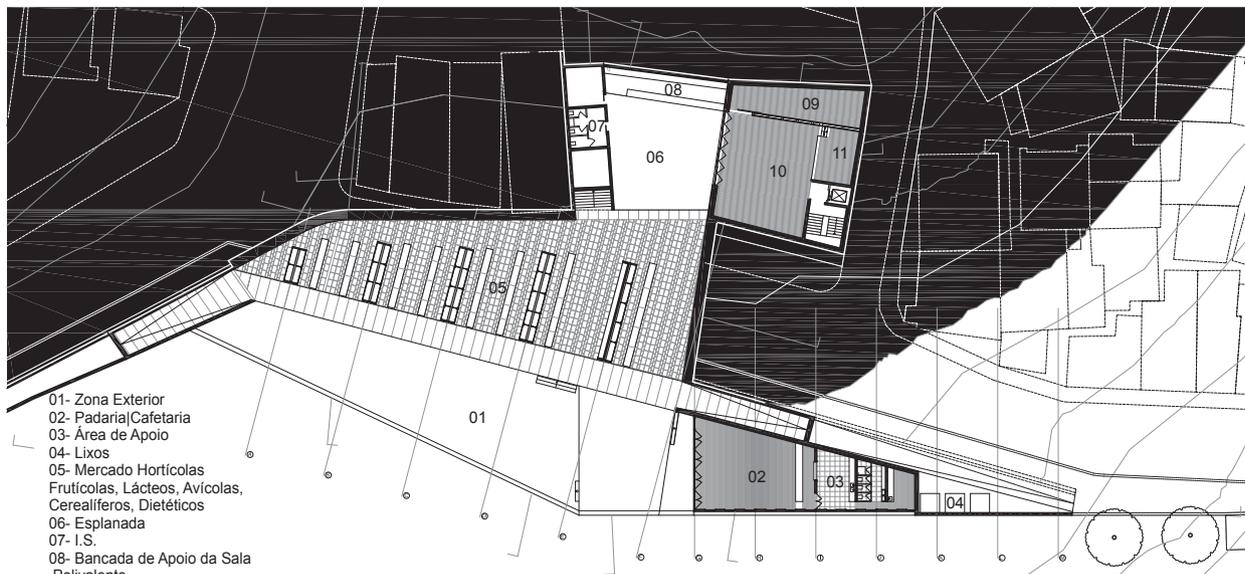


5. Vãos sobre Lotes Vizinhos



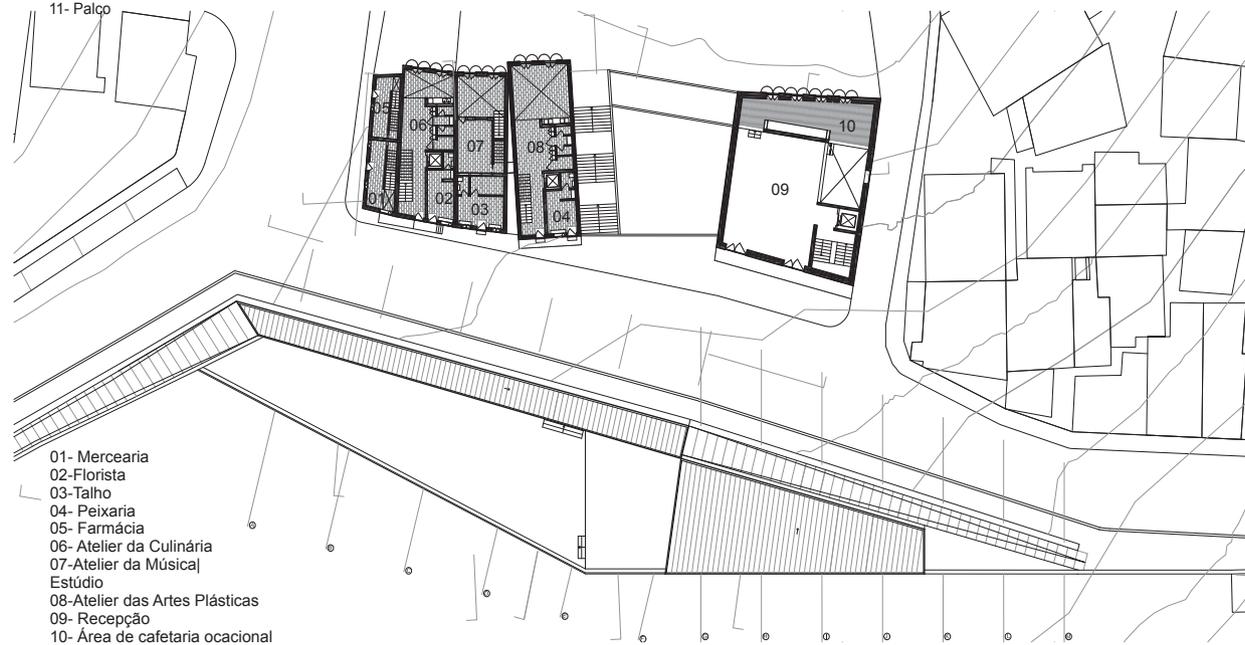
6.Planta de Localização

1
N



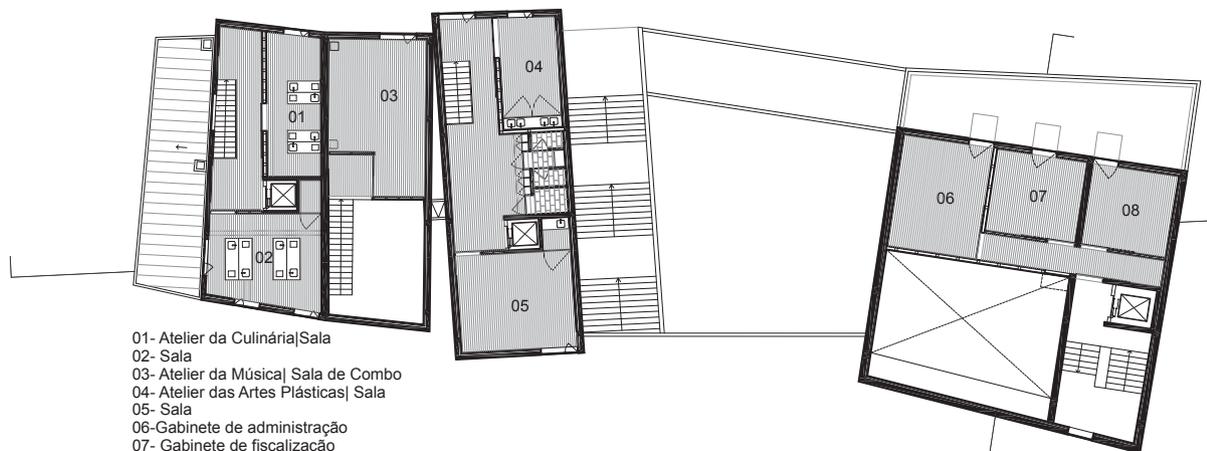
- 01- Zona Exterior
- 02- Padaria|Cafeteria
- 03- Área de Apoio
- 04- Lixos
- 05- Mercado Hortícolas
Frutícolas, Lácteos, Avícolas,
Cerealíferos, Dietéticos
- 06- Esplanada
- 07- I.S.
- 08- Bancada de Apoio da Sala
Polivalente
- 09- Arrumos
- 10- Sala Polivalente
- 11- Palço

7.Planta Piso -1



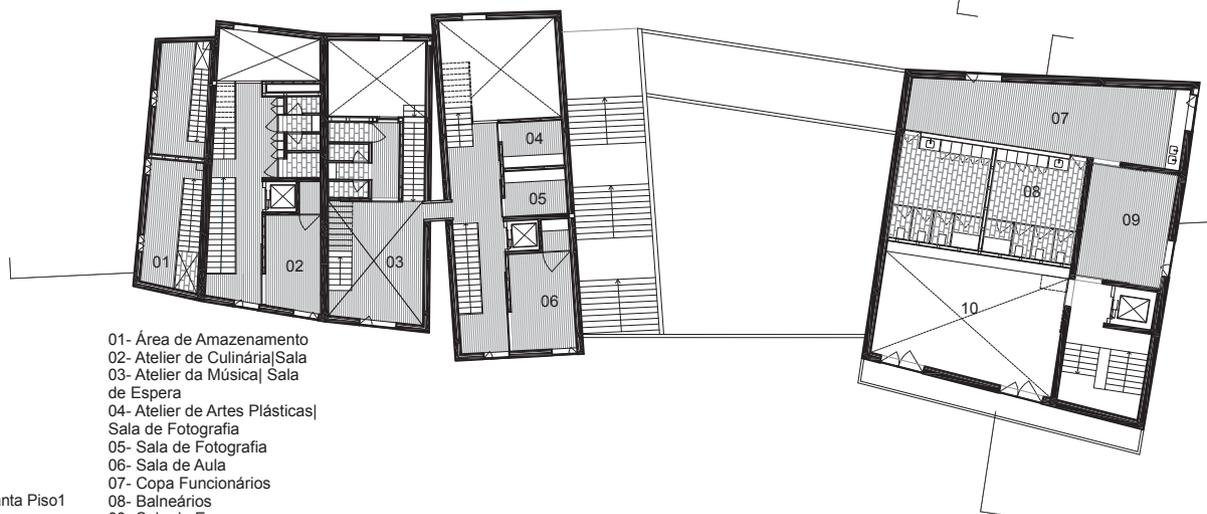
- 01- Mercearia
- 02- Florista
- 03- Talha
- 04- Peixaria
- 05- Farmácia
- 06- Atelier da Culinária
- 07- Atelier da Música|
Estúdio
- 08- Atelier das Artes Plásticas
- 09- Recepção
- 10- Área de cafeteria ocasional

8.Planta Piso 0 Espaço Multicultural



- 01- Atelier da Culinária|Sala
- 02- Sala
- 03- Atelier da Música| Sala de Combo
- 04- Atelier das Artes Plásticas| Sala
- 05- Sala
- 06- Gabinete de administração
- 07- Gabinete de fiscalização
- 08- Gabinete Veterinário

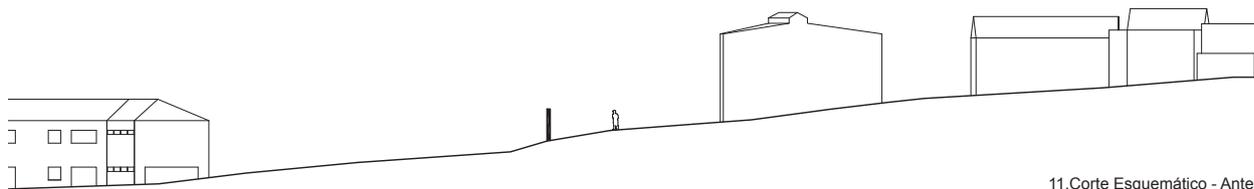
10.Planta Piso 2



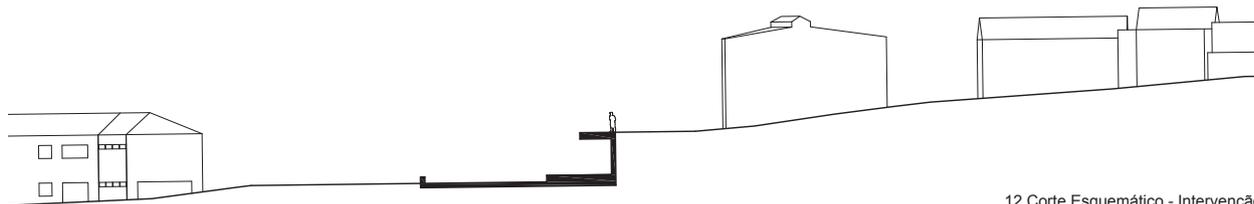
- 01- Área de Armazenamento
- 02- Atelier de Culinária|Sala
- 03- Atelier da Música| Sala de Espera
- 04- Atelier de Artes Plásticas| Sala de Fotografia
- 05- Sala de Fotografia
- 06- Sala de Aula
- 07- Copa Funcionários
- 08- Banheiros
- 09- Sala de Espera
- 10- Atelier da Dança|Sala de Aula

9.Planta Piso1

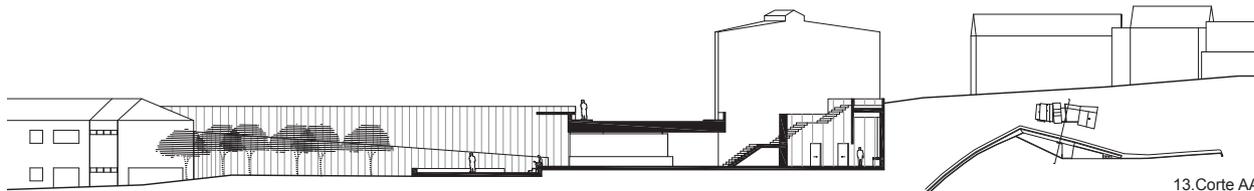
1
N



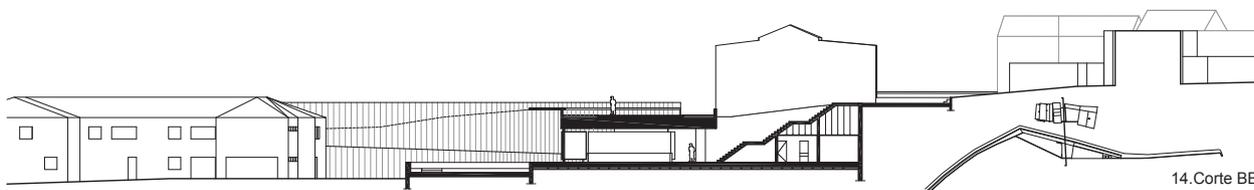
11. Corte Esquemático - Antes



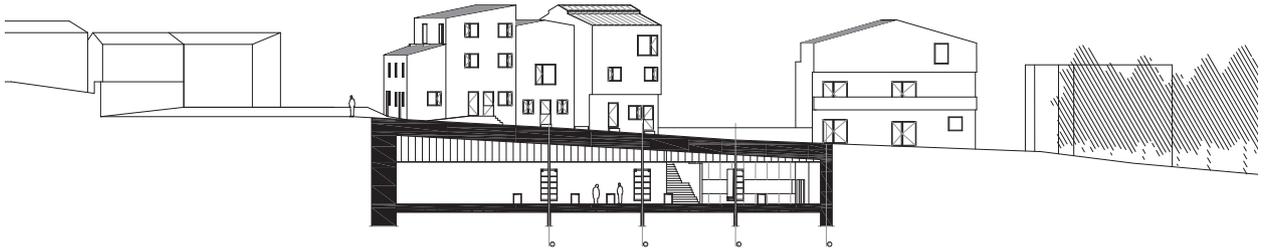
12. Corte Esquemático - Intervenção



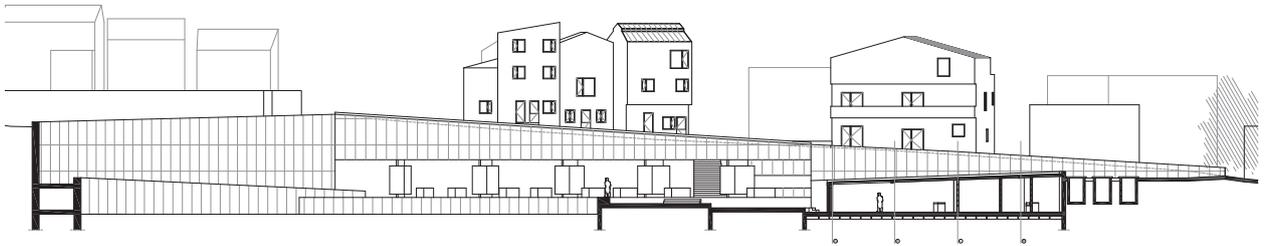
13. Corte AA'



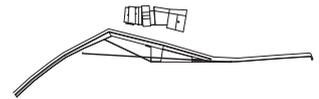
14. Corte BB'

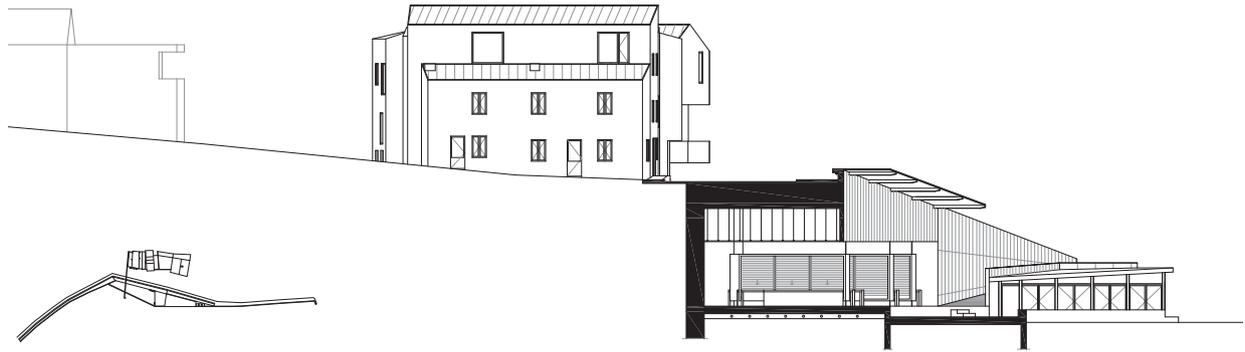


15.Corte CC'

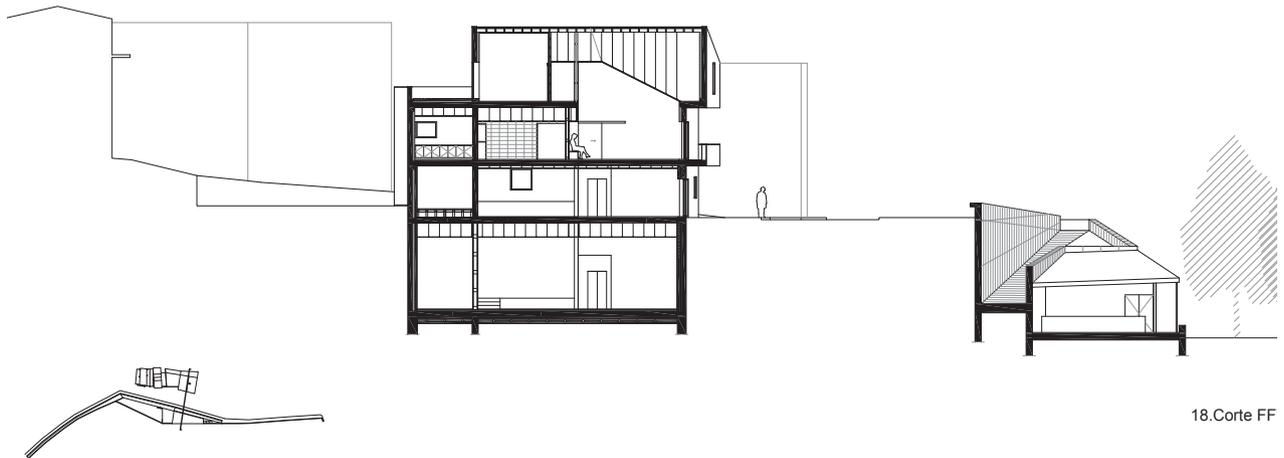


16.Corte DD'

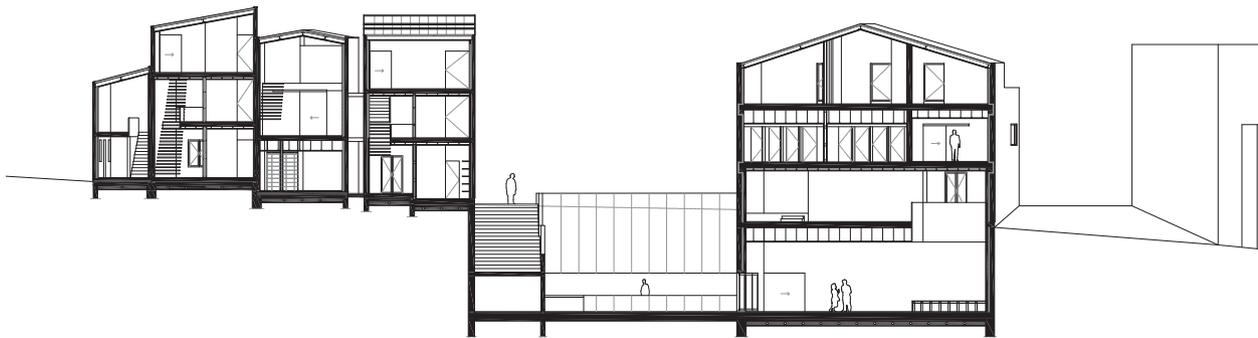




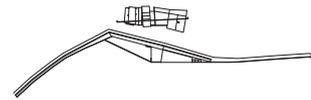
17.Corte EE'



18.Corte FF



19.Corte GG'



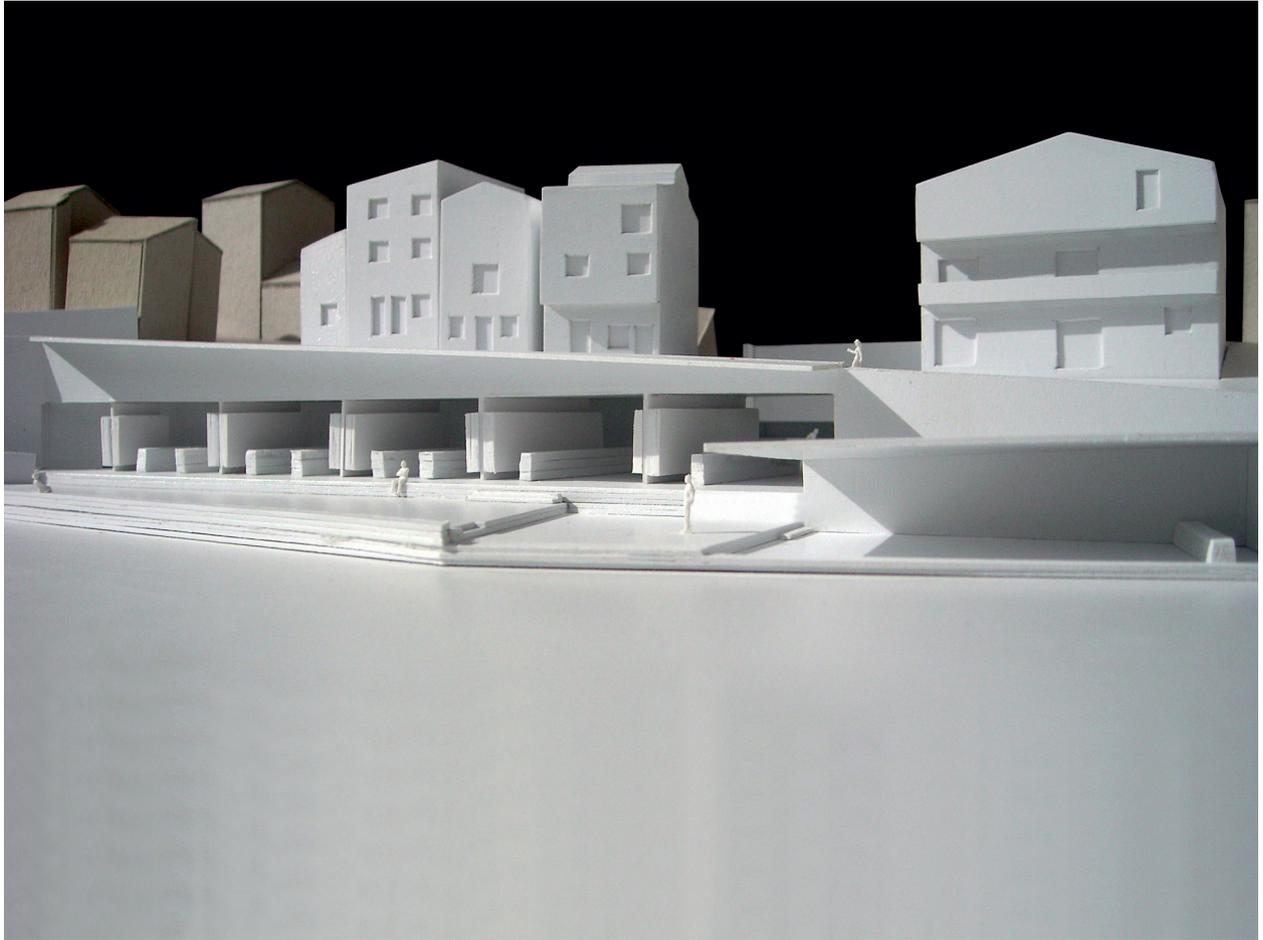
20.Alçado Norte



21.



22.



23.



24.

Índice das Imagens

II.c Vertente projectual

1. Maquetas conceptuais – Troço de Rua onde se trabalha
2. Espaços a Intervir – Demolir | Reestruturar
3. Sobreposição de Partes de Edifício, Aatoria da Autora com Base no Estudo do LNEC
4. Distância entre Edifícios Confrontantes, Aatoria da Autora com Base no Estudo do LNEC
5. Vão sobre os Vizinhos, Aatoria da Autora com Base no Estudo do LNEC
6. Planta de Localização
7. Planta Piso -1
8. Planta Piso 0 – Espaço Multicultural
9. Planta Piso 1
10. Planta Piso 2
11. Corte Esquemático – Antes
12. Corte Esquemático – Intervenção
13. Corte AA'
14. Corte BB'
15. Corte CC'
16. Corte DD'
17. Corte EE'
18. Corte GG'
19. Corte FF'
20. Alçado Norte
21. Maqueta
22. Maqueta
23. Maqueta
24. Maqueta